



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

189

1
9
16

ACTA Nº1/2014

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2014

Aos vinte e oito dias de Fevereiro de dois mil e catorze, pelas 15h00 horas, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Dos trinta e cinco membros que a compõem, faltaram os Senhores Deputados Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias, Hélder Filipe Pinto Furtado e Albano Rodrigues Martins Pereira.-----

Por se encontrar impedido, o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias do Castedo e Cotas foi substituído pelo Senhor Vítor Borges, Secretário da Junta.-----

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Jorge Magalhães e os Senhores Vereadores José Rodrigues Paredes, Cristina Ribeiro Felgueiras, João Gouveia da Costa, António Joaquim Fernandes, Manuel Adérito Figueira e Luis Miguel Gonçalves Rodrigues.-----

A sessão foi presidida por Manuela Domingues, Presidente da Assembleia Municipal secretariada pelos Senhores Deputados Mário Joaquim Vaz, 1º secretário da Mesa, e Fátima Barros, 2ª secretária da Mesa.-----

Havendo "quórum", foi pela Senhora Presidente declarada aberta a sessão quando eram 15:30 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:-----

UM: Exposição do Senhor Presidente da Câmara – Apreciação, nos termos da alínea c) n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09; -----

DOIS: Moção "No combate ao cancro, todos somos poucos em defesa dos doentes oncológicos" – Apreciação; -----

TRÊS: Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Apreciação, nos termos do artigo 86.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09 e da alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01; -----

QUATRO: Alteração ao Regulamento do Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Favaio – Apreciação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09; -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and other illegible marks.

CINCO: Pedido de autorização genérica para dispensa de parecer prévio da Assembleia Municipal – Aprovação; -----

SEIS: Proposta de revisão do Plano Director Municipal de Alijó – Aprovação, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da lei n.º 75/2013, de 12/09; -----

SETE: Contrato Emprego Inserção (Proc.º 171/CEI/13), Portaria n.º 164/2011, de 18/04, Encargos plurianuais – Aprovação nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21/02;-----

OITO: Contrato Emprego Inserção (Proc.º 170/CEI/13), Portaria n.º 164/2011, de 18/04, Encargos plurianuais – Aprovação nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21/02; -----

NOVE: Contrato Emprego Inserção Património (Proc.º 0030/PAC/13), Portaria n.º 33/2013, de 29/01, Encargos plurianuais – Aprovação nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21/02; -----

DEZ: Programa Estágio Emprego (Proc.º 0326/EE/13), Portaria n.º 204-B/2013, de 30/06, Encargos plurianuais – Aprovação nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21/02-----

ONZE: Proposta de Auditoria Externa à situação económica e financeira do Município apresentada pelo Grupo Municipal do PSD; -----

A **PRESIDENTE DA MESA** cumprimentou todos os presentes e iniciou a sessão perguntando se alguém pretendia fazer alguma rectificação à acta da sessão anterior, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Cláudio Vilela, Filomena Nogueira e Luís Lameiras. Deu a palavra ao Senhor Deputado Cláudio Vilela-----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS) -----

Cumprimentou a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Vereadores, os Senhores Deputados e o público presente. Disse: -----

“Eu queria fazer uma revisão à acta. Na página cem, na segunda linha, vamos analisar três pontos distintos. Na intervenção do Senhor Deputado Telmo Pinto, onde diz «*Portanto eu sugeria que se colocasse à votação, esse pedido de alteração ou não, porque senão criamos aqui um impasse de artigo a, artigo b, alínea c e por aí fora*». Portanto, houve uma sugestão do Senhor Deputado Telmo Pinto para ser votado o Regimento na sua totalidade. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-26



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

Depois passamos à página cento e um, na terceira linha e na intervenção do Senhor Deputado João Vilela, que diz «sugeria que fossem votadas uma a uma». Na linha seguinte, a Presidente da Mesa colocou à votação uma a uma.-----

O terceiro facto, passamos agora à página cento e três, na minha intervenção, onde diz «tendo sido dada a palavra ao Deputado Cláudio Vilela, pelo mesmo foi proposto que fossem apresentados, debatidos e votados em simultâneo, os pontos oito, nove e dez, uma vez que se referem todos a Regulamentos Municipais e era matéria pacífica, tendo a Assembleia concordado com a sugestão». E aqui é que está o cerne da questão. Nesse sentido, eu perguntava à Senhora Presidente se a acta está mesmo correcta assim, ou se houve aqui uma dualidade de critérios? Porque na apresentação de uma proposta pelo PS e de uma proposta para o mesmo artigo pelo PSD, foi acatada a proposta do PSD. Na proposta que eu fiz, a mesma foi aceite pelo plenário da Assembleia Municipal. Era só, muito obrigado"-----

PRESIDENTE DA MESA -----

Eu não percebi muito bem, portanto vamos começar pelo final. Quando propõe os pontos oito, nove e dez, recordo-me até que devido ao adiantado da hora, está correcto não está?-----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS)-----

Está correcto sim. A minha questão é apenas se na minha intervenção a Assembleia concordou com a sugestão. Portanto a Senhora Presidente apelou para o Plenário. E na apresentação por duas propostas distintas, uma pelo Senhor Deputado Telmo Pinto e outra pelo Senhor Deputado João Vilela foi aceite a sugestão do Senhor Deputado João Vilela, sem se ter a anuência da Assembleia Municipal.-----

PRESIDENTE DA MESA-----

Senhor Deputado esteve presente não esteve? E considera que isto é uma dualidade de critérios?-----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS) .-----

Considero sim.-----

PRESIDENTE DA MESA:-----

Porque diz que, relativamente à proposta do Senhor Deputado Telmo Pinto, que propôs que fosse na globalidade a proposta de alteração, é isso?-----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS) -----

É isso mesmo.-----

PRESIDENTE DA MESA. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large '4' and several illegible marks.

E que houve alguém que disse que deveria ser ponto a ponto? _____

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS) _____

O Senhor Deputado João Vilela disse que deveria ser ponto a ponto. A Senhora Presidente colocou a votação, ponto a ponto sem apelar para o Plenário. Na minha intervenção é uma situação semelhante, quando eu apresentei uma proposta, ela foi aceite pela Assembleia Municipal, nesse caso já não foi só a Mesa a decidir. _____

PRESIDENTE DA MESA _____

Não sei se há mais alguém da Mesa que queira responder. Eu posso responder relativamente a isso. O que estava em causa, quanto ao primeiro aspecto era, se bem me lembro, a proposta de alteração do Regimento apresentada pelo Senhor Deputado Laureano Guedes. É isso, não é? Que tinha vários pontos. E, portanto, eu achei e acho que a Mesa também achou, que estando vários pontos nessa proposta que não faria sentido estar a aprovar na globalidade, tudo de uma vez só, em vez de analisarmos ponto por ponto, porque tinha questões diferentes. E eu recordo-me, relativamente àquela questão da antecedência com que deveria ser enviada a documentação, que até todos nós aprovamos esse ponto e esse ponto venceu, que deveria ser com quatro dias úteis. Portanto, por configurar várias matérias dentro de uma proposta, foi aceite que fosse debatido ponto por ponto. Podemos ouvir a gravação outra vez. _____

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS) _____

Não é isso que está em questão Senhora Presidente. A minha pergunta era se houve ou não dualidade de critérios? _____

PRESIDENTE DA MESA _____

Se quer a minha opinião, não há dualidade de critérios. _____

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS) _____

É a sua opinião. Na minha considero que há. _____

PRESIDENTE DA MESA _____

Portanto é isso que quer que fique exarado? Que houve uma dualidade de critérios? _____

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS) _____

É isso sim, Senhora Presidente. _____

De seguida a **PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra à Senhora Deputada Filomena Nogueira. –

DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA (PS) _____

Cumprimentou a Mesa da Assembleia, o Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o Público. _____

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

6

Handwritten signatures and initials in blue ink.

"É só para dizer que na acta, na página vinte e dois, na última linha, do quarto parágrafo, onde se lê «*quatro mil cento e oitenta e dois euros*», acho que deve ler-se «*quatro milhões, cento e oitenta e dois mil euros*». Era só, muito obrigada" -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS). -----

Cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia e os Senhores Secretários, o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o Excelentíssimo Público, e disse:-----

"Eu não tenho a acta comigo, nem sequer a vi, mas presumo que deve lá constar uma situação que tem a ver com a aprovação do modelo da Estrutura Orgânica. Portanto é em relação ao ponto número três, da ordem do dia da passada sessão. -----

Ora o que é que acontece relativamente a esta questão? Para mim foi cometida uma ilegalidade, visto que esse ponto não foi levado à aprovação desta Assembleia. Apenas foi feita uma mera apreciação ao contrário daquilo que vinha enunciado na ordem de trabalhos. E portanto há aqui uma ilegalidade manifesta, porquê? Porque não foi respeitado o Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro e não foi respeitada a Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. Por exemplo, relativamente ao artigo n.º 6 do Decreto-Lei diz assim: «a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal compete: alínea a) aprovar o modelo de Estrutura Orgânica; alínea b) aprovar a Estrutura Nuclear, definindo as correspondentes Unidades Orgânicas Nucleares; alínea c) definir o número máximo de Unidades Orgânicas Flexíveis; alínea d) definir o número máximo de subunidades orgânicas. Ainda relativamente a este Decreto, o artigo n.º 7 diz assim: «à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal compete: alínea a) criar Unidades Orgânicas Flexíveis e definir as respectivas atribuições e competências dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal».-----

Para reforçar aquilo que aqui estou a advogar vou agora reportar-me à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais e que diz, no seu artigo 25, do seu ponto nº1 «que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara: alínea m) aprovar a criação ou reorganização dos Serviços Municipais e a Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados». Aliás, devo dizer que a redacção desta alínea é exactamente igual, que consta também no artigo n.º 9 da alínea m) do Regimento desta Assembleia.-----

Depois, ainda em relação à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, para reforçar ainda mais, o artigo 29 diz no seu ponto 1, que compete à Mesa: alínea d) verificar a conformidade legal e admitir as propostas da Câmara Municipal, legalmente sujeitas à competência deliberativa da

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

KCQ
6
197
PD

Assembleia Municipal. O artigo 30 diz ,no que se reporta às competências da Presidente da Assembleia, no seu ponto nº 1, alínea e) assegurar o cumprimento da Lei».-----

Portanto, julgo que pelo que aqui advoguei que foi cometida uma ilegalidade. E como tal, do meu ponto de vista, este assunto terá que regressar novamente à Assembleia para ser apreciado, discutido, votado e portanto aprovado, ou não, não é? E também, queria sugerir aqui uma situação, que é o seguinte. Quem de direito deve procurar estudar bem as matérias, que é para não surgirem equívocos desta natureza, já não é a primeira vez que isso acontece. E depois, porque, os órgãos das autarquias locais devem ser os primeiros a respeitar escrupulosamente aquilo que a Lei diz e depois, porque devem ser também eles os primeiros a dar o exemplo ao cidadão comum no cumprimento da Lei. Tenho dito".-----

Porque mais ninguém se inscreveu para fazer rectificação e/ou pedido de esclarecimento à acta a **PRESIDENTE DA MESA** respondeu ao Senhor Deputado Luís Lameiras, dizendo:-----

"Eu considero que não há qualquer ilegalidade. A Mesa deliberou naquele sentido, de passar de aprovação a apreciação aquele ponto da ordem do dia. Relativamente à matéria que refere, se o Senhor Deputado entende que isto consubstancia ilegalidade, por si ou através do seu grupo municipal, agirá em conformidade. É só o que me cumpre dizer. Portanto, não havendo mais qualquer reclamação eu punha a acta à aprovação".-----

A acta foi aprovada por maioria, com 30 votos a favor e duas abstenções.-----

De seguida a **PRESIDENTE DA MESA** ordenou a correcção nos organismos e lugares próprios dos nomes dos Senhores Deputados António Samuel Lopes Fernandes da Cunha e Sónia Andrea Rodrigues Pereira Pires, os quais, desde o acto eleitoral, têm sido identificados como António Samuel Lopes Fernando da Cunha e Sónia Andrea Pereira Pires, respectivamente.-----

Passou de seguida à leitura do expediente informando que:-----

- a) Foi recebido o jornal "Voz das Misericórdias".-----
- b) A "Associação 25 de Abril" remeteu um programa para as comemorações do 25 de Abril, o qual ficava à disposição de todos os Senhores Deputados e Senhores Vereadores para os fins que tiverem por convenientes.-----
- c) Foi recebida uma comunicação do Tribunal de Contas, com recomendações, que ficará a constar da acta.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signatures and initials



Tribunal de Contas

Secção Geral

Av. Barbosa da Deceza, 61
4990-451 ALIJÓ
E-mail: geral@tc.alijo.pt
URL: http://www.tc.alijo.pt

Tel: 21 794 51 00
Fax: 21 793 60 33
Linha de Fax: 21 793 60 00/2

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALIJÓ
REGISTO DE ENTRADA
N.º <i>09</i>
Em <i>09.03.2014</i>

C/ Aviso de Receção

Luís Conhecimento
16/03/2014

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Municipal
de Alijó
Rua General Alves Pedrosa, n.º 13
5070-051 ALIJÓ

7 MAR 2014 159

Motivo referência

Número referência

DVAC 2.ª.ªdm. Local
Proc.º n.º 15749/2013

Assunto: Homologação da conta relativa ao exercício de 2011 - Recomendações

Encarrega-me o Exmo. Senhor Conselheiro Relator, de informar V. Exa que a conta dessa autarquia, referente à gestão de 2011, foi objecto de homologação pela 2.ª Secção do Tribunal de Contas em Subsecção, com as seguintes recomendações, que nesta mesma data foram transmitidas ao executivo municipal:

- Adotar maior rigor na elaboração dos orçamentos municipais a fim de que os mesmos sejam alicerçados em previsões sinceras e fiáveis, de modo a que na sua execução seja dado cumprimento ao estatuido na Lei n.º 8/2012, de 31 de fevereiro, evitando a assunção de compromissos financeiros sem garantia efetiva de financiamento.

Para o efeito deve o município proceder ao registo sequencial dos compromissos e certificar-se de que dispõe, no momento de assunção do compromisso com entidades exteriores à autarquia, de fundos e de receitas suficientes para assegurar o cumprimento imediato das obrigações pecuniárias emergentes de contratos de qualquer natureza, celebrados sob qualquer forma e condição, com ou sem dispensa de celebração de contrato escrito, e ou mediante apenas emissão de requisição, dentro dos prazos continuamente previstos; e, ainda, que na situação de encargos vencidos em 31 de dezembro de cada ano, com mais de 6 meses, devem ser apresentadas à Assembleia Municipal, nos termos da referida Lei e do art.º 38.º, n.º

Assunto: 2014-02-28

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



Tribunal de Contas

Serviço Geral

8 e 12, não podendo qualquer reencargamento de encargos ir para além do fim do mandato adequado;

- Cumprir o limite de endividamento, previsto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Nesta oportunidade, solicita-se a V. Exa que diligencie no sentido de que as referidas recomendações sejam transmitidas a todos os grupos com representação na Assembleia Municipal.

Com os melhores cumprimentos.

Pe'l'O Diretor-Geral (p/a delegação de assinatura)

pel' O Auditor-Coordenador

(António Costa e Silva)

Ass. P. 11/2014

RS

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

- d) A Comissão de Protecção de Menores enviou o Relatório Anual de Avaliação, que constará da ordem do dia, para apreciação, na próxima sessão da Assembleia Municipal.
- e) A Câmara Municipal de Elvas remeteu uma moção que está inserida na ordem do dia para aprovação (ponto dois) -----
- f) Foi recepcionado parecer favorável da CCDRN respeitante à Revisão do Plano Director Municipal, matéria essa que se encontra para aprovação. (ponto seis da ordem do dia).--

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

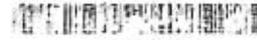
Deslumbrante Património Natural

10
Handwritten initials and signature



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALIJÓ
REGISTO DE ENTRADA
N.º 91
Em 19/02/2014

Doc: 1551672 17-02-2014



C/ Conhecimento ao
Senhor Presidente da Assembleia Municipal
de Alijó

Exmo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
de Alijó
Rua General Alves Pedrosa, 13

5070-051 ALIJÓ

Tourei Conhecimento
21-02-2014

Handwritten signature

Ser referência
OP 441

Ass. referência
11.02.2014

Nova referência
DSOT/ID 1551672

Assunto/Subject Proposta de Revisão do Plano Director Municipal (PDM) – Parecer ao abrigo do disposto no art. 78.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

Analisados os elementos que nos foram enviados a coberto do ofício que vai acima identificado, considera esta Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional que a proposta de revisão do PDM se manifesta conforme as disposições legais e regulamentares vigentes, tanto em termos procedimentais como materiais.

Concluímos, assim, a V. Ex.ª que é entendimento desta CCDR que a proposta de revisão do Plano Director Municipal se encontra em condições de ser aprovada.

Com os meus melhores cumprimentos,

À Diretora de Serviços do Ordenamento do Território

Handwritten signature of Cristina Guimarães

Cristina Guimarães

CCDR - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE
Rua General Alves Pedrosa, 13 - 5070-051 Alijó - Vila Real
Tel: 251 421 120 Fax: 251 421 195 E-mail: geral@ccdr-norte.pt

- g) Em 21.02.2014, foi recebido um requerimento do Grupo Municipal do PSD, cuja matéria consta do ponto onze da ordem do dia.

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Mais informou que foi convidada para um seminário pela Associação Nacional de Municípios, e que apesar de se ter inscrito, no mesmo não pode estar presente, em virtude de impedimento ocorrido à última da hora. O assunto do seminário prendia-se com a Lei 75/2013. -----

Relativamente ao Regimento, disse que o mesmo ainda não se encontrava no *site* do Município, porque tinha sido necessário fazer o índice e umas correcções relacionadas com a numeração e com os títulos. Mais disse que, em conferência de representantes dos grupos municipais, tinha ficado acordado que tal matéria não teria que constar da ordem do dia e que ainda, nesse dia, o Regimento e Índice ficariam disponíveis no *site* do Município. -----

Deu, ainda conhecimento que o Senhor Deputado Humberto Barbosa não justificou a falta à última sessão. -----

Antes de abrir o período de antes da ordem do dia a Presidente da Mesa retirou-se da Mesa para ler o seguinte comunicado -----

Comunicado da PRESIDENTE DA MESA -----

"Esta minha comunicação vem na sequência do que foi referido pelos Senhores Vereadores Manuel Adérito Figueira e Luís Miguel Rodrigues na reunião da Câmara de 8 de Janeiro. -----

Em tal reunião, disse o Senhor Vereador Manuel Adérito Figueira que: -----

"Apoiou a Dr.ª Manuela, mas que ela em cada reunião faz uma asneira. Na primeira, foi a situação conhecida com o Senhor Humberto. Na segunda foi a não acatção do pedido do Senhor Presidente da Câmara relativamente à situação de pedir os atestados de residência. É próprio de quem não tem noção do que está a fazer. Tem que ver o Canal da Assembleia da República, para que possa aprender como se conduz uma Assembleia Municipal. Esquece-se que foi eleita e que o cargo não é vitalício. O que pretendo é que ela esteja à frente da Mesa e deixe de pensar que está no Tribunal a defender o Réu». -----

Senhor Vereador Adérito Figueira, conhecemo-nos há vários anos e tenho para mim que o nosso relacionamento pessoal foi de mútuo respeito. -----

O relacionamento institucional não principia muito bem, mas quero acreditar que ainda pode e deve pautar-se com elevação. Não vou entrar em grandes pormenores com as afirmações que fez, mas como todos decerto compreenderão, não poderia fazer tábua rasa das mesmas. Algumas dessas afirmações consubstanciam factos falsos, outras não têm fundamento legal,

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

72

outras ainda - e deixe-me dizê-lo com toda a frontalidade - não dignificam, não enobrecem, as funções que ao longo de mais de trinta anos exerce nesta autarquia.-----

Aponta como minhas asneiras, quer a situação ocorrida por ocasião de uma votação com o Senhor Deputado Humberto Barbosa, quer o facto de eu não ter acatado o pedido do Senhor Presidente da Câmara, relativamente à questão dos atestados de residência dos Senhores Deputados Municipais.-----

Senhor Vereador Adérito Figueira, estas questões deveriam estar encerradas, não acha?-----

Sobre elas já muito se falou e esclareceu e o senhor Vereador estava presente. Estão também transcritas nas actas desta Assembleia.-----

Mas eu posso e vou, pela última vez, lembrar.-----

Como sabe, é dever de todo o Deputado comparecer à hora marcada e permanecer até final dos trabalhos.-----

Estando a reunião marcada para as 14 horas, o Senhor Deputado Humberto Barbosa, pessoa que estimo e considero, entrou nesta sala por volta das 15 horas, razão pela qual eu o questionei de eventual impedimento para não estar presente à hora designada.-----

Recordar-se-á o que o Senhor Deputado respondeu - que esteve a trabalhar - como se recordará o que eu lhe respondi - que todos trabalhamos, mas que aceitamos exercer estas funções.-----

Estava, então, a decorrer uma votação e o Senhor Deputado partiu do pressuposto que a Mesa não ia deixá-lo votar, tendo-se até criado um burburinho. Mas o que lhe foi dito, por várias vezes, é que a Mesa ainda nem sequer tinha conferenciado. O que veio a fazer, em momento posterior, tendo chamado o Senhor Deputado para votar. É isto uma asneira Senhor Vereador?-----

Quanto à outra alegada asneira gostaria de lhe dizer o seguinte:-----

A minha experiência nestas funções é, de facto, muito recente. Tem pouco mais que três meses. Ainda mal caminha, mas não tolda o entendimento ou conhecimento do que são as competências de cada um dos órgãos aqui em causa.-----

O princípio da independência dos órgãos parece continuar a criar alguma confusão neste mandato.-----

O que é que o leva a pensar, Senhor Vereador, que um Presidente da Assembleia Municipal deve acatar os pedidos de um Presidente da Câmara? Em que é que o Senhor Vereador se alicerça para assim pensar?-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

11

73

9
10

Ao Senhor Presidente da Câmara disse, no meu discurso de tomada de posse, que cumprindo as competências conferidas por lei, tudo faria com rigor e lealdade institucional, exigência e abertura de cooperação institucional. -----

É isto que continua no meu espírito.-----

É isto que eu pretendo aperfeiçoar com a colaboração de todos quantos integram esta Assembleia. -----

Quero, aliás, frisar que o Senhor Presidente da Câmara não me fez qualquer pedido, mas tão só e apenas uma sugestão, na sequência do que lhe havia sido solicitado por um Senhor Vereador.-----

Por último senhor Vereador Adérito Figueira: eu sei que os cargos não são eternos.-----

Defendo, aliás, que determinados lugares não se devem perpetuar no tempo, sob pena de nos alhearmos da realidade e perdermos alguma imaginação.-----

Sei também, Senhor Vereador, que a permanência no lugar que me honro de aqui ocupar, depende não só do acto eleitoral ocorrido a 29 de Setembro de 2013, mas também da vontade desta Assembleia e da minha vontade. -----

Se esta Assembleia, que também me elegeu, entender que a sua Presidente não está à altura do cargo que exerce, saberá bem o que é necessário fazer.-----

Como também eu saberei o que fazer, se concluir pela impossibilidade do exercício destas funções.-----

Senhor Vereador Luís Miguel Rodrigues, o actual Regimento foi aprovado na última sessão, com vinte e sete votos a favor, uma abstenção e cinco votos contra, sendo que um destes, conforme declaração de voto apresentada pelo Senhor Deputado Telmo Pinto, prendeu-se com a metodologia seguida pela Mesa e não com o Regimento em si.-----

Relativamente ao uso da palavra pelos Senhores Vereadores, relembro que a proposta de alteração apresentada pelo representante do Grupo Municipal MAIS, apenas obteve sete votos a favor. -----

Independentemente do que acabo de enunciar, o Regimento pode ser alterado, se esta Assembleia assim o deliberar, por maioria, na sequência da apresentação de uma proposta. Facto este que o Senhor Vereador Luís Miguel Rodrigues não desconhece, nem pode desconhecer.-----

Para além dos anos que já tem de experiência autárquica é pessoa ligada ao Direito. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

14

Como tal, foi com alguma perplexidade que li o que vem na acta da reunião de Câmara de oito de Janeiro quando diz «Assim, solicito ao Senhor Presidente de Câmara que requeira à Presidente da Assembleia Municipal, as diligências necessárias à reposição da legalidade neste ponto em particular», referindo-se ao uso da palavra dos Vereadores.-----

Mas este concreto assunto não se resolve com um requerimento ou pedido do Presidente da Câmara à Presidente da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Vereador bem sabe e tem a obrigação de saber que não é assim. -----

Mas vejamos o que chama de ilegalidade. -----

Diz o Senhor Vereador Luís Miguel Rodrigues que no actual Regimento, o uso da palavra dos Senhores Vereadores está vedado no período antes da ordem do dia, o que viola o n.º 3.º do artigo 48.º, da Lei 169/99, deixando nas entrelinhas, a suspeita que alguém tem receio que os Vereadores da oposição usem da palavra nas sessões da Assembleia Municipal. -----

Da análise do actual Regimento e da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, entendo que os Senhores Vereadores podem intervir:-----

- No período antes da ordem do dia, caso o Senhor Presidente ou seu substituto os designem;
- Caso sejam interpelados nos dois períodos destinados à intervenção do Público, uma vez que estes períodos são distintos do período antes da ordem do dia e do período da ordem do dia.-----
- Durante toda a reunião para o exercício da defesa da honra ou consideração.-----
- No período da ordem do dia, a solicitação do Plenário ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal e, bem assim, para exercer quando invoquem o direito de resposta.-----

Contrariamente ao Senhor Vereador Luís Miguel Rodrigues, faz-se, admito, uma interpretação restritiva do n.º 3.º do artigo 48.º da Lei 169/99, atentas as matérias que deverão constar do período de " Antes da ordem do dia", mas entendo que tal interpretação não configura violação de norma.-----

Para finalizar, gostaria de lhe dizer que não acredito, que haja alguém dentro desta Assembleia, que receie que os Vereadores da oposição usem da palavra. -----

Nem percebo sequer porque é que poderia haver esse receio.-----

Por último, queria dizer ao Senhor Presidente, aos Senhores Vereadores e aos Senhores Deputados, que estou disponível, sempre que entenderem, para, fora desta sala, os ouvir e convosco debater assuntos relacionados com o funcionamento desta Assembleia. Muito obrigada."-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

76

Tendo solicitado o uso da palavra, o Senhor Vereador Luís Miguel Rodrigues, disse:-----

VEREADOR LUÍS MIGUEL RODRIGUES (MAIS)-----

Cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia, os Senhores Membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Membros do Executivo e Senhores Membros da Assembleia Municipal, as Senhores Presidentes de Junta e todos os presentes. Disse:-----

“Eu queria usar da palavra para responder aos comentários que a Senhora Presidente da Assembleia aqui proferiu, respeitantes a uma tomada de posição que tive na Câmara Municipal, na sequência da aprovação do novo Regimento da Assembleia que foi aqui aprovado na última sessão da Assembleia Municipal. Não me queria perder em pormenores técnicos, queria apenas explicar de uma forma muito sucinta exactamente o que é que está aqui em causa. -----

E o que está aqui em causa é apenas e tão só o seguinte. A lei geral, que é aplicável às funções e às competências e às atribuições das autarquias, neste caso o Quadro das Competências, como é conhecida essa legislação e que está ainda parcialmente em vigor na presente data, permite que os membros do Executivo, incluindo os Vereadores não permanentes, usem da palavra nesta Assembleia, sempre que houver solicitação do Plenário ou autorização do Presidente da Câmara. É isso que a Lei diz. Não é dado aqui a interpretações restritivas ou mais abrangentes. A lei di-lo que os Vereadores não permanentes, neste caso, podem usar da palavra a solicitação do Plenário ou se houver autorização do Presidente da Câmara, em todos os momentos da sessão. Período de antes da ordem do dia, período da ordem do dia, período da intervenção do público. -----

E o que acontece aqui é que o Regimento que foi aqui aprovado na última Assembleia Municipal restringe aquilo que a Lei impõe. Não se trata de uma daquelas disposições legais que podem ser afastadas por vontade da Assembleia. Por exemplo, se a Lei diz que os documentos podem ser enviados até dois dias antes da reunião da Assembleia, pode o Regimento aprovar, como aqui aprovou, que essa antecedência seja maior. A Lei aqui não estabelece, digamos assim, uma imposição. Dá alguma margem de manobra, neste caso ao órgão deliberativo, para no seu Regimento aprovar uma regra diferente. Mas neste caso concreto estamos a falar de uma norma imperativa. E portanto, perante aquilo que a Senhora Presidente aqui referiu, no fundo reincidindo ou defendendo aquilo que está no Regimento, eu só posso concluir que de facto há uma intenção clara, objectiva, de restringir o uso da palavra por parte dos Vereadores da oposição. Outra conclusão não é possível.-----

Ato da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-23



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Declambrante Património Natural

76

Eu fui aqui Deputado Municipal durante quatro anos e fui depois disso Vereador durante oito anos. Estive em praticamente todas as sessões de Assembleia Municipal nos últimos doze anos. Nunca se colocou este problema. Problema que aliás não se colocava no anterior Regimento da Assembleia Municipal. Nem se pode colocar. O problema aqui é que esta questão foi aqui trazida, na última reunião da Assembleia Municipal, por um Senhor Deputado, o Senhor Deputado Laureano, que apresentou uma proposta de alteração do Regimento, da proposta de Regimento, com alguns pontos de alteração e um desses pontos era este. Os Senhores Deputados entretanto votaram. Eu assisti a essa votação e perdoar-me-ão os Senhores Deputados, digo-o com todo o respeito pela Assembleia e pelos Senhores Deputados, o processo de votação foi no mínimo caótico, ao ponto de uma grande parte dos Senhores Deputados não ter a noção daquilo que estava a votar. Não tinha a noção do que estava a votar.-----

Agora, aquilo que eu quero aqui dizer aos Senhores Deputados é que há uma ilegalidade. Se a Senhora Presidente da Assembleia aqui dissesse «olhe independentemente do que está no Regimento, de facto eu sei o que diz a Lei», e repare Senhora Presidente eu retribuo-lhe a perplexidade que aqui referiu, porque se eu sou ligada ao direito, a Senhora Presidente também é. E portanto, se eu tenho a obrigação de conhecer a Lei, a Senhora Presidente também tem. E com certeza não me desmentirá, quando eu refiro que a Lei o que diz é que os Vereadores têm o direito de intervir em todo o período a sessão sempre que houver solicitação do Plenário ou autorização do Senhor Presidente da Câmara. Logo não pode o Regimento restringir o âmbito de aplicação desta Lei e eu aqui como vereador quero aqui dizer-lhes que me sinto no direito de usar da palavra, sempre que for interpelado, fora do período antes da ordem do dia e não apenas para a defesa da honra, mas no cumprimento das normas legais aplicáveis. E se a Senhora Presidente me negar a palavra eu reagirei pelos canais adequados. Muito Obrigado".---

PRESIDENTE DA MESA: -----

"Eu acho que o Senhor Vereador vem aqui defender a questão da legalidade ou não legalidade. Isso não é o que está em causa. O que me causa perplexidade, Senhor Vereador, e isso ficou bem explícito naquilo que enunciei, é a forma. E é por isso que eu digo que o Senhor Vereador é uma pessoa que tem experiência, é ligado a estas questões de Direito, é a forma como acha que resolve estas questões. O Senhor Vereador sabe tão bem como eu e como saberá muita gente que está nesta sala, como se faz uma alteração. Não é através de um pedido que se faz ao Presidente da Câmara. E as pessoas continuam aqui a debater esta questão. Não é o Senhor

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

17
[Handwritten signature]

Presidente da Câmara que tem de pedir à Presidente da Assembleia Municipal que faça neste sentido ou faça naquele. É o que o Senhor Vereador diz expressamente na acta de oito de Janeiro e conclui. É o que o Senhor diz e as pessoas que leram a acta vêem o que está lá. A minha perplexidade não é com o facto de achar ou deixar de achar que é uma ilegalidade ou que não deve ser assim, tem todo o direito de assim achar. É a forma, e não é a primeira vez que o Senhor Vereador faz isto, é a forma como põe as questões. Não é o Senhor Presidente da Câmara que tem que vir ter comigo e dizer que reponha a legalidade. O Senhor Doutor sabe perfeitamente como é que se resolve esta questão. É só isso"-----

VEREADOR LUÍS MIGUEL RODRIGUES (MAIS) -----

"Eu vou explicar o procedimento. Eu sou membro da Câmara Municipal, não sou Deputado Municipal logo, eu não tenho a possibilidade de directamente, não o devo fazer, de me dirigir directamente à Senhora Presidente da Assembleia Municipal. O órgão Câmara comunica com a Senhora Presidente da Assembleia através do Senhor Presidente da Câmara Municipal. E uma vez que se trata de uma matéria que incide directamente sobre a participação dos membros da Câmara nesta Assembleia é através do Senhor Presidente de Câmara que essa interpelação deve ser feita e não directamente através do Vereador, nem muito menos através dos Senhores Deputados, porque é uma questão que eu como Vereador legitimamente coloco na Câmara, relativamente à participação dos membros da Câmara nesta Assembleia Municipal. Eu espero que fique claro. E espero também que fique claro para todos os Senhores Deputados, que não é minha intenção estar a interferir no funcionamento da Assembleia. Eu estou a colocar apenas uma questão que diz respeito à participação dos Vereadores na Assembleia Municipal. Tão só isso. O resto, o funcionamento da Assembleia e as restantes regras internas, dizem respeito naturalmente aos Senhores Deputados e às Senhoras Deputadas. Muito obrigado".-----

PRESIDENTE DA MESA: -----

É esse o seu entendimento Senhor Vereador, não será o nosso". -----

Deu de seguida a palavra ao Senhor Vereador Adérito Figueira.-----

VEREADOR ADÉRITO FIGUEIRA (MAIS).-----

Cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Deputados, os Senhores Vereadores e o Excelentíssimo Público. Disse: -----

"Ó Senhora Presidente, eu acho que a Senhora Presidente está mesmo a começar mal em todos os aspectos. Em primeiro, não pode ouvir críticas. Fica logo com uma cara de zangada, como se aqui alguém tivesse medo a alguém. Em democracia não se pode reagir assim. Temos

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural


78



ter capacidade de encaixe. Criticamos os outros, também temos o direito de sermos criticados. E repare bem que a minha exposição na reunião de Câmara, eu não me referi a si a nível pessoal, referi-me a si a nível institucional, porque a nível pessoal eu teço os maiores elogios. Não fosse até casada em Santa Eugénia, da minha aldeia. Mas aquilo que eu disse na reunião de Câmara, a Senhora Presidente fez questão de dizer que tem que haver separação de poderes, a Assembleia é a Assembleia, a Câmara Municipal é a Câmara Municipal. -----

Focou exactamente aquilo que eu tinha dito em relação ao Senhor Deputado Humberto Barbosa. Eu não estou a dizer com isso que foi ilegal a atitude, nem disse isso que foi ilegal a atitude da Senhora Presidente da Assembleia. Estranhei, estranhei profundamente, porque eu tenho assento nesta Assembleia Municipal, ou através de Deputado da Assembleia Municipal, ou através de Vereador da Câmara Municipal há trinta anos. Antes da Senhora Presidente vir para Presidente da Assembleia Municipal estiveram aqui muitos outros seus antecedentes e nunca vi, nunca vi por parte de ninguém tomar uma atitude dessas, tão radical. Quere-a tomar, pois tem todo o poder de a tomar, mas eu também tenho o poder de criticar.-----

Em relação ao ter dito que não cumpriu com aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse, evocou também a separação de poderes, mas no entanto, disse também que ele nem sequer lhe solicitou tal coisa. Com isto se depreende que se lhe tem solicitado, se calhar o seu procedimento tinha sido outro.-----

Bem, nós não estamos aqui para nos guerrearmos uns com os outros, não vale a pena. Mas Senhora Presidente, deixo-lhe um conselho, não se zangue com as críticas e conviva melhor com a democracia, porque aqui é a base de toda a democracia a nível local. Obrigado".-----

PRESIDENTE DA MESA: -----

"Muito obrigada. Só para lhe dizer Senhor Vereador Adérito Figueira que eu não me zango com críticas, eu zango-me com afirmações menos elegantes e que pessoalmente não considero próprias de alguém que, como eu disse, está nestas funções há mais de trinta anos. E quem disse que eu não acatei pedidos foi o Senhor Vereador que o disse em reunião e que depois de lida a acta que só é aprovada, tanto quanto eu sei passado quinze dias, as manteve. É só."-----

De seguida abriu as inscrições para o período antes da ordem do dia, tendo-se inscrito os seguintes Senhores Deputados: Telmo Pinto, Luís Lameiras, Alceu Costa, António Lousa, Domingos Henriques, Cláudio Vilela, Laureano Guedes, Vítor Sequeira, João Vilela e Eduarda Sampaio. A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Telmo Pinto-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

79
[Handwritten signature]

DEPUTADO TELMO PINTO (PS) .-----

Começou por cumprimentar a Mesa, a Senhora Presidente, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais e o Público presente. Disse:-----

"Embora tenha alguns assuntos para dizer aqui, no período antes da ordem do dia, começava, desde já, a apresentar um requerimento à Mesa, que eu vou passar a ler e de imediato entregar e depois a Mesa entenderá se deva prosseguir ou não com a minha intervenção do período antes da ordem do dia.-----

Excelentíssima Presidente da Mesa, de acordo com o regimento e relativamente ao ponto onze da ordem de trabalhos (auditoria), o Grupo Municipal do PS apresenta o seguinte requerimento:- O Ponto onze da ordem de trabalhos viola o artigo 53º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pois não faz parte das competências próprias da Assembleia Municipal, conforme artigos 24º e seguintes, pelo que o Grupo Municipal do PS considera a introdução deste ponto ilegal e requer que o mesmo seja retirado, pois serão nulas todas as decisões decorrentes da discussão do mesmo.-----

Esta situação é semelhante à decorrida na sessão anterior onde a mesa, por considerar que determinado ponto não fazia parte das competências da Assembleia Municipal, o retirou liminarmente.-----

Pelo grupo municipal, Telmo Pinto"-----

PRESIDENTE DA MESA: -----

Senhor Deputado Luís Lameiras, tem a palavra. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS)-----

"Antes de começar esta minha intervenção propriamente dita, queria-lhe fazer uma pergunta, Senhora Presidente e queria que, caso soubesse, me esclarecesse e tem a ver com o Regimento da Assembleia. Ora eu queria-lhe perguntar, nesta sessão em concreto, qual dos regimentos é que vai vigorar, se o anterior, se aquele que foi aprovado na última sessão. Isto porque, relativamente ao artigo 61, que é o último artigo do Regimento que foi aprovado na sessão anterior diz assim «Entrada em vigor e publicação. Ponto um, o regimento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e dele é fornecido um exemplar a cada membro da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. Ponto dois, o Regimento da Assembleia Municipal é publicado no Boletim Municipal e no sítio da Assembleia Municipal». Ora, não se verificando estes pressupostos, a pergunta é pertinente".-----

PRESIDENTE DA MESA:-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

20

Tem razão ao dizer isso, porque ele ainda não foi publicado. Aliás, dei logo a justificação porque se tinha feito o Índice e foram feitas as correcções e eu creio, Dona Zulmira, que ainda não foi posto no *site*? No entanto está aprovado e está disponível.-----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS) -----

"Eu não entendo perante aquilo que diz o artigo 61º. Mas adiante, vou então começar a minha intervenção e esta minha intervenção tem a ver com o suposto encerramento da Repartição de Finanças. Ora bem, o que é que se passa? Na reunião do Executivo camarário de quatro de Dezembro e porque alguém o havia interpelado, o Senhor Presidente da Câmara apresentou uma exposição datada de 2 de Dezembro que enviou à Senhora Ministra das Finanças. Devo-lhe dizer, Senhor Presidente, que o li com toda a atenção e nele constato que manifesta profundas preocupações relativamente a este suposto encerramento e por isso mesmo estou inteiramente solidário com essas preocupações e corroboro-as na Integra. Mas devo-lhe dizer também que na passada sessão desta Assembleia, o Senhor Deputado Telmo Pinto o interpelou nesse sentido e o Senhor Presidente simplesmente não respondeu. -----

Depois, na reunião do Executivo Camarário de 8 de Janeiro, um dos vereadores da oposição, interpelou-o novamente sobre esta questão das Finanças. O Senhor Presidente, uma vez mais, não teceu quaisquer comentários acerca desta temática. -----

Na reunião de Câmara de 22 de Janeiro, a Senhora Vereadora Cristina Felgueiras teceu os seguintes comentários relativamente a esta matéria e que vou passar a citar: «O Executivo permanente apresentará oportunamente à Câmara Municipal, a síntese das diligências que tem levado a cabo, para que o Serviço de Finanças de Alijó continue a desempenhar a sua missão na sede do Município». Ora, o que é que acontece? Desde que esta notícia paira no ar, a única explicação que se conhece relativamente às diligências por parte da Câmara, tem a ver única e simplesmente com a dita exposição que enviou à Senhora Ministra. E com este epifenómeno explicativo e, por isso mesmo, desprovido de substância e de conteúdo que acabei de citar da Senhora Vereadora Cristina Felgueiras. Portanto, tudo isto somado é manifestamente muito pouco para uma questão tão crucial, tão importante para a economia do Concelho e para as suas gentes, para os trabalhadores que ali laboram e respectivos familiares. -----

Por isso o interpelo Senhor Presidente. Será que o Executivo Permanente tem alguma coisa a esconder em relação a esta matéria? Será que o Executivo Permanente está a pactuar com as políticas desastrosas e calamitosas do governo central do PSD, cujas mesmas só têm contribuído para o aumento da emigração, da fuga de cérebros, da ausência cada vez mais

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

27

acentuada daquilo que deve ser o papel social do Estado, do descalabro e da ruína da economia, da falência de empresas, do aumento vertiginoso do desemprego, da exasperada sobrecarga de impostos, da perda abissal do poder de compra, da desertificação do interior? Senhor Presidente, peço-lhe, por favor, que nos desenrodilhe todas as dúvidas que então subsistem. Esclareça-nos de uma vez por todas, de forma cabal e profícua, para que não restem dúvidas. Qual é que está a ser o andamento deste processo?-----

E porque também é um direito e um dever desta Assembleia, de acordo com aquilo que são as competências, nomeadamente aquilo que diz a Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, no seu artigo 25.º, ponto n.º 2, alínea j) e de acordo com o Regimento desta Assembleia, artigo 9.º, ponto n.º 2, alínea i) e que passo a citar, um e outro, porque têm redacção exactamente igual e que diz assim: «Tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o Município». Por isso, lanço desde já aqui um repto a esta Assembleia e a esta Câmara Municipal, no sentido de congregarmos todos os esforços e todas as vontades, unindo todas as forças políticas em torno desta causa nobre, tal como aconteceu com a questão do Tribunal de Alijó. E com a foiteza de carácter e com veemência, no sentido de encetarmos as medidas necessárias para obstarmos ao encerramento da Repartição de Finanças de Alijó.-----

Uma questão também muito breve que tem a ver com o seguinte: recentemente, o chafariz de São Mamede de Ribatua foi alvo de uma intervenção por parte dos trabalhadores da Câmara de Alijó. Essa intervenção visava a reparação do tubo da torneira. Ora o que é que acontece? De facto essa reparação foi bem sucedida. A reparação da torneira foi bem sucedida. Mas o que é que acontece? Houve uma mutilação, o termo é este, mutilação nessa intervenção. Para fazerem a reparação de uma torneira partiram duas pedras do eixo central do chafariz. Partiram duas pedras. Ora, o que é que acontece? A explicação que nos foi dada na sessão anterior, relativamente à questão da nova organização dos serviços, assenta basicamente em três pilares. Economia, eficiência e eficácia. Ora bom, é caso para dizer. Se numa coisa como estas fizeram uma mutilação a um monumento que faz parte do nosso património cultural, desta maneira, portanto a eficácia, a eficiência não foi nenhuma. A economia também não, porque vão ter que realizar mais gastos. Porquê? Porque, diante de um monumento destes, claro está que é necessária a reparação. E eu sugiro aqui com carácter de urgência que essa reparação seja feita. E sugiro, também, que em qualquer intervenção que se tenha de realizar num monumento arquitectónico ou cultural, os técnicos superiores da Câmara das respectivas áreas, primeiro

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Destimbrante Património Natural

22

visitem o local, para se inteirarem daquilo que de facto é necessário realizar, depois que esclareçam os trabalhadores, porque infelizmente não devem saber alguns deles, de qual a relevância, qual a importância do nosso património cultural, isto com o intuito de não voltarem a acontecer absurdos e aberrações desta natureza e sempre numa atitude de preservação e nunca de destruição e de mutilação. Tenho dito.-----

PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigada Senhor Deputado. Senhor Deputado Alceu Costa.----

DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD) -----

Cumprimentou a Excelentíssima Mesa, o Excelentíssimo Executivo, os Deputados Municipais e o Excelentíssimo Público. Disse:-----

"Vou falar um bocadinho do Concelho de Alijó. Na última reunião levantei o problema dos caminhos vicinais e fi-lo, não porque sei perfeitamente que as condições económicas do executivo da Câmara são precárias, mas exactamente sugerindo que os Senhores Presidentes de Junta tentem tirar partido dos quadros técnicos do nosso Município, para poderem elaborar projectos de caminhos vicinais e depois junto das populações, organizar os agricultores no sentido de poderem formalizar candidaturas. Eu peço desculpa por voltar a falar disto, mas reputo que de facto é muito importante para o nosso concelho, o problema dos caminhos vicinais e se as Juntas de Freguesia não tomarem a peito esta preocupação, naturalmente que as pessoas que gostariam de ver os seus caminhos compostos, que gostariam de fazer candidaturas, são impossibilitadas disso por dificuldades naturais que surgem.-----

Hoje vou falar de outro assunto. É exactamente das Associações do Concelho. -----

Infelizmente, nós padecemos de todos os males da desertificação, da fraca natalidade, da crise agrícola e das outras crises todas, mas penso que nem tudo é negativo e o Concelho de Alijó é rico numa coisa, nas muitas e diversificadas Associações Culturais, Sociais, Desportivas e Recreativas. E neste aspecto, tal como no outro, volto a frisar o aspecto de que nem só com dinheiro se pode ter uma intervenção. E eu penso e gostaria de pedir ao excelentíssimo pelouro, que não sei bem quem é o Vereador que está ligado a isso, ligado exactamente às Associações, que é importante não esquecer esta riqueza que existe no nosso Concelho. E como disse, não é só com dinheiro. Promover umas reuniões. Fazer-lhes ver que a Câmara está interessada e empenhada em solidarizar-se com o trabalho de cada Associação e dentro do possível, colaborar no seu desenvolvimento, na sua acção. Acreditem nisto e eu digo isto porque estou ligado a várias Associações, as pessoas nem só com dinheiro se estimulam as Associações.

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Uma palavra, um encontro, até mesmo um encontro entre todas as Associações, dentro da área de cada uma, a nível concelhio, acho que é importante e fundamental. Muito obrigado".-----

DEPUTADO ANTÓNIO JOSÉ LOUSA (PSD).-----

Cumprimentou a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais e o Público em geral. Disse:-----

" A minha intervenção vai em primeiro ponto para dar os parabéns à equipa técnica das actas da Assembleia, que chegaram às pessoas bem explícitas e bem esclarecidas. O meu muito obrigado para o Gabinete de Apoio às actas da Assembleia.-----

O segundo ponto é por causa das estradas. Eu levantei na última Assembleia aqui um problema, que estava grave há muitos anos, que era a estrada entre Sanradela e Sanfins. Congratula-me e vi até o regozijo das pessoas que habitam naquela zona. A intervenção, apesar do mau tempo que existiu, foi muito bem-feita. Sei que é pouco o dinheiro para fazer essas intervenções, mas se conseguirmos fazer assim, particularmente em algumas e se formos estabelecer prioridades, daqui ao fim de um ano, as estradas do Concelho estarão muito melhor.-----

Terceiro ponto, toda a gente falou, falou-se aqui muito de Finanças. Eu sei que o Senhor Presidente da Câmara está a tomar diligências, mas gostava que ele as comunicasse a esta Assembleia. E vou dizer uma coisa. O grupo municipal do PSD, em relação ao fecho das Finanças, tem a mesma posição que teve contra qualquer fecho neste Concelho. Porque nós fizemos a opção de viver cá, investir cá e somos de cá e somos literalmente contra qualquer fecho. É posição do grupo municipal do PSD. Muito obrigado".-----

DEPUTADO DOMINGOS HENRIQUES (PS)-----

Cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia e os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, os Senhores e Senhoras Deputadas e o Público em geral. Disse:-----

"A minha intervenção vem no sentido de reforçar aqui um protocolo de valorização, em que este Executivo felizmente que está a dar seguimento. E digo felizmente está a dar seguimento, porque para a conclusão deste protocolo foi firmada uma proposta, um protocolo em vinte e quatro de maio de dois mil e treze, entre a Direcção Regional de Cultura do Norte, a EDP – Gestão de Produção e Energia e a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, segundo o qual o Santuário do Senhor de Perafita é um dos imóveis seleccionados para integrar o projecto de valorização. Isto é, este protocolo que vai ser assinado entre a Comissão Fabriqueira e a Direcção Regional de Cultura do Norte e o Município de Alijó tem a sua

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

24

sequência a visita de uma equipa de técnicos que veio do Porto, entre o qual estive o Senhor Presidente da Câmara, que quero agradecer e a Senhora Vereadora Cristina Felgueiras, bem como o Pároco da Freguesia e o Presidente de Junta da Freguesia de Vila Verde, que neste caso sou eu. Portanto queria de facto realçar isto e dar conhecimento a esta Assembleia, que penso que neste momento estaremos em condições de assinar o respectivo protocolo e dar início às obras que tanto necessita.-----

Depois disto eu queria congratular e apraz-me realçar aqui, o *staff* técnico da Câmara nesta Assembleia. Penso que qualquer dificuldade ou qualquer dúvida que nós tenhamos, é bom a quem nós possamos perguntar e que possamos ouvir uma resposta. Portanto, daqui os meus agradecimentos e de facto esta inovação com certeza que vai enriquecer mais esta Assembleia, quer agora, quer hoje e quer no futuro nas próximas Assembleias.-----

E já agora aproveitava, eu queria falar sobre as Finanças, mas penso que já foi dito mais ou menos sobre o encerramento das Finanças do Concelho de Alijó. Portanto vou ultrapassar esse ponto, porque de facto já foi dito aqui o que se deve fazer e de facto não podemos adormecer sobre este ponto, sobre este ponto, fecho das Finanças.-----

Eu não sei se seria uma proposta, se será uma sugestão minha, mas tendo em atenção e aquilo que eu já li sobre os documentos enviados pela DGAL e do Tribunal de Contas, sobre a situação, apesar de ter talvez não o conhecimento real, isto é um conhecimento a cem por cento, mas ter algum conhecimento sobre a parte financeira, económica do Executivo, eu queria fazer aqui uma sugestão, ou então se a Senhora Presidente da Assembleia achar, eu faria um requerimento ou uma proposta, que é o seguinte: provavelmente, pode ser um assunto que neste momento, dado que ainda não foi definitivamente aprovado o PAEL, mas penso que esses dinheiros já estão a entrar na Câmara, que era saber quais são as possibilidades de parte do IMI ser distribuídos pelas Juntas de Freguesia. Isto é de facto, por causa das dificuldades do Município. Das dificuldades que as juntas têm. E eu que falo, falo pela minha e também sei que a maior parte delas tem grandes dificuldades. Qual seria a possibilidade de uma parte, e uma parte, digamos, substancial porque são catorze freguesias ser dada as Juntas de Freguesia? E para quê? Para poder minimizar os prejuízos e as despesas que as Juntas de Freguesia neste momento têm. Eu posso-vos dizer, aqui com toda a clareza, eu não tenho um tinteiro na minha impressora há dois meses e isso só custa apenas vinte e nove euros. Dir-me-ão assim, bolas, vinte e nove euros também não é nada. E não, é verdade. Só depois já não é os vinte e nove euros, são mais setenta euros para a limpeza e o arranjo da fotocopiadora. E portanto, nesta

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

26

Handwritten signature and initials.

situação, com certeza que se encontrar-se-ão muitas Juntas de Freguesia. Daqui a razão de eu apelar e ou fazer um requerimento ou fazer uma proposta para que esta minha intenção, penso que será bem vista, quer da parte do executivo, quer da parte da Assembleia, referente ao IMI. Muito obrigado".

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS)

"Eu queria de facto congratular-me por ter sido conhecido no passado dia 18, o *ranking* dos melhores municípios portugueses, levado a cabo pelo Jornal de Negócios. Em análise estiveram vários parâmetros distintos. O nosso Concelho, no *ranking* nacional, está na posição nº190, em 308 municípios. No conjunto dos 14 municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro, os Municípios de Vila Real e Chaves ocupam os primeiros lugares, sendo que na 3ª posição está a cidade de Peso da Régua e em 5º lugar está o Município de Alijó. Importa sublinhar o facto de o Município de Alijó assumir uma clara posição de destaque, tendo em conta a sua condição de vila, comparativamente com os municípios de Murça, Sabrosa, Ribeira de Pena e Valpaços ou mesmo Carrazeda. A construção de infra-estruturas como as Piscinas Municipais, o Auditório, a requalificação do Estádio Eng.º Delfim Magalhães e do Parque Escolar, o apoio às IPSS do Concelho, a construção de equipamentos sociais, tais como lares, centros de dia, apoio domiciliário e a Unidade de Cuidados Continuados Intensivos, assim como as benfeitorias na rede rodoviária que aproxima os polos geográficos do Concelho a outras regiões do nosso país, contribuíram para o desenvolvimento socioeconómico do Concelho. A promoção de um conjunto de investimentos de cariz público e privado que permitiram potencializar o tecido empresarial do Concelho nos planos económico e demográfico, transformaram Alijó num Concelho de referência no Distrito.

De acrescentar também todas as obras de requalificação de espaços religiosos e culturais e a construção da Pousada da Juventude, entretanto encerrada por este governo, reveladoras, por si só, do combate à desqualificação e despovoamento do Município. Acrescentando ainda a oposição feita relativamente ao encerramento de serviços públicos como o Tribunal e o apoio e acompanhamento às várias Associações existentes no Concelho, sempre numa lógica de proximidade com a população e de promoção do seu bem-estar. Tudo bons exemplos que traduzem de forma clara a ideologia socialista e salvaguarda dos direitos e garantias das pessoas.

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

26

Sublinhe-se, assim, e de forma irrefutável, o claro esforço ao longo dos últimos anos, por parte da Autarquia, no sentido de combater a interioridade, valorizando os recursos e potencialidades naturais do Concelho.-----

Depois tenho uma questão para o Senhor Presidente de Câmara, que é relativamente ao muro que caiu na estrada panorâmica da Senhora da Piedade. Aquilo está num perigo iminente de continuar a cair e queria saber quais as soluções que a Autarquia apresenta para o mesmo.-----

Também uma outra questão, e aqui queria interpelar directamente o Senhor Vereador António Joaquim Fernandes, acerca de uma questão que ele está permanentemente a insistir em levar a reunião de Câmara, que é acerca de um muro que existe na Freguesia de Vila Chã, que foi um muro construído com dinheiros públicos e entretanto foi colocada uma rede por um privado. Eu queria saber, Senhor Vereador e Senhor Presidente de Câmara, já agora, o porquê da sua insistência e de continuar a insistir neste ponto nas Reuniões de Câmara. Era só, muito obrigado".-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS) -----

Cumprimentou a Senhora Presidente, o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o público presente. Disse:-----

"Acho que a minha intervenção estará já um pouco ultrapassada pela intervenção do Senhor Deputado Telmo Pinto. No entanto, corroborando o pedido que o Senhor Deputado Telmo Pinto fez, isto prende-se também um pouco à minha perplexidade, pelo facto de na reunião de 18 de Fevereiro ser uma reunião prévia para agendar a ordem do dia e verifico que realmente não constou da nossa preparação este ponto onze. Daí a minha expectativa de esperar como se vai desenvolver esse debate.-----

Dirijo apenas agora umas perguntas muito singelas, para a possibilidade do Senhor Presidente fazer a sua intervenção, talvez para falar um pouco sobre os fundos comunitários 2014/2020. Gostaria também de saber, isto já está esclarecido um pouco, sobre as dívidas das juntas. Discriminar um pouco e explicar um pouco do que constam essas dívidas, até para eu fazer um juízo de valores, para saber se realmente estes pecados estão na questão da gestão camarária ou se estão na gestão das Juntas de Freguesia. Gostava de saber um pouco essas responsabilidades.-----

Por último, esta Assembleia, não sei se é sensível ao falecimento de uma funcionária muito respeitada, D.^a Cristina Eduarda. Não serei exigente de pedir um pouco dessa homenagem, não

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

27

digo um minuto de silêncio, mas simbolicamente quinze segundos de silêncio, homenageando esta funcionária.-----

Em tempo oportuno, dado que ainda não alinhei as minhas intenções para poder estimular um pouco a natureza que nos envolve e fazer um desafio ao Senhor Presidente também, de um dia poder elaborar um levantamento, que eu considero um levantamento de certo modo o património granítico cultural que temos na região. Isto para completar um pouco o lema de que Alijó Património Deslumbrante Natural e eu completaria também e vinhateiro, se estaria na ideia de um Gabinete apropriado poder fazer um levantamento paisagístico, de uma região granítica que hoje é uma referência para quem nos visita e sobretudo para um valor turístico em que futuramente poderemos apostar. Nada mais tenho a dizer e a seu tempo eu poderei inscrever-me noutras oportunidades".-----

DEPUTADO VÍTOR SEQUEIRA (PSD) -----

Cumprimentou a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia e os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o público em geral. Disse:-----

"Pedi para falar, nomeadamente para dizer e trazer aqui algumas preocupações da população de Favaios. Como é sabido, o caminho de Soutelinho está neste momento interdito ao trânsito, queria trazer a questão aqui e informar a Assembleia e trazer a questão ao Senhor Presidente da Câmara para me informar das diligências que estão a ser tomadas nesse sentido.-----

Queria também deixar aqui uma palavra de agradecimento aos funcionários da Câmara que nestes últimos dois meses têm desenvolvido os trabalhos com muito zelo e com muita dedicação e queria também pedir ao Senhor Presidente da Câmara que lhes transmitisse esse sentimento, que a Junta de Freguesia de Favaios tem neste momento para com eles.-----

Queria também trazer aqui uma preocupação dos bombeiros, que não se prende com os Bombeiros Voluntários de Favaios, mas sim com todos os outros, como os do Pinhão, Sanfins e Cheires, que é as condições que eles encontram no Centro de Saúde. Os nossos bombeiros são obrigados a permanecer durante todo o dia no Centro de Saúde e nunca foi tido em conta, ou houve a preocupação, de arranjar um espaço para que eles pudessem aguardar pela chamada. Os bombeiros são obrigados a aguardar dentro das viaturas, e como sabemos, não será o local ideal para se encontrarem em condições para ao fim do dia terem que fazer uma viagem de socorro. Queria pedir a intervenção da Câmara para, junto da Direcção do Centro, encontrarem uma solução para este problema.-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signatures and the number 28.

Em terceiro lugar e por último, como já foi referido aqui por outras Juntas de Freguesia, e eu como é a primeira vez que tomo a palavra, queria informar esta Assembleia e trazer esta preocupação uma vez mais ao Senhor Presidente da Câmara, que a nossa Junta de Freguesia deve neste momento 140.000 euros, ao senhor empreiteiro, julgo Fernandes, do qual está a decorrer já processo em tribunal, já começam a chegar as custas judiciais e por aí e a nossa situação financeira, como é de esperar, está numa situação aflitiva. E de momento é só, muito obrigado".

DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD)

"Gostaria aqui, em nome do grupo municipal do PSD de nos congratularmos com o acordo de governabilidade que foi celebrado entre o Executivo Permanente e o Vereador João Manuel, demonstrando aqui um acto de coragem e de determinação na defesa dos interesses do Concelho e do futuro, que assim possibilita uma governabilidade mais sólida e que não leve as práticas que pretendiam ser desenvolvidas pelo Executivo para outros caminhos. E portanto, acho que é importante ressaltar essa questão, essa mais-valia que aqui foi desenvolvida nos últimos tempos com todos os esforços, tendo sido alcançado este resultado que nos parece significativamente uma mais-valia para o Concelho e para os próximos quatro anos.

Depois, relativamente à questão das Finanças e que já foi aqui muito mencionado, inclusive o Senhor Deputado António José Lousa referiu que o grupo municipal do PSD é frontalmente contra qualquer encerramento no Concelho de Alijó, seja ele qual for, mantém, em coerência, diga-se, porque é importante ressaltar que o mesmo não acontece com outros e portanto, é importante também aqui ressaltar, dizer porquê isto acontece e tal decorre da situação gravosa a que nos levou essencialmente os últimos dois governos socialistas. E portanto, nessa sequência e de PEC em PEC, protelando a ajuda externa que era cada vez mais necessária para o nosso país, chegamos a este caminho em quem define os nossos destinos é a Troika e as entidades que a compõem. E portanto, quem apareceu a seguir, com raras exceções, teve de cumprir aquilo que foi acordado. Entre elas, estas reformas. Mas independentemente disso, não impede que nós tenhamos uma posição clara e frontal contra e também sei que nesse sentido, o Executivo Permanente tem tido várias diligências para se inteirar da situação e manifestar precisamente essa posição, mas o Senhor Presidente, a seu tempo, se encarregará de esclarecer essa situação.

Por fim, e não me vou alongar porque já são quase cinco horas, gostaria só de colocar aqui uma questão à Senhora Presidente, até porque eu não estive presente na reunião, na conferência

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

29

dos porta-vozes dos respectivos grupos: houve uma questão, por aquilo que me foi transmitido e gostaria que me confirmasse, de que, e não tenho nada contra isso, quero deixar claro, da posição de que cada grupo se sentava nesta sala. Atenção, volto a frisar, não tenho nada contra isso, cada um ocupa na sala posição que entender. Agora, penso que foi definido o enquadramento de cada um dos grupos na sala. Só para perceber se efectivamente ficou, não ficou e em que circunstância isso é feito? Muito obrigado".-----

DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (MAIS) -----

Cumprimentou a Senhora Presidente da Mesa e os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais aos Senhores Presidentes de Junta e o público presente. Disse:-----

"Três notas. A primeira apenas para comunicar que estive presente na Régua, na CIM, para a eleição da Mesa da Assembleia, em que apresentaram-se duas listas. Ganhou a lista A, composta por Artur José Montenegro Andrade, da Régua, António Nunes Reis, do Freixo, Eduardo Jorge Pereira da Rocha, de São João da Pesqueira. A lista B, que não passou, era composta por João Luís Teixeira Fernandes, de Murça, António Francisco Reis, de Moimenta da Beira e Marília Teresa Ferreira, de Vila Real. Os pontos da ordem de trabalho ficaram adiados, uma vez que esta eleição demorou imenso tempo e já eram oito horas quando se iria tratar dos outros assuntos. De maneira que primeiro era para comunicar isso.-----

Outro ponto, muito breve também, era para lembrar e registar aqui na Assembleia, o executivo desta Câmara Municipal, uma vez que o PAEL está aprovado e portanto isso permite que o Executivo possa libertar verbas para as Juntas para tomarem as iniciativas que tiverem a tomar, lembrar que havia um compromisso do anterior Executivo e que está aí com certeza plasmado nos documentos, de que uma verba que foi aqui depositada na Câmara, de 10.000 euros, aquando de uma venda de um terreno em Vilar de Maçada, para a construção de um bairro, a caução entrou aqui, esse dinheiro entrou aqui. Infelizmente não puderam continuar com o bairro, essa caução ficou nos cofres da Câmara Municipal, mas com a garantia de que seria devolvida a Vilar de Maçada, porque as pessoas que compraram o terreno são de Vilar de Maçada e pediram que esse dinheiro pudesse ser devolvido à Comissão Fabriqueira da Igreja, com a Junta de Freguesia, para poderem construir a Casa Mortuária. Portanto, era só para lembrar, que logo que possam cumprir esse acordo, pudessem ser restituídos à Freguesia de Vilar de Maçada, esses dez mil euros das pessoas de Vilar de Maçada, que depositaram aqui essa caução. É uma caução.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-20



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

30

Depois outro ponto é apenas para lembrar o seguinte. Sei que está concluído, ou pelo menos se não está, já devia estar, o parque junto às Piscinas. Aquando da inauguração, eu lembrava um nome para esse parque, para fugir, possivelmente, porque eu sou benfiquista, para fugir à agora mania de pôr tudo Eusébio. Não sei quê, Eusébio, mais não sei quê, Eusébio. Lembrava que em Alijó nós temos um homem, infelizmente não temos presente porque já faleceu, mas que fez história e que nós temos muito orgulho, que é o escritor e poeta António Cabral, do Castedo do Douro. É um homem que merecia e merece uma homenagem e será um local muito digno para prestarmos homenagem a esse grande homem da cultura de Alijó e que já é conhecido sobejamente em todo Portugal. Portanto, que Alijó não se esqueça de honrar e de homenagear este grande poeta. Tenho dito".-----

DEPUTADO TELMO PINTO (PS) -----

"Eu, na minha intervenção, disse que tinha vários assuntos a focar e um deles era o requerimento.-----

Pelo acelerar da hora, aproveito para sugerir, que tal e qual como aconteceu na última sessão, se puder proporcionar um intervalozinho a esta Assembleia e infelizmente tenho o fraco vício do tabaco e mais alguns Senhores Deputados também, para fumarem um cigarrinho e descontraírmolos um pouco.-----

Senhora Presidente, obviamente não quero cometer nenhuma falha de cortesia com a sua pessoa, mas evidentemente que eu já vinha referindo que os trabalhos da Assembleia Municipal nem sempre têm decorrido da melhor forma e tem sido referenciado pelos vários Senhores Deputados de algumas incongruências, que não estou a dizer propositadas obviamente, e eu recordo-me bem de lhe ter falado relativamente a alguma inexperiência, relativamente ao lidar com estas questões da Assembleia Municipal e que a Senhora Presidente ficou até melindrada relativamente a isso, mas já percebi que há algum reconhecimento relativamente a essa minha observação. Contudo, nós não somos perfeitos e obviamente que estamos cá para melhorar. Vocês, porventura, estão a aprender. Nós, se calhar, também estamos a aprender, foram vinte anos de poder e agora passar para a oposição, também temos que aprender. Mas eu gostaria de lembrar-lhe o seguinte: apresentei um requerimento e a verdade e que após a apresentação do requerimento passou logo a palavra a outro Senhor Deputado. Pronto, uma falhazinha, Está perdoada da minha parte obviamente e de todos os Senhores Deputados".-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: Já falaremos sobre isso, Senhor Deputado-----

DEPUTADO TELMO PINTO: -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-01-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

37

De qualquer das formas, para ser fácil também, vou ler aqui uma intervençãozinha que eu tinha preparado relativamente ao assunto das Finanças. -----

O Concelho de Alijó está a perder população. O fecho das Finanças contribuirá ainda mais para esta perda. O actual governo segue uma estratégia de esvaziamento de serviços, como tribunais, finanças e segurança social. No Concelho de Alijó já tentou o encerramento do tribunal, mas encontro protesto e oposição por parte do anterior Executivo, que mobilizou todos os meios na defesa do serviço público de qualidade para todos.-----

Pretendem que os cidadãos de Alijó passem a ser utentes do Serviço de Finanças de Vila Real, mas nem todos têm carro próprio, já para não falar nos custos que as viagens acarretam. -----

Este encerramento trará transtornos e prejuízos aos contribuintes, sobretudo neste momento em que todos os agricultores foram obrigados a colectarem-se e por isso necessitam de um atendimento de proximidade, que vá de encontro às suas necessidades.-----

Senhor Presidente da Câmara, não pode nem deve receber a notícia de encerramento do Serviço de Repartição de Finanças como uma inevitabilidade. Deve seguir os bons exemplos do passado, concretamente o bom exemplo do encerramento do tribunal e impedir o encerramento to das Finanças em Alijó.-----

Peço especial atenção e sublinho. Desde já conte com a participação da bancada socialista nesta luta. No entanto deverá também estar atento, eu diria mesmo muito atento, ao serviço local de Segurança Social que desde Novembro se encontra sem linha telefónica. Parece um pomenor. Sabemos que cada atendimento telefónico ou presencial é contabilizado. E que os números contam na cega intenção do governo de racionalizar custos. Esperamos bem que o encerramento deste serviço não seja o próximo passo.-----

E sobre este assunto, espero que o Senhor Presidente da Câmara, aqui nesta sessão, nos esclareça e se alie a nós, que tanto desejamos e queremos, que este serviço, como todos os outros e este em particular, que eu referi aqui da Segurança Social, nos possa ajudar e protagonize connosco, um movimento de luta para evitar o encerramento. Se o conseguirmos, óptimo. Se não o conseguirmos, há uma coisa que temos a certeza absoluta, é que a nossa consciência fica tranquila que tudo fizemos para evitar este problema.-----

E agora, o facto de ter falado no final, permite-me uma coisa. Senhor Deputado João Vilela esqueça isso. Esqueça o Partido Socialista, aquilo que foi feito, o que deixou de ser feito. Nós estamos cá, sabe para quê? É para resolvermos os problemas. Já fizemos o diagnóstico. E isto estou a dizer-lho a si porque também é para dizer ao Senhor Presidente da Câmara. Esqueçam.

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

J2

Nós quando assumimos um compromisso, para sermos eleitos para o que quer que seja, é para herdar tudo. É para herdar tudo. É para fazermos o melhor que pudermos fazer. O resultado eleitoral já fez a respectiva correcção de quem esteve e de quem não esteve. Nós temos felizmente, a democracia ensina-nos isso. De quatro em quatro anos fazem-nos justiça. Ao Senhor Presidente da Câmara que está em exercício agora, daqui a quatro anos, submeta-se ou não a sufrágio, a população vai fazer jus do seu trabalho. Portanto, o Partido Socialista, o anterior Executivo, já foi feita a justiça, já está a condenação dada. Portanto, não se perturbe com isso, assim como o Senhor Presidente da Câmara. Deixem-se de vitimizações, deixem-se de desculpas. Vamos a essas energias que vocês têm de culpabilizar os outros, aproveitem-nas firmemente para ir ao encontro dos desafios.-----

PRESIDENTE DA MESA: Senhor Deputado Telmo Pinto, vamos concluir.-----

DEPUTADO TELMO PINTO: E relativamente a coerência, afinal o Partido Socialista e aqui já foi referido, deixou muita coisa boa, mas pelos vistos dá mais interesse neste momento dizer o que é que está mal. É mais fácil, muito obrigado e desculpe Senhora Presidente"-----

Não havendo mais ninguém inscrito a Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Cumprimentou a Senhora Presidente e a restante Mesa, os Senhores Deputados e Senhores Vereadores, bem como o público presente. Disse:-----

"Vou tentar responder a todas estas questões que me colocaram, muitas delas são transversais e vão entroncar umas nas outras, embora vá enumerar todas as questões que os Senhores Deputados fizeram, se calhar algumas questões ficam respondidas logo desde início.-----

Vou começar pelo Senhor Deputado Luís Lameiras e vou começar por uma questão simples e que me deixa perturbado, preocupado, com o facto de terem danificado o património em São Mamede. Estou contra. Estou insatisfeito com a acção desse funcionário. Não sei quem foi, mas com certeza que não é uma acção da Câmara. Ninguém pode ser responsável pela maior ou menor sensibilidade de um operário. Um operário pode estar mal ou ter dado mal a pancada, mas felicito-o pelo facto de estar aterito e que possa continuar a trazer-nos esses apontamentos, porque o património é fundamental para nós e temos que o preservar. Agradeço-lhe a sua atenção.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

33

Quanto à questão das Finanças e que vai aqui entroncar-se sem dúvida nenhuma, que é a grande questão, vamos lá ver uma coisa. Ninguém aqui nesta sala está mais preocupado do que eu, ou defenderá melhor os interesses do que eu. Igual, acredito, mas mais, vamos lá ver uma coisa, ninguém gosta tanto deste Concelho como eu. Pode gostar o mesmo. Não é cordial nem legítimo que se esteja a partidizar uma posição da Câmara Municipal. Isto é um assunto muito grave, um assunto que a todos nos vai afectar e que temos uma obrigação moral. Não vamos partidizar este assunto. Este assunto é demasiado grave, mexe com o futuro do Concelho, mexe com pessoas, mexe com famílias, mexe com a nossa economia. Quem nos elegeu espera muito mais de nós, que estamos a fazer disto um joguete político. Não o é. Eu vou dizer a minha acção até agora, de que a Vereação já tem conhecimento de alguma acção e fez de conta que não tinha. _____

Inicialmente, quando eu vi a primeira notícia, fui a Lisboa falar com o Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais. Fui tentar saber o que é que se passava. Ao certo, ele disse-me que não era ainda da competência dele, mas ao certo, disse-me assim *«não se trata de um encerramento, mas vai haver uma reorganização das Finanças»*. E eu disse *«atenção, porque nós estamos preocupados. Essa reorganização vai-nos conduzir a quê?»*. E ele disse *«não lhe posso dizer, mas digo-lhe uma coisa, qualquer situação nova, a Autarquia ir-nos-á acompanhar e daremos conhecimento»*. Nessa mesma reunião pus à disposição do Senhor Secretário de Estado, toda a capacidade que a Autarquia tem instalada, todos os edifícios, todas as soluções. Disse *«nós seremos parte da solução, não seremos parte do problema»*. _____

Posteriormente, o tempo passou, pedi uma reunião à Senhora Ministra das Finanças. Essa reunião foi do conhecimento, como acabaram de dizer, estive em acta. Estive um mês e meio sem resposta. Tentei os vários canais para chegar sempre à Senhora Ministra e não consegui agendar a reunião. Numa última fase, a Senhora Chefe de Gabinete da Senhora Ministra diz-me *«este assunto está com o Senhor Secretário dos Assuntos Fiscais»*. Pedi de imediato uma reunião ao Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. Até hoje ainda não tive resposta. É o Dr. Paulo Núncio. Tenho, insistentemente, procurado essa reunião. _____

A par disto, desenvolvi outras acções, e que essas cabem a um Presidente de Câmara, que é exercer alguma acção política, algum *lobby*. Estive reunido na CIMDouro, fiz uma intervenção em nome do Município de Alijó, bastante dura e que levou a que todos os Municípios subscrevessem, por unanimidade, um comunicado que vai sair amanhã. _____

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Desímbento Património Natural

14

34

Hoje mesmo, de manhã, estive numa manifestação, fui acompanhado pelo Senhor Vereador João Manuel, em Murça, em que todos os Municípios da CIMDouro, os dezanove Municípios, estavam representados ao mais alto nível, donde surgiram declarações frontais contra o encerramento seja de que serviço for. -----

Lá estavam a falar dos tribunais, mas isto está muito para além dos tribunais. Nós temos que tomar uma posição e nós temos que tomar uma posição séria e vamos tentar não partidarizar isto, porque disse aqui e muito bem o Senhor Deputado Telmo, que isto, suspeito que, não parará aqui. E eu quero aqui dizer que não há qualquer conflito de interesse com a minha posição e o facto de ter sido eleito por um partido que está no governo. Antes do partido pelo qual eu fui eleito está a minha terra, está o meu Município e disso não tenham qualquer sombra de dúvida. Espero que fique bem claro, não tenham qualquer sombra de dúvida. -----

Estive reunido com o Chefe das Finanças e ele elencou-me todo o desempenho que as Finanças têm tido. As nossas Finanças, num rating de doze, que são as doze que estão no Distrito, nós estamos mais ou menos a meio. A uns níveis estamos em quinto, noutros níveis estamos em sexto, estamos ali no limbo. A notícia eram cinquenta por cento, quando saiu ao público, cinquenta por cento de fecho das Finanças. Cinquenta por cento estaremos aqui no limbo. Mas agora, eu não me acredito que seja isso. Eu acho que o plano é muito mais vasto e envolve mais organismos.-----

Nós temos que tomar uma posição, eu tomá-la-ei na minha condição de Presidente de Câmara e espero que a população também vá compreender isto. E peço aqui, aos grupos municipais aqui presentes, por favor não vamos partidarizar isto. De hoje a amanhã vamos ser questionados. Se introduzirmos ruído político aqui, se calhar vai-nos correr mal. Se estivermos unidos vamos ver até onde isto nos leva. O Douro está unido. Os dezanove Municípios estão unidos nesta luta. Brevemente, amanhã ou ainda hoje, não sei, vai sair o comunicado. Todos os Presidentes estão decididos em encetar esta luta. -----

Portanto, a informação neste momento é esta e a minha suspeita é que esta reforma do Estado seja muito maior do que nós estamos a ver. Aliás, eu há dias estava a ler um artigo de opinião e falava na Associação Nacional de Municípios e vejo um termo novo, agregação de municípios e vejo ao longo do texto esse termo repetido três ou quatro vezes. Cuidado com isto de agregação de municípios. Hoje perdemos as finanças, depois o tribunal. Não vale a pena dizer que nós ficámos com o tribunal e Murça sem o tribunal. Isto é uma estratégia centralista que amanhã nos afecta a nós também. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

36

Nós o que temos tentar travar é esta estratégia. Acho que este não é o melhor rumo para um território do interior. Isto não combate a desertificação, isto não fixa pessoas, isto não cria um clima de atractividade para uma empresa se vir aqui fixar e, sobretudo, isto fere aqui um ponto constitucional, que é o direito à igualdade. Nós passamos a não ter a mesma igualdade no acesso quer à justiça, quer aos serviços de finanças. -----

E a autoridade do Estado sempre se manifestou por duas actividades. A soberania do Estado é reconhecida pela população pelo exercício de duas actividades. Que é o exercício da justiça e a cobrança de impostos. Ora, se nós estamos a caminhar para uma situação que possivelmente nos conduza quer à cobrança de impostos, que essa não vai parar, mas não temos a proximidade que deveríamos ter. Estamos a tratar de uma cobrança de impostos sobre acções, sobre matriz rústica. A matriz rústica é evolutiva. Está sempre, sempre, em transformação. A titularidade dos prédios está sempre a mudar de nome. As partilhas levam a isso. Não é possível gerir uma matriz rústica à distância ou pela internet. A matriz rústica tem que ter a proximidade dos técnicos, tem que ter a visita de campos, tem de ter a avaliação e temos que pensar que a nossa população não é assim tão evoluída a tratar com assuntos informáticos, como será a do litoral, está envelhecida e não tem essa capacidade. Portanto isto é uma justificação.-----

Outra é que, a ser esta acção continuada, esta estratégia não é mais do que um voltar de costas ao mundo rural. Se nós deixarmos que isso aconteça então, o que é que estamos aqui a fazer? Daqui a uns anos, o Presidente de Câmara que aqui estiver, vai questionar «o que é que eu estou aqui a fazer?». O de Murça já hoje questionou em público «o que é que estamos aqui a fazer?».-----

Portanto, eu apelo realmente a um sentimento de unidade, apelo a que todos nós façamos um esforço, não vamos partidarizar. Vamos criar um grupo de trabalho, vamos debater e pensem uma coisa, o meu silêncio, que não era silêncio, fui falando, nada teve a ver com o pactuar de qualquer estratégia governamental. Antes do governo, antes do partido está a minha terra e que ninguém o duvide.-----

Senhor Alceu Mendes Costa, o Senhor falou nos caminhos vicinais. Efectivamente são as nossas vias. É daí que a nossa economia depende, essencialmente da boa conservação dos caminhos vicinais, também é um dos pontos os caminhos vicinais. Nas medidas compensatórias que nós iremos ter pelo facto do nosso território ser afectado no vale do Tua, uma das medidas que eu pedi e que referenciei, era dinheiro para caminhos vicinais, porque a Câmara não o tem.

E ainda não se sabe bem quanto é que calhará a cada Município, mas tivemos que elencar

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

36

prioridades e a prioridade um foram caminhos vicinais. Portanto, algum dinheiro que venha daquelas medidas compensatórias seja distribuído pelo território e que possamos acudir a alguma parte dos caminhos vicinais.-----

Relativamente à transferência de verba para as associações tenho pena que o Senhor Alceu Mendes Costa não seja Presidente de Junta, ou elemento, porque nós tivemos aqui uma sessão de formação sobre a delegação de competências e isso também abrange as associações. Nós só podemos transferir dinheiro depois de protocolado. E até lá, como sabem, não é possível. Brevemente decidiremos os critérios, como é que vamos fazer, vamos ver o dinheiro que está disponível e vamos ver como é que isso é possível, sendo certo que, no fim do ano, pedimos a todas as associações que apresentassem um plano e orçamento e apresentassem qual era o grau de sustentabilidade a nível de dinheiro público. Como sabem, qualquer associação cuja existência dela dependa em mais de cinquenta por cento de dinheiro público, ela passa a privado. Portanto, temos de ter cuidado. As associações têm que apresentar atempadamente os seus planos e orçamentos para nós assim os podemos enquadrar e ver e conversar, às vezes podem estar no limiar de passar de uma posição para outra.-----

Infelizmente, grande parte das associações que estiveram aqui não trouxeram o plano e o orçamento, apenas nos pediram dinheiro. E eu compreendo que é mesmo dinheiro que falta. Mas infelizmente, o pouco que houver tem de ser transferido de uma forma regular, protocolada. Senhor António Lousa, muito obrigado pela atenção que teve em ver que as estradas estavam a ser cuidadas. É um exercício difícil de fazermos, com os meios que temos, mas os poucos meios e que estamos a recuperar, têm sido usados na recuperação das bermas das estradas, tendo havido algumas prioridades, agora com as últimas intempéries e paramos algumas dessas acções.-----

Relativamente ao dizer que o PSD também está contra o fecho, eu gostava que não fosse o PSD, eu gostava que não fosse o PSD, que fosse esta sala em bloco, se for possível, se for possível, independentemente do que nos separa, que seja isto que nos une. É esta Assembleia em bloco que com certeza está contra.-----

Senhor Domingos, muito obrigado pela referência que fez, efectivamente estamos à beira de assinar o protocolo do restauro do Santuário de Perafita, uma acção que já estava candidatada há algum tempo, que não teve a ver com este Executivo, mas na verdade é que estamos agora numa fase, estamos agora a passar à acção. A verba que estava destinada era pouca, como o Senhor sabe e apercebeu-se. Ali, numa negociação de bar, uma negociação dura, conseguimos

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

37

triplicar a verba para recuperar o Santuário de Perafita. Vamos ver. Já sei que os técnicos já visitaram, já fizeram o levantamento, vão começar a fazer as plantas, espero que realmente já se possa para o ano visitar Perafita em termos de roteiro turístico do Concelho de Alijó.-----

Relativamente à sugestão de parte do IMI ser distribuído pelas Juntas de Freguesia, tenho imensa pena, mas era uma solução, era uma solução para os Senhores começarem a resolver a vossa dívida, negociá-la e projectá-la no tempo com acordos, mas não é possível. Ainda não é possível. Pode ser que se calhar num espaço temporal curto, as Juntas de Freguesia possam, se calhar, colher o IMI na totalidade do seu território. Não sei, vamos aguardar, mas neste momento não é possível.-----

Senhor Cláudio Vilela apraz-me registar de bom grado que trouxe aqui o *rating*, que eu desconhecida. E tudo o que for bom para este Concelho, eu fico satisfeito. É bom para mim, é bom para o Executivo, é bom para nós todos. É bom para a nossa população. Eu desconhecia que tinha saído esse *rating* no Jornal Económico. Não li, muito obrigado, eu fico contente que assim seja e o tenha divulgado aqui. Dá-nos algum alento. Nem tudo são desgraças, nem tudo está perdido.-----

Relativamente ao muro panorâmico da Senhora da Piedade, temos ali um problema. Primeiro é uma estrada panorâmica, está classificada e como tal, as intervenções são limitadas e supervisionadas. Está classificada como estrada panorâmica. Quando o muro caiu fomos de imediato tentar interromper o trânsito a pesados. Deve saber o que sucedeu. Os nossos técnicos foram lá mal tratados, tiraram os sinais. Mas uma acção de uma pessoa ou duas não faz uma freguesia. No entanto sinalizamos e já estamos próximos de um orçamento para recuperar aquele muro, tendo em atenção que é uma estrada panorâmica, que tem de dar aquelas voltinhas sempre, mas vamos tentar, o mais rápido possível, recuperar esse muro e outros. Infelizmente não foi só esse. As pessoas não cumprem, é pôr lá a polícia de manhã à noite. Pode acontecer ali uma situação, uma desgraça. Uma camioneta virar-se ali, morrer alguém e depois de quem é a responsabilidade? Nós pôr lá outra vez sinais, sabem que os sinais custam dinheiro. Nós nem os tínhamos, tivemos de pedir sinais à EDP. E emprestaram-nos. Eu quando passei lá há três dias já não vi sinais. Pelo que diz já os foram repor. Já estive lá a GNR, tomou conta da ocorrência, estive lá algum tempo, mas acabou, virou as costas, passou logo um camião.-----

Senhor Laureano Ribatua, quanto aos fundos comunitários estamos a acompanhar a evolução. Estamos ansiosos que haja algumas definições. Tenho ido a reuniões da CCDRN. Tenho

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Kef

38

07
[Signature]

assistido ao debate, normalmente dos grandes autarcas do litoral, que estão numa tentativa desesperada de mais uma vez prejudicar o interior. Já tive a oportunidade de me manifestar contra, assim como os municípios da CIMDouro também já tiveram e vão ter essa mesma oportunidade. Os fundos comunitários, de uma forma gradual, estão a ser canalizados para o litoral. Portanto, mais uma vez poderá acontecer aqui alguma coisa que não nos beneficie. Vamos continuar nessa luta, vamos continuar e julgo que já recuperamos alguma coisa. Alguma estratégia. -----

E alguma coisa tem a ver com duas palavras que se chamam *spill over*. O que é o *spill over*? Que está agora na ordem de trabalhos, sempre, nos fundos comunitários. Neste quadro, e isto é uma proposta, a nossa região é uma região de convergência, isto é, nós estamos muito longe dos valores do país, do rendimento *per capita*, de maneira que temos de cavalgar mais rápido para atingir esse ponto de convergência. E para atingirmos esse ponto de convergência, introduziram ali uma lei, estão a negociar, que é o *spill over*. Não permitir que empresas localizadas aqui na região, nesta e noutra, possam beneficiar dos fundos comunitários se não estiverem aqui sediadas. Isto é, estarem a beneficiar pelo facto de estar a explorar o território e estarem a pagar impostos noutra território. Portanto, isto está a ser negociado, está a tentar ser introduzido neste novo quadro comunitário e o FEDER agora também inclui o investimento agrícola, o FEADER. Portanto, todos estes investimentos agrícolas, julgo eu, que vão ficar condicionados ao facto das empresas estarem aqui sediadas. Isso, meus Senhores, nós temos no nosso Concelho as cinco maiores empresas do Douro. Estão localizadas, mas não estão sediadas. Imaginem o que isso significaria para os nossos rendimentos. Vamos ver, se por este caminho, porque ninguém pode impor o sítio onde cada um se quer sediar, mas criando estas condicionantes depois têm que reflectir e ver se é conveniente ou não estarem sediadas no nosso Concelho. Portanto, isto quanto aos fundos comunitários. -----

Senhor Laureano, quanto ao pedido dos vinte segundos para recordar a nossa Cristina Eduarda, eu proponho de imediato um minuto de silêncio se a Senhora Presidente o permitir. -----

A **PRESIDENTE DA MESA** anuiu e procedeu-se, de imediato, a um minuto de silêncio em memória da funcionária recentemente falecida, Cristina Eduarda. A Senhora Presidente da Mesa informou que do acto se daria conhecimento à família. -----

De seguida voltou a dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para concluir a sua intervenção. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

kel

39

of

of

Senhor Laureano, quanto ao proceder a um levantamento do património granítico, realmente nós temos património granítico lindíssimo. São ocorrências da natureza que a todos nós nos deslumbram e nos põem a pensar como é que acontecem. Quem vai daqui para a Senhora da Cunha, quem desce para as Fontainhas, quem desce para o vale de Carlão e vê aquilo tudo, são acontecimentos únicos. Realmente, merecem no mínimo, serem fotografados. Com pena nossa, ainda não estamos neste estado de desenvolvimento que nos permita fazer um levantamento. Temos outros levantamentos prioritários, mas não custa registar, cada um de nós, com uma máquina fotográfica, passa e vai registando.-----

Senhor Presidente de Junta Vítor Sequeira, quanto ao caminho de Soutelinho foi outro acontecimento menos bom para nós. Já temos um orçamento, vamos ver como o dinheiro pode ser canalizado e quem vai efectuar a obra. Temos que abrir um procedimento, ter um concurso, mas já temos a ideia, temos um orçamento feito de imediato. Porque se há uma situação que não pode acontecer é estarmos com aquela estrada fechada, porque serve a área que serve e liga-nos a Sabrosa por aquele lado.-----

Obrigado pelo agradecimento aos funcionários. Eu também tenho a ideia que eles andam motivados. Tenho ido dar uma volta à medida que eles fazem o serviço. Vou passando por lá, parece-me que estão motivados. Irei transmitir a sua vontade.-----

Quanto aos bombeiros terem um espaço para estarem a aguardar as chamadas, eu desconhecia isso e sinceramente faz todo o sentido. Como é que uma pessoa pode estar um dia numa ambulância, num desconforto enorme e depois ser chamado para ir ao Porto. E ir em questões de segurança. Vamos falar com o Senhor Director do Centro de Saúde, no sentido de providenciar um espaço, uma mesa uma cadeira, uma situação mais em conformidade e com dignidade e com a exigência do cargo, está bem?-----

Quanto à sua dívida, 140.000 euros, pois é uma dívida que a todos nós nos aflige e a si em particular, vou-lhe dizer que ontem chegou à minha secretária, relativamente à sua freguesia, 387.000 euros, mais IVA. Está lá, mas não é sua.-----

Senhor Deputado João Vilela, relativamente ao acordo de governabilidade que encontramos para a execução do PAEL, fico contente que tenha proferido essas palavras e estou convicto que a grande maioria dos munícipes de Alijó também estão satisfeitos que tenhamos encontrado um governo, porque quer queiramos, quer não, vamos estar a governar quatro anos e vamos tentar fazer o melhor pela nossa terra.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

40

Senhora D.^a Eduarda Sampaio, quanto ao PAEL eu vou esclarecê-la do seguinte. O PAEL vem para pagamentos de dívidas que estão já no caderno e que estão numeradas e só para aquelas pessoas. Portanto, não há aqui nenhuma folga financeira. Aqui há um cumprimento de uma obrigação, o pagar de uma dívida. Não pode ser desviado um euro daquele programa. Aquele programa é para ser cumprido e atrás desse cumprimento vem uma data de compromissos que nós também temos de cumprir. Pagamos, está pago, tudo bem, mas os compromissos são gravosos e vão-nos condicionar por vinte anos. Seria bom que não fosse assim.-----

Quanto a essa verba de 10.000 euros eu desconhecia, nem entendi bem qual era o assunto. Se calhar não era o momento para estarmos aqui a falar. Se me quiser fazer uma visita eu terei muito gosto em ir lá, para me explicar bem como é essa caução, que deve estar depositada num registo especial em contabilidade, deve estar evidenciada numa rúbrica qualquer que não pode ser levantada, a não ser para esse efeito, pois se a caução é devida à Paróquia será entregue.

Quanto ao parque e a sugestão da D.^a Eduarda de pôr-mos o nome de António Cabral, é uma sugestão, vai ser acolhida como outras, vamos auscultar qual é a sensibilidade da população, se colher a sensibilidade, se colher o sim, será, se colher o não, não será. Certo é que eu tive a oportunidade de estar há quinze dias na tomada de posse dos novos órgãos do Grupo Recreativo e Cultural do Castedo e pedi-lhes que não se esquecessem deste homem e pedi-lhes que gostava de ouvir uns saraus de poesia, pedi-lhes que gostava de ver uma peça levada a cena do António Cabral. Eu por acaso, já há muitos anos, já ajudei a levar a cena uma peça dele e adoro-o como autor, como poeta.-----

Por fim, Senhor Deputado Telmo, acho que respondi a todas as suas questões, foi o último. Vamos tentar, com o líder parlamentar do seu grupo, o líder parlamentar do PSD e o líder parlamentar do Movimento MAIS, vamos tentar estar de acordo, pelo menos neste ponto. Podemos divergir noutros, mas na defesa dos nossos interesses não. Vamos tentar não politizar e vamos ter uma acção. Hoje participei em Murça, uma acção óptima, bonita. Era dia de feira, juntaram-se lá centenas e centenas de pessoas. Estavam as televisões, estavam as rádios. Curiosamente estavam os partidos de mão dada. Lado a lado, sem qualquer dúvida, sem qualquer ataque, apenas na defesa dos interesses e depois, a nossa política, pois claro, lá a teremos, lá para a frente. -----

Quanto às dívidas das Juntas de Freguesia, como sabem as Juntas de Freguesia têm autonomia financeira. Como tal, e legalmente, são elas que têm de referir as dívidas que estão a ser chamadas a tribunal. Não me compete a mim. Eu reuni ali uma série de questões, mas não

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

41

me compete a mim. Cada Presidente de Junta aqui presente, pois fá-lo-á. Certo é que a Câmara disponibiliza todos os meios e está atenta para encontrar uma solução. Mas cabe às Juntas de Freguesia dizer «sim senhor a minha Junta está aqui, evidenciei esta dívida, esta e esta e esta». Não seria correcto da minha parte vir falar da casa dos outros e de dinheiro aqui. Da nossa casa aqui, do dinheiro do Município, falo à vontade. Da casa dos outros tenho que respeitar. As Juntas de Freguesia, quando quiserem falar, como falou aqui o Vítor, que disse qual era a dívida dele, quando outros quiserem falar, faz favor. Na globalidade, como eu disse na anterior Assembleia, apurei quatro milhões cento e oitenta e dois mil euros. Ok, na globalidade, agora não vou, nem me compete. As Juntas se quiserem fazê-lo, podem fazer. Algumas não querem, querem manter segredo, se calhar querem negociar, encontrar algum acordo, são livres de o fazer sem expor isso publicamente. Ou vão expô-lo no sítio certo que é na Assembleia de Freguesia deles. A partir daí é público, enquanto não for à Assembleia de Freguesia deles não é público. Com licença.-----

A **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara, referindo que tinha ido muito para além do tempo concedido, o que compreendia uma vez que as questões colocadas eram muitas. Pediu-lhe que, da próxima vez, tentasse ser um pouco mais sintético.-----

Se seguida deu a palavra ao Senhor Vereador António Fernandes, a quem apelou à síntese.-----

VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES (PS) -----

Cumprimentou a Senhora Presidente e a restante Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, todos os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o público presente. Disse:-----

“Queria-lhes dizer que me sinto muito bem pela Senhora Presidente me ter dado a palavra. E ainda me sinto melhor pelo facto que é. Porque realmente como foi dito pelo Senhor Deputado Cláudio Vilela, a quem agradeço a preocupação, isso só é sinónimo que as pessoas lêem as actas e se importam com a coisa pública, queria eu dizer. Eu fiz em tempos um requerimento Senhora Presidente, não me vai levar a mal que eu o leia, são cinco parágrafos. Pode ser? Para que as pessoas se enquadrem dentro deste parâmetro.-----

PRESIDENTE DA MESA: Mas está em acta da Câmara?-----

VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES: Está em acta mas penso que nem toda a gente lê a acta.-----

Este requerimento, já depois de muitas insistências, foi entregue em reunião de câmara de 05.02.2014. Relativamente á situação debatida na reunião de câmara de 08.01.2014, como referi, sobre a colocação de uma rede por particulares em cima de um muro público foi aqui

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Docúbrante Património Natural

42

explicado pelo Senhor Vice-presidente da Câmara e consta da acta, portanto já tinha sido referido, que entrou na Câmara, um pedido para colocação de uma rede e que o mesmo foi autorizado por razões de estética e de segurança. Uma rede, agora, é estética e também dá segurança. Mas depois falamos sobre isso. Não compreendemos a estética ou segurança que uma rede pode acrescentar a um terreno agrícola, já vedado com um muro de betão, com um metro, sensivelmente, ou até e meio, não medi, de altura.-----

Ao que sabemos e podemos facilmente provar é que o muro em causa foi construído com dinheiros públicos. Dinheiros públicos! Analisado o processo, o que se verifica é que o pedido dos particulares é para vedação do seu prédio, nada se requerendo sobre a colocação da rede no muro público. Qualquer pessoa tem direito a vedar a sua propriedade. Trata-se então de uma intervenção, a colocação da rede, num muro público, que foi levada a cabo por particulares, não requerida à Câmara, nem consequentemente autorizada. Se não foi requerido, também não podia ser autorizado.-----

Assim questiono o Senhor Vice-presidente sobre se irá tomar medidas para a retirada da rede em questão, ou se irá conformar-se com uma medida tomada à revelia de qualquer autorização. E peço a vossa atenção porque depois irei desenvolver este último ponto. Quando se fala aqui de muitas boas vontades, da entreaajuda institucionalmente, o bom relacionamento, queria dizer que não é só de um lado, tem de ser dos dois lados. E não é isso que se vê, porque se constata. Então vamos ao último parágrafo. Contudo, informamos que estamos receptivos a encontrar uma solução que defenda os interesses da Autarquia e demonstre a boa-fé que quero continuar a acreditar que sempre existiu. Muito bem, que quero continuar a acreditar que sempre existiu. Bom, o que é que existiu? Um diálogo de surdos, como já aqui ouvi há bocadinho. E o que é um diálogo de surdos? Todos sabemos. Um fala, o outro debita e volta a falar e o resultado é sempre o mesmo. Nada mexe meus caros Senhores, nada mexe.-----

Bom, então eu perguntava: o muro foi construído com dinheiros públicos e agora, um sujeito qualquer chega lá, em cima do muro público, como se fosse eu que o construisse para mim, que é um muro de suporte de terras, eu vou lá pôr uma rede em cima. Vou lá pôr a cerejinha. E para que será? Mais grave ainda é que o Senhor Vereador tem conhecimento, que no passado e nesse bom relacionamento que tanto se falou, institucionalmente entre, neste caso, a Freguesia e a Câmara, porque só assim é que se conseguem os grandes feitos e as obras.-----

A PRESIDENTE DA MESA interrompeu o Senhor Vereador António Fernandes para questionar o Senhor Deputado Cláudio Vilela sobre a concreta questão a colocar ao Senhor Vereador o

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

43

qual respondeu que pretendia saber o que estava em causa dada a insistência do Senhor Vereador em reunião de Câmara.-----

Disse a **PRESIDENTE DA MESA** já todos terem percebido que o que estava em causa era a construção de um muro feito com dinheiros públicos, onde foi autorizada a colocação de uma rede por parte de um particular, pedindo ao Senhor Vereador António Fernandes que concluísse.

VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES: A Senhora Presidente não me interrompeu para me cortar o raciocínio, pois não? -----

PRESIDENTE DA MESA: Não, não. Mas se conseguir explicar ao Senhor Deputado Cláudio Vilela e a todos nós. Eu estava a tentar resumir isto. Então faz favor".-----

VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES: Pronto, o que eu queria dizer, é que ninguém, vamos comparar isto, é que ninguém constrói um muro para depois ir lá outro pôr a rede. Partimos desse princípio. Também disse aqui que é fácil provar que o muro é público.-----

Bom, o que é que eu quero dizer e para não vos alongar muito tempo. É que houve aqui uma manifesta vontade de beneficiar um particular. E querem que vos explique porquê a todos? Porque esta rede esteve em causa no passado e em causa porque também quiseram lá pôr a rede e no passado dado esse bom relacionamento que há, entendemo-nos, no sentido, de como diz a lei e a Senhora Doutora é da lei, o muro é de quem o constrói. E então se no passado não se deixou pôr a rede, porque é que agora apressadamente e logo a seguir vamos autorizar a lá pôr a rede? Será para quê? Para dizer, «alto, agora quem manda somos nós». Não pode ser de outra forma, eu não interpreto de outra forma. Estão a perceber? Bom, não havia necessidade disso. -----

Agora, eu pergunto e está em acta, quando se diz, entendem assim, nós respeitamos, a Câmara está mal, a Câmara não tem dinheiro, pois se se desfizer dos seus bens para os particulares mais pobre fica esta instituição. E é isso que a mim me preocupa Senhora Presidente. Eu fui Presidente de Junta e nunca por nunca beneficiei ninguém com o que fosse da Junta. Disse sempre que se dever favores a alguém, e devo atenções a pessoas, terei que o pagar com aquilo que for meu e nunca com as instituições que represento.-----

Bom, como disse, depois dizem assim, que é verdade e deveria ser «quando lhes convém articulam com a Senhora Presidente de Junta ou com a Junta e depois, se quiser, também lhe enumero. Quando não lhes convém, fazem as coisas sem dizer à senhora Presidente de Junta, porque eu confrontei-a com a situação e disse-me que nada sabia. Se quis, teve que ir procurar à fonte o que é que se passa.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

44

PRESIDENTE DA MESA: Senhor Vereador, não gosto muito de estar a interromper, portanto a questão é, temos um muro público, temos uma vedação autorizada pela Câmara, é isso, a um particular? E a sua indignação é e quer transmitir aqui a esta Assembleia é que não concorda com o procedimento, é isso?-----

VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES: Aliás, já o manifestei muitas vezes nas Reuniões de Câmara e ainda estou à espera de uma resposta. -----

PRESIDENTE DA MESA: Portanto a questão é essa, é só demonstrar a sua indignação porque acha que isto é um acto autoritário por parte do Executivo, é isso, e quer saber o porquê? Pode então concluir-----

VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES: Queria aqui deixar dito que nada me move contra as pessoas, nem as pessoas que puseram a rede, nem as outras, o que me move é contra os procedimentos e ainda aqui vamos neste capítulo, porque isto não vai ficar por aqui, também admito. Queria aqui deixar dito ao Senhor Presidente, que com certeza foi um lapso, que esta questão que foi feita por um Senhor Deputado, sobre o IMI, queria-lhe dizer que a Lei de Finanças Locais já permite a transferência do IMI para as Freguesias".-----

PRESIDENTE DA MESA: Senhor Vereador, em sessão de câmara terá toda a oportunidade para dizer isso. O Senhor foi interpelado só para esta questão".-----

Deu de seguida a palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara para se pronunciar sobre esta questão.-----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA-----

Começou por cumprimentar a Senhora Presidente e a restante Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores, os Senhores Deputados e o público presente. E disse:-----

"Eu confesso que não tenho tanto jeito como o Senhor Vereador Fernandes para atirar os foguetes e apanhar as canas logo a seguir. Não tenho efectivamente esse jeito e não vos vou roubar muito tempo.-----

PRESIDENTE DA MESA: Senhor Vice-Presidente agradecia que fosse também...-----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Exactamente, Senhora Presidente O que se passa efectivamente é o seguinte. É que há um muro que é de três proprietários, que fazia com a via pública na Avenida Belo Horizonte, na aldeia de Carvalho, avenida essa que foi alvo de um intervenção pública, designadamente a construção de um passeio. A estrada tinha uma plataforma substancialmente mais elevada relativamente ao terreno dos proprietários e portanto, foi solicitado autorização aos proprietários, para que no seu terreno deixassem construir um

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

nk

46

9
D

muro. Repito, no seu terreno e foi-lhes pedida autorização. O muro foi construído e mais tarde, os proprietários tiveram uma autorização verbal da Câmara para aí implantarem uma rede. Mal começaram a implantar os piquetes, na manhã seguinte, o Senhor Vereador Fernandes, na altura Presidente da Junta, fez o favor, numa manhã muito cedo e numa manhã de nevoeiro, mandar arrancar os piquetes. E com isso, ao arrancar os piquetes, danificou parte do muro. Posteriormente, para o reparar, teve de pedir novamente autorização para aceder ao muro e repará-lo. _____

Ora bem, os requerentes vieram agora dirigir novo requerimento à Câmara para vedarem esse muro. O requerimento foi analisado pelos técnicos. A situação também é do meu conhecimento pessoal. Os técnicos foram de parecer favorável e eu autorizei. E a rede está lá. Eu compreendo que o Senhor Vereador António Fernandes se sinta inquieto com esta situação. Mas eu também faço questão de numa próxima situação, se me for autorizado, trazer aqui uma situação exactamente idêntica em que foi autorizada pelo Senhor Vereador Fernandes, enquanto Presidente da Junta da altura. Um muro público com uma rede privada. Eu faço questão de o trazer aqui. Só mais um minuto Senhora Presidente. _____

Portanto, é verdade que o Senhor Vereador Fernandes redigiu um requerimento ao Senhor Presidente de Câmara, está a ser estudada a situação, estão a ser recolhidos novos elementos, entretanto foram apurados novos elementos e a resposta vai-lhe ser dada por escrito, na altura certa. É só isso que eu tinha a informar. Muito obrigado Senhora Presidente". _____

VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES: _____

Senhora Presidente, em relação ao muro, quando há uma inclinação, foi o caso para o passeio, que ele quis justificar, a parte de cima vai cá do fundo e foi essa plataforma que a gente construiu, em cima do que era público, que o Senhor Vice-presidente disse que era público, dá-lhe jeito. _____

PRESIDENTE DA MESA: _____

O Senhor Vice-presidente disse o contrário". _____

VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES: _____

Disse? O que é que ele disse eritão? Mas adiante, eu quero dizer, aqui não se utilizou terreno público, não se pediu a ninguém e essa tal noite de nevoeiro, devia ser, se calhar de quem ainda estava com os olhos inchados, porque eu não fui lá, não estive lá, foram os serviços da Câmara que foram lá repor o muro. Não foi ele. E há uma carta que eu tenho em meu poder, que se o



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

46

Senhor quiser eu vou-lha ler, onde eles pedem desculpa pela atitude. Só que na altura não tinham os apoios que têm hoje.-----

Portanto, ponto um, o poste de electricidade está encastrado no muro, logo não é assim. E desminto que tenha autorizado e se têm provas que me tragam o documento que eu autorizei o que quer que fosse.-----

PRESIDENTE DA MESA: "Não é este o lugar próprio, muito obrigada. Agora eu, muito rapidamente, Senhor Deputado Laureano Guedes e o Senhor Deputado Telmo, que entregou um requerimento logo no início, antes da ordem do dia, e também porque o Senhor pôs aquela questão da conferência de representantes que tivemos antes. Isso será oportunamente respondido, quando entrarmos nesse ponto, está bem? Era só para dar nota disto. Muito obrigada. Vou encerrar este período e abrir o período da "Intervenção do público".

Inscreveu-se o Senhor Engenheiro Rogério Bessa, a quem foi dada a palavra.-----

ENGENHEIRO ROGÉRIO BESSA:-----

"Boa tarde a todos. Começo por referir que esta intervenção é feita em meu nome pessoal e em nome do Pedro Cruz, que por razões profissionais não pode estar presente, na qualidade de munícipes e projectistas com actividade no concelho de Alijó.-----

Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Exmos Deputados Municipais, Exmo. Presidente da Câmara e demais Executivo, minhas Senhoras e meus Senhores. -----

Vem hoje a votação nesta Assembleia, um dos mais importantes documentos dos últimos anos – o PDM. A relevância para o desenvolvimento do Concelho de Alijó de tal documento, aliado ao facto de o mesmo ter uma eficácia a longo prazo, exige-nos decisões ponderadas.-----

Compreendo que o presente documento sofreu vários reveses, nos doze anos em que esteve a ser desenvolvido, fruto de sucessivas alterações legislativas e dos pareceres vinculativos das mais de duas dezenas de entidades que obrigatoriamente tinham de se pronunciar, não é nossa intenção adiar *ad eternum* a sua aprovação, mas vimos aqui apresentar uma proposta que nos parece válida e que deixamos à consideração desta casa.-----

A proposta do PDM em discussão não pode ser considerada boa ou má. É claramente a possível, fruto das condicionantes já referidas. Mas acreditamos que num curto espaço de tempo, e no seguimento da nossa participação pública, porque a fizemos, é possível limar algumas arestas que entendemos não terem sido adequadamente salvaguardadas no relatório e proposta final. Entendam que enquanto técnicos somos muitas vezes a primeira barreira aos

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

47
10/

desejos e anseios dos cidadãos, sendo por isso profundos conhecedores das necessidades específicas das nossas populações.-----

Assim, no cumprimento prático do desafio que no foi colocado no auditório durante a apresentação pública do PDM e em parceria com um membro do Executivo, ou quem entenderem, no terreno e com casos práticos, disponibilizamo-nos para apresentar os nossos argumento e para ajudar na elaboração de um pequeno documento com algumas correcções a introduzir à proposta final e respectivas justificações, desde que esta Assembleia aceite adiar a discussão do PDM para a próxima sessão. Comprometemo-nos a apresentar o documento com antecedência para que o mesmo possa ser analisado pelos Srs. Deputados Municipais atempadamente.-----

Fá-lo-emos gratuitamente e acreditamos que o resultado final será largamente aceite por V. Exas. e pelas populações e que nos próximos dez a quinze anos estaremos servidos de um excelente instrumento para o desenvolvimento social e económico do concelho de Alijó.-----

Deixamos à consideração de V. Exas. a presente proposta. Rogério Bessa e Pedro Cruz, muito obrigado".-----

PRESIDENTE DA MESA:-----

"Muito obrigada Senhor Engenheiro Rogério Besso, quero-lhe agradecer os seus préstimos e também do Senhor Eng.º Pedro Cruz e dizer-lhe que, quando entramos nesse ponto da ordem do dia, a sua proposta também será também, naturalmente, apreciada. Muito obrigada" -----

De seguida questionou se haveria mais alguém do público que se quisesse pronunciar. Não havendo ninguém, questionou os grupos municipais se gostariam de fazer um intervalo de dez minutos. -----

Pausa nos trabalhos.-----

Reiniciada a sessão, a Presidente da Mesa verificou se estavam presentes todos os Senhores Deputados Pediu à Senhora Secretária que anotasse que i) o Senhor Deputado Laurindo Miranda se havia ausentado da sala ainda durante o período de "Antes da Ordem do Dia", não tendo regressado ii) A Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Vila Chã se ausentou da sala às 17,05horas e regressou às 18,36horas. Comunicou, ainda, que tinha sido recepcionado um fax, com pedido de justificação de falta da Senhora Deputada Maria de Jesus Elias, por motivo de doença.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

48

De seguida introduziu o primeiro ponto da ordem do dia: Exposição do Senhor Presidente da Câmara – Apreciação, nos termos da alínea c), n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

"Foi recebido por todos os Senhores deputados este relatório de actividade da Câmara Municipal. Dando cumprimento ao estabelecido, este relatório está aqui para apreciação. Relata o desempenho das diversas divisões da Câmara Municipal. Seria fastidioso está-lo aqui a ler, dado o adiantado da hora e como vocês já receberam antecipadamente isto, eu apenas me disponibilizo para qualquer informação que não seja entendível aqui no relatório. No entanto, digo-lhes que estamos a trabalhar noutra matriz, para de futuro apresentar isto de uma forma mais clara e mais visível. Esta é a matriz que eu apanhei ainda nos serviços, isto foi-me feito chegar pelas diversas divisões. Foi um agregar de situações, mas, tencionamos ter uma matriz nova para uma próxima Assembleia, para apresentar este relatório. Vou dispensar-me de o ler e os senhores, se calhar, vão ficar satisfeitos em não me estarem a ouvir".-----

PRESIDENTE DA MESA: É sempre um gosto ouvi-lo Senhor Presidente. Estão abertas as inscrições.-----

Inscreveram-se os Senhores Deputados Cláudio Vilela, Telmo Pinto e Luís Lameiras.-----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature

49
Handwritten signature

Divisão Administrativa e Financeira:

No que respeita à situação económica e financeira do Município de Alijó, apresentam-se os seguintes dados:

Relativamente ao controlo orçamental da despesa, verifica-se no quadro infra apresentado os graus de execução da despesa do ano de 2013 quer na componente corrente (+5%) quer na componente de capital (18,37%). Globalmente o orçamento da despesa teve um grau de execução de 30,93%.

Os desvios foram significativos, uma vez que toda a dívida foi enquadrada, estimando a sua liquidação com os financiamentos do Programa de Apoio à Economia Local e Reequilíbrio financeiro de acordo com os empréstimos aprovados nesta Assembleia Municipal.

QUANTO
Orçamento orçamental - Despesa
ANO ECONÓMICO DE 2013

MUNICÍPIO DE ALIJÓ					
Classificação orçamental		Reservas orçamentais	Saldo orçamental	Execução orçamental	Grau de execução orçamental da despesa (2013/2013) (%)
Código	Descrição				
Despesa Corrente					
01	DESPESAS CORRENTES	1.640.000,00	2.111.411,26	2.029.761,87	93,01
02	ALUGUEIS DE IMÓVEIS, SERVIÇOS	6.336.298,00	7.916.237,40	6.140.712,51	76,99
03	IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS	1.988.415,00	1.216.401,12	298.237,94	17,31
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.171.811,21	911.891,75	10.071,24	26,27
05	SUBSÍDIOS	0	0	0	0
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	111.000,00	121.000,73	129.000,23	98,17
Total das despesas correntes		15.096.534,21	13.261.932,26	11.078.823,80	49,57
Despesa de Capital					
07	ADQUIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.113.500,15	4.311.422,43	1.400.000,15	31,51
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	271.000,00	271.000,00	233.000,00	40,57
09	ACTIVOS FINANÇEiros	0	0	0	0
10	PASSIVOS FINANÇEiros	10.211.832,00	10.171.796,48	1.719.279,34	16,82
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0	0
12	OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS	0	0	0	0
1201	OPERAÇÕES DE TENDILHARIA - RECEITAS DO LES-100	0	0	0	0
1202	OUTRAS OPERAÇÕES DE TENDILHARIA	0	0	0	0
Total das despesas de capital		11.325.332,15	14.654.218,91	3.202.279,49	16,57
Total		26.421.866,36	27.916.151,17	14.281.103,29	32,93



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

14

50

Handwritten signatures and initials.

Relativamente ao controlo orçamental da receita, verifica-se no quadro infra apresentado os graus de execução da receita do ano de 2013 quer na componente corrente (93,40%) quer na componente de capital (5,70%). Globalmente o orçamento da receita teve um grau de execução de 31,20%.

Os desvios foram significativos, uma vez que toda a receita foi estimada, considerando a entrada de verbas referentes aos financiamentos do Programa de Apoio à Economia Local e Reequilíbrio financeiro de acordo com os empréstimos aprovados nesta Assembleia Municipal.

0000000

Estado orçamental - Receita

ANO ORÇAMENTAL DE 2013

MUNICÍPIO DE ALIJÓ				
Classificação orçamental		Previsões	Receitas	Grau de execução orçamental em percentagem (2013/2013)
Código	Descrição	(1)	(2)	
Receitas Correntes				
01	IMPÓSITOS IMPOSTOS	1.097.304,00	1.094.420,00	112,20
02	IMPÓSITOS SUCESSÓRIOS	1.110,00	1.110,00	100,00
03	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CADEIA LOCAL DE ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA	0	0	0
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	64.400,00	64.400,00	100,00
05	SISTEMA DE DA PROFISSIONAL	46.007,00	46.007,00	100,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.471.872,00	5.471.872,00	100,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.270.000,00	1.270.000,00	100,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	140.200,00	140.200,00	100,00
Total das receitas correntes		9.179.122,00	9.177.209,00	93,40
Receitas de Capital				
09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	10.000,00	1.420,00	14,20
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.200.000,00	1.200.000,00	100,00
11	ACTIVOS FINANCIEROS	0	0	0
12	PASSIVOS FINANCIEROS	10.000,00	0	0
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	100,00	0	0
Total das receitas de capital		1.210.100,00	1.201.420,00	99,29
Outros				
14	REPOSIÇÕES NÃO ASISTIDAS POR PAGAMENTOS	1.000,00	100,00	10,00
15	FUNDO DE GARANTIA ANTERIORES	1.000,00	0	0
Total Outros		2.000,00	100,00	5,00
TOTAL		10.391.222,00	10.378.729,00	31,20



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslombamento Património Natural

Ng

51

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Importa referir, que os graus de execução, da receita e despesa são muito baixos e que a situação deverá ser reposta em 2014, com a execução dos pagamentos provenientes do financiamento externo. O resultado desta execução orçamental, transita para o mês de janeiro de 2014.

QUANTIA

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

MUNICÍPIO DE ALIJÓ

4.º Trimestre de 2013

A. Dívidas ao estabelecimento no âmbito da Unidade Financeira Local:

Unidade Estabelecimento:

Exercício (2013-2-1-1) (100%)	246.772,81	Média - Lança Prata 31-12-13 (100%)	2.462.731,21
Exercícios anteriores (2013-2-3) (100%)	4.264.194,11		

B. Dívidas ao estabelecimento no âmbito da situação para o ano corrente (Bal. de Orçamento da Unidade):

Unidade Estabelecimento:

Exercício (2013-2-1-1) (100%)	4.264.194,11	Exercício (2013-2-1-1) (100%)	2.462.731,21
		Exercícios anteriores (2013-2-3) (100%)	4.264.194,11

C. Exatidão patrimonial de média longo prazo do exercício:

100%
100%

Dado de referência	Índices ao estabelecimento 2013		Exatidão patrimonial				Capital em dívida ao estabelecimento	
	Receita	Média a longo prazo	Índice (100% = 100%)	Ativos	Passivos	Média a longo prazo	Capital em dívida	Índice a longo prazo
2013-2-1-1	9.307.410	2.412.729	25,82%	2.462.731	2.419.235	98,26%	2.201.365	
2013-2-3				4.264.194	4.264.194	100%	2.892.549	

Dado de referência	Exatidão de Exatidão patrimonial		Margem de Exatidão patrimonial		Variação no exercício de exatidão patrimonial	
	Receita	Média a longo prazo	Índice	Média a longo prazo	Índice	Média a longo prazo
2013-2-1-1	9.307.410	2.412.729	25,82%	98,26%		
2013-2-3	4.264.194	4.264.194	100%	100%		

D. Fluxo Médio de Pagamentos:

1.	Ativo (2013-2-1-1) (100%)	246.772,81
2.	Ativo (2013-2-3) (100%)	4.264.194,11



No que respeita ao endividamento e prazos médios de pagamento, apresenta-se o mapa de situação económica e financeira à data de 31 de dezembro de 2013:

Relativamente aos dados supra apresentados, importa referir a destacar a variação negativa quer no endividamento líquido quer no endividamento de médio e longo prazos, 26,48% e 46,26% respetivamente. O que significa que no final do ano económico de 2013 o Município de Alijó, cumpriu a redução prevista na lei.

Relativamente aos prazos médios de pagamento, o acréscimo resulta da acumulação de dívida conjugada com o valor de aquisições. Considerando as aquisições acumuladas para efeitos de cálculo dos prazos médios de pagamento, no 4.º trimestre de 2013 tiveram um decréscimo na ordem dos 13 milhões de euros.

Ainda é de referir, que no final do ano de 2013, para cumprimento do legalmente estipulado para diminuição de dívidas em atraso, foram realizados pagamentos de diversas faturas consideradas em atraso, uma vez que ultrapassavam os 90 dias após a sua data de vencimento.

À data da presente informação, a dívida atual a fornecedores correntes e fornecedores de imobilizado, ascende a cerca de 8,7 milhões de euros.

A dívida de empréstimos bancários ascende a cerca de 12 milhões de euros.

A dívida referenciada, é dívida assumida e contabilizada, não estando refletidas as contingências que apenas são refletidas na contabilidade patrimonial por forma, a que o Município esteja protegido de determinadas situações que eventualmente e futuramente lhe podem provocar custos ou perdas de ordem diversa.

Relativamente à situação financeira do Município, importa referir que os pagamentos de faturas listadas e aprovadas por esta Assembleia Municipal, referentes ao Programa de apoio à economia Local, serão liquidadas assim que o Município recorra a 1.º tranche do referido programa, pois já existe o visto do contrato de empréstimo, comunicado a este Município pelo Tribunal de Contas.

Quanto à operação de equilíbrio financeiro, incluída no plano de ajustamento financeiro aprovado por esta Assembleia Municipal, importa referir que os respetivos contratos de empréstimos não estão visados. Considerando a importância desta operação, está o executivo em negociações com as instituições bancárias, relativamente ao cláusulado e às taxas contratadas pelo Município, que inviabilizam neste momento a apreciação positiva deste processo pelo Tribunal de Contas.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

53

No que diz respeito aos processos judiciais mantém-se a situação apresentada na última Assembleia Municipal com as seguintes exceções:

Processo n.º 117175/13.YIPRT

Processo de Injunção

Parte contrária: Seivaresl

Montante: 248,56 euros

Decisão: Desistência da autora

Processo n.º 1100/11.8YIPRT

Processo de Injunção

Parte contrária: Alberto Cauto Alves, S.A.

Montante: 187.278,19 euros

Decisão: Marcação de audiência para 12 de Maio – Tribunal Aitm. Miranda



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

54

Divisão de Desenvolvimento Social, Cultura, Educação e Desporto

Desenvolvimento Social

Atividades realizadas no âmbito da **Habituação e Ação Social**:

Atendimento / Encaminhamento de situações; Acompanhamento psicossocial; Apoio administrativo, acompanhamento e apoios vários à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (atendimento, acompanhamento de crianças para consultas; internamento em lares, colónia de férias para visitas domiciliárias); Apoio a Idosos e Deficientes.

Banco de Ajudas Técnicas - de forma a contribuir para uma melhor qualidade de vida da População idosa e deficiente do Concelho, o Município dispõe de um conjunto de equipamentos de apoio, tais como, cadeiras de rodas e camas hospitalares, colchões anti-escaras e andarilhos. Estes equipamentos são atribuídos a título de empréstimo as famílias, que os devolvem após cessar a sua necessidade.

Quadro síntese das atividades desenvolvidas, de 2 de janeiro a 14 de fevereiro, no âmbito da **Habituação e Ação Social**.

Áreas de intervenção Serviços	Significações	Situações intervencionadas	Obs.
Banco de ajudas técnicas	❖ 5 (4 camas, 1 colchão anti-escaras)	5 (4 camas, 1 colchão anti-escaras)	a) Equipamento de apoio a idosos e deficientes de forma a melhorar a qualidade de vida
Habituação:			
Habituação social	❖ 5 (3 infiltrações de água ou/ou rotura, 1 renda em atraso, e um pedido para colocação de aquecimento); ❖ 20 situações de incumprimento no pagamento das rendas	2 (1 infiltração de água, 1 apoio técnico para colocação de aquecimento)	a) 3 Estão em análise; b) Incumprimento nos conjuntos habitacionais de Alijó, Pinhão, Sanfins do Douro, Castedo, S. Mamede, Carlião, Cotus, *dois moradores entregaram a casa mas deixaram dívida elevada.

7

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

56
[Handwritten signatures]

Habitação degradada	❖ 4 Solicitações	2 Situações em análise	a) 1 Situação já tinha sido apoiada – foi reencaminhada para o responsável da obra; a) 1 Situação não tem critérios;
Habitação - Programa Solarh	❖ Programa suspenso a nível nacional por falta de verbas		a) (estão dois processos suspensos, 1 no Porto e 1 no Município)
Serviços /programas	Atendimento		
Gabinete de Apoio ao Emigrante (GE)	❖ 21	Foram atendidos 10 portugueses emigrantes, 1 Ucraino, 5 Búlgaros e 5 Espanhóis	
Posto Tuniso	❖ 29	Foram atendidos 25 portugueses, 2 Franceses e 2 Australianos	
Gabinete de Inserção Profissional	❖ 7	Foram atendidos 3 à procura do 1º emprego e 4 a procura de novo emprego	
Programas	Reuniões		Ações
		Previstas	
Rendimento Social de Inserção	❖ 4	3	Foi assinado um acordo no âmbito da habitação
Rede Social (Conselho Local de Ação Social)	❖ 4	4	Aprovado o Plano de Ação para 2014, no dia 10 de fevereiro; realização de uma reunião supra Concelhia para debater a Criação das Comissões de Proteção dos idosos, estiveram presentes 7 Municípios do Distrito de Vila Real
CPCJ	❖ 4	5	Estão 25 processos ativos

Juventude e Desporto

Atividades desenvolvidas no âmbito do Desporto:

Escola de Nataçao – Dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 18 anos, adultos) que posteriormente se subdividem em níveis de aprendizagem. Atividades de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da nataçao, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordinativas e condicionais;



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

56

Hidroginástica – É uma atividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água;

Atividade de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step, Localizada, Pilates, Fitnesskombat e Zumba. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico mas também a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de atividade física “indoor” realizarem uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente.

Quadro síntese das atividades desenvolvidas, de 2 de janeiro a 14 de fevereiro, no âmbito do **Desporto**:

Piscina

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	506
Hidroginástica	208
Atividades de Academia	110
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	177
Natação - B.V. Sanfins do Douro	14
Natação – Junta de Freguesia Sanfins do Douro	20
Natação – Centro Social Sanfins do Douro	18
Natação – Centro Social Favales	33
Sala Ginásio - Pump IT	40
APPACDM Sabrosa - Alijó	6
Ginásio	700
Ballot	0
Agendamento – Curso de Cozinha	192
Artes Marciais	105

9

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

57

Lazer	68
TOTAL	Entradas - 2196

Pavilhão Municipal

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	1178
Basquetebol	78
Futsal	295
TOTAL	1551 Entradas

Estádio Municipal

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Atletico Clube Alijoense	800
TOTAL	800 Entradas

Cultura e Lazer

Atividades Realizadas no âmbito da Biblioteca Municipal:

"Nós vamos lá!" - Este projeto consiste na visita da Biblioteca Itinerante e de Sessões de Leitura em voz alta para os utentes das IPSS's do concelho de Alijó, contribuindo para realçar o papel social da leitura como instrumento de solidariedade.

"A Saquinha da Flor" - Projeto de continuidade. Leitores iniciais. Leitores medianos. Inspirados no título de um livro de Matilde Rosa Araújo, "A Saquinha da Flor", pertencem à coleção da B.I. Levamos além dos livros, a vontade de partilhar com os leitores do 1º ciclo as palavras que habitam os livros. Em parceria com os docentes do 1º ciclo, percorreremos os caminhos da literatura infantil e a nossa proposta para este ano letivo será o trabalho de textos de poesia teatro e conto.

"Olho Vivo, Orelha Fita..." - Projeto de continuidade. Formação de leitores. Pré leitores. Desenvolvido em contexto escolar, tem como principal objetivo contribuir de uma forma continuada numa intervenção precoce na aquisição de competências pré-leitoras em crianças do ensino pré-escolar do concelho.

10

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslambrente Património Natural

56

Atelier de teatro "Felizmente há luar" de Luís de Stau Monteiro – Uma adaptação ao original, trabalhada com alunos do 11º e 12º anos. Com este trabalho vamos evidenciar a luta do ser humano contra a tirania, a opressão, inícuia, injustiça e todas as formas de perseguição. A conclusão deste trabalho será para apresentar no final do ano letivo.

Apresentação do Livro: "Pe. Avelino - Memórias do Pároco de São Martinho de Anta", da autoria de Maria Assunção Anes Morais.

Exposição "O Ouro nos Caminhos da Literatura".

Quadro síntese das atividades desenvolvidas, de 2 de janeiro a 14 de fevereiro, no âmbito da Biblioteca Municipal:

Mês	Utilizadores da Biblioteca
Janeiro	632
Fevereiro (até ao dia 14)	220
Total	852

Mês	Leitores inscritos	Livros requisitados
Janeiro	4	201
Fevereiro (até ao dia 14)	3	92
Total	7	293

Biblioteca Itinerante

Mês	Livros requisitados
Janeiro	704
Fevereiro (até ao dia 14)	353
Total	1067

11

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

69

Atividades realizadas no âmbito do Núcleo Museológico Favalos Pão e Vinho:

Inventariar, estudar, catalogar, conservar, expor e divulgar o património material e imaterial associado aos ciclos do pão e do vinho existentes no território do Município de Alijó, garantindo a sua continuidade no futuro;

Colaborar em planos e ações que respeitem à proteção e à valorização do património cultural;

Promover a fruição dos valores e bens que integram o património cultural, como modo de desenvolvimento da personalidade das populações, através da realização cultural;

A partir da exposição permanente e da coleção do Núcleo Museológico desenvolver um programa de atividades que contribua para a ampliação e fidelização do número de turistas que visitam a Região do Douro, em geral, e o Município de Alijó, em particular;

Proporcionar, através do Serviço Educativo do Núcleo Museológico, situações de aprendizagem e de descoberta que facilitem a compreensão da importância dos ciclos do pão e do vinho para o Homem desde a Pré-história até à atualidade;

Promover a criação de momentos de reflexão e debate em torno dos ciclos do pão e do vinho contribuindo para o enraizamento de laços afetivos entre o Núcleo Museológico e a Comunidade;

Criar redes de parcerias ativas e contínuas com outras instituições, regionais, nacionais e internacionais, diretas ou indiretamente associadas aos ciclos do pão e do vinho;

Contribuir para o desenvolvimento social, económico e cultural do concelho de Alijó

O Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Favalos organiza exposições com algumas das Pinturas e Peças provenientes das doações que o Pintor Hélio Cunha e a D. Maria Teresa Teixeira fizeram a este espaço cultural.

Quadro síntese das atividades desenvolvidas no âmbito do Núcleo Museológico:

Grupos do Douro Azul - Qt. Avelhada	119
Visitas espontâneas	27
Total	146
Média de visitantes/dia	6

Atividades Realizadas no âmbito da Arqueologia:

Inventariação, preservação e disponibilização de fontes e registos documentais previamente solicitados e autorizados, pertencentes ao Arquivo Histórico Municipal, sendo atualmente o responsável máximo pelo arquivo histórico local. No decorrer do

12

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

60
[Handwritten signatures and initials]

binestre supramencionado foram dadas pareceres sobre diversos pedidos requeridos, no âmbito de pesquisas e consultas documentais históricas, quer por parte de diversas entidades, quer por investigadores a título pessoal:

Quadro síntese das atividades realizadas no âmbito do Teatro Auditório Municipal:

Utilizadores do POSI por sexo e idade

TOTAL	M	F	MÉDIA	>10	11-16	17-25	26-55	>60
728	440	288	24	14	405	88	220	0

Ações pagas

CINEMA / TÍTULO	TIPO	SESSÕES	Bilhetes Vendidos
França: o reino do gelo	Cinema	2	137
Diana	Cinema	2	22
O lobói: a deslocação de Snaug	Cinema	2	34

Ações gratuitas

AÇÃO	TIPO	SESSÕES	UTENTES
IV Encontro de cantadotes de jareiras	Cantares	1	240
Empreendedorismo do Vale do Tua	Reunião	1	20



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

rel

61

Ações realizadas no âmbito da Educação:

Cedência de transportes escolares de forma totalmente gratuita para alunos da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico;

Comparticipação de 50% do valor do passe de transporte escolar para alunos do Ensino Secundário;

Fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º CEB e crianças da Educação Pré-Escolar;

Disponibilização de recursos humanos para estabelecimentos de ensino;

Implementação do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento de horário) nos Jardins de Infância do concelho;

Implementação do sistema de Ação Social Escolar para apoios económicos à alimentação no 1º CEB e na Educação Pré-Escolar. Atualização permanente dos escalões de Ação Social Escolar;

Cedência de transporte para algumas atividades letivas;

Cedência de transporte para alunos com Necessidades Educativas Especiais do Agrupamento de Escolas de Alijó;

Transporte de pessoas com necessidades educativas especiais para instituições especializadas fora do concelho (transporte diário e semanal para APPACDM de Sabrosa e transporte semanal para APIC de Vila Real e Associação Niclísol Piaget de Vila Real);

Cedência de transporte a instituições de carácter cultural e desportivo com compromissos oficiais (atuações, competições,...);

Colaboração com projetos de intervenção social que promovam atividade para crianças e jovens (Segurança Social, Equipa RSI, Santa Casa da Misericórdia, ...);

Colaboração com instituições que promovam cursos de formação profissional no concelho (Centro de Formação Profissional de Vila Real, Nervir, Conkultura);

Assistência técnica ao material informático e de outro tipo instalado nos estabelecimentos de ensino do concelho;

Apetrechamento em termos de mobiliário, materiais e equipamentos dos vários estabelecimentos do concelho;

Realização de pequenas obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes;

Apoio e colaboração na dinamização de atividades direcionadas a crianças e jovens;

14

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

62

Apoio e colaboração na dinamização promovidas pelo Agrupamento de Escolas de Alijó;

Limpeza e desinfeção de edifícios escolares e áreas circunstantes;

Gestão da frota municipal afeta aos transportes escolares;

Divisão de Obras e Urbanismo:

Atividades Desenvolvidas no âmbito das Obras Públicas Municipais / Água, Saneamento e Resíduos:

Liberações de Cauções às empresas;

António Joaquim do Nascimento Pereira, Construções Unipessoal Lda.:

Programa de Conforto habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação do Sr. Joaquim de Jesus Torres);

Programa de Conforto habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação do Sr. Cândido Augusto da Costa Moura);

Programa de Conforto habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação da Sra. Flora Augusta Vieira);

Programa de Conforto habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação da Sra. Maria do Céu Alves Iúes);

Programa de Conforto habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação da Sra. Olívia da Conceição);

Programa de Conforto habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação do Sr. Leonídio do Nascimento Mughalhões Afonso);

Programa de Conforto habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação da Sra. Celeste Correia Paredes);

Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Caminho da Mira - Castelo);

Construeta - Construção Civil & Obras Públicas, Lda.:

Recuperação dos Interiores da Biblioteca.

MT3 - Engenharia e Obras Públicas, Lda.:

Requalificação Urbana da Rua Francisco Artur Martins/ Rua Engenheiro Delfino Magalhães - Ajuste Direto;

Procedimento por Ajuste Direto - "Prestação de serviços para Contrato de Qualidade das Águas";

15

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

63

Procedimento por Ajuste Direto – “Prestação de Serviços para Realização de Análises de Águas Residuais”;

Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de acordo com a Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto;

Introdução dos resultados de verificação da qualidade da água para consumo humano obtido na implementação do PCQA (Programa de Controlo da Qualidade da Água) referente ao ano de 2012 no portal do ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) conforme o estipulado do n.º 5 do art.º 4 do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto;

Fornecimento de Energia Elétrica em Mercado Liberalizado/2014 - (IMDOURO: Contrato Assinado Município de Alijó com a EDP, Comercial);

Candidatura "NORTE-07-0765-FEDER-000404 - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energética-Ambiental em Equipamentos Desportivos Municipais - Pavilhão Gianedesportivo de Alijó - Envio de elementos/ documentos para terminar a candidatura

OPERAÇÃO: E-EEA/2010 - NORTE-07-0765-FEDER-000437 - Piscina Municipal de Alijó - Pedido de Elementos Complementares - Envio de elementos/ documentos para terminar a candidatura.

Colocação de um tanque de hidrocarbonetos na oficina municipal e sua ligação ao coletor público de águas residuais;

Arranjo da Escola Primária de Vilarinho de Cortes;

Execução de ramais de saneamento, Restaurante Pesca- Praça - Alijó e em Vilarinho de Cortes;

Arranjos diversos nas Juntas de Freguesia de Favares e União de Freguesias Carvão e Amieiro;

Arranjo da Casa da Cultura e Casa Mortuária em Vale de Mir - Freguesia de Pegarinhos;



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

64

Limpeza de Estradas Municipais: Amieiro/ Saftes; Favaios/ Sanfins do Douro; Cibeiras/ Sanfins do Douro; Sanfins do Douro/ Sarradela; Variante de Favaios;

Colocação de sal nas estradas municipais devido à gela;

Trabalhos diversos nas Escolas Primárias do Concelho;

Limpeza/ Desinfeção dos Reservatórios de Água do Município;

Colocação de contadores de água;

Arranjos de passeios em calçadas na Vila de Alijó;

Alargamento do cruzamento do Mercado Municipal;

Limpeza de terrenos: nas trasoiras do MAP/ Cemitério e junto ao Estádio de Futebol Municipal;

Restauração de móveis em madeira para ser colocado no Museu do Pão e do Vinho em Favaios e na Casa da Cultura de Vale de Mir;

Ligação de água ao Bairro da Casa do Povo em Pegarinhos.

Limpezas de espaços verdes e de ruas na Freguesia de Alijó;

Limpezas e aparilha da folha outonal;

Podas de manutenção de árvores e arbustos ornamentais nos Jardins do Município;

Plantação de árvores de folha caduca em terrenos do Município;

Preparação de canteiros para sementeiras da época.

Encerramento de empreitadas com visitas, recepções provisórias e definitivas, informações internas de aquisição de material, resolução de alguns problemas associados à questão da salubridade pública.

Atividades realizadas no âmbito do Planeamento e Gestão Urbanística:

Ultimear o Plano Diretor Municipal;

Acompanhar o PIOT – ADV;



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

66
[Handwritten signatures and initials]

Preparar as matrizes do estudo estratégico de desenvolvimento municipal no âmbito da CIMDOURO.

Atividades no âmbito da **Arquitetura, Topografia, Cartografia e SIG's:**

Emissão de 05 Licenças de Autorização de Utilização referente a habitações;

Emissão de 07 averbamentos do nome referente a licenças emitidas em anos anteriores;

Emissão de 05 Alvarás de Licença de Construção;

Emissão de 4 averbamentos para efeitos de prorrogação de prazo de licenças emitidas;

Emissão de 01 Alvará de Ocupação de Via Pública, referente a um processo em decorrer;

INE: Submissão mensal, no portal do INE, dos dados estatísticos das operações urbanísticas;

Vistorias: Foram realizadas 21 vistorias pela Comissão de Vistorias deste Município, em diferentes situações, nomeadamente: autorização de utilização de habitações, comércio e serviços, ruínas etc);

Emissão de 3 Propriedades Horizontais;

PDM: Apoio administrativo / técnico no processo de Revisão do PDM;

SIRJUE: Submissão de processos para consulta de entidades externas, na plataforma do SIRJUE;

Tramitação de 101 processos de operações urbanísticas;

Apoio técnico-administrativo a Instituições do Concelho (Juntas de Freguesia, IPSS, etc);

Divisão de Estratégia e Empreendedorismo

Atividades Realizadas no âmbito do Apoio ao Empreendedor e Investimento e Estratégia:

Iniciou-se o Programa Empreendedorismo no Vale do Tua - 2.ª edição, tendo sido iniciada com um Fórum a 26 de novembro de 2013, com a participação dos



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

66

representantes de todas as Juntas de Freguesia, representantes das Associações de agricultores sediadas no Concelho, grupo de estudantes de cursos profissionais do Agrupamento de Escolas de Alijó e população em geral. Seguiu-se a fase de capacitação dos empreendedores para a criação do seu próprio negócio, que decorreu durante o mês de Janeiro e parte de Fevereiro, onde participaram 21 empreendedores do Concelho. Estes empreendedores têm vindo a ser apoiados pelos nossos serviços e por uma equipa da UTAD criada para o efeito. Os empreendedores encontram-se na fase de elaboração dos respetivos planos de negócio com o objetivo de criação do seu negócio. Para além desta ação este serviço efetuou a informação/divulgação dos apoios ainda disponíveis nos fundos comunitários, através de todas as Juntas de Freguesia do Concelho, bem como da informação através de uma sessão de esclarecimento sobre o tema "Política Agrícola Comum - Presente e Futuro", com a colaboração da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), que se realizou no Auditório Municipal, aberto à população. Foi ainda efetuada a informação/divulgação de um Prémio criado pelas "Redes Energéticas Nacionais - REN" com o objetivo de incentivar e apoiar iniciativas que deem resposta a problemas sociais. Este ano o Prémio assim designado por "Prémio AGIR" apostar-se-á na criação de emprego. Esta informação foi divulgada através da rede de Associações sem fins lucrativos (IPSS) no Concelho.

Atividades desenvolvidas no âmbito do Desenvolvimento Agro-Florestal:

Relativamente à gestão da Zona de Caça Municipal de Alijó (ZCMA) foram efetuados os seguintes serviços:

Avaliação periódica do estado de comedouros instalados e bebedouros naturais;
Realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos realizados;

Foram efetuadas ações de profilaxia sanitária no Posto de Reprodução de Coelho Bravo existente na ZCMA;

Divulgação através do Site do Município de toda a informação necessária para o exercício da Caça na ZCMA;

Victórias para decisão dos pedidos de indemnização e recomendação de medidas preventivas;

Ações com vista à correção da predação na ZCMA;



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Ref

67

9
20

Requerimento para renovação de carta de caçador, requerimentos para exame da carta de caçador e recebimento de requerimentos para pedidos de indemnização dos prejuízos causados por algumas espécies cinegéticas;

Tratamento e envio de correspondência ao caçador;

Fiscalização da ZCMA;

Reposição da sinalização de toda a área da ZCMA.

No que diz respeito à gestão da Concessão de Pesca da Albufeira de Vila Clara e Concessão de Pesca do Rio Pinhão, foram elaborados os respetivos editais de Concessão para divulgação, para que os pescadores interessados possam exercer esta atividade desportiva no Concelho. Administrativamente foi apresentada ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) o resultado de exploração da Concessão de pesca do ano 2013.

Ações desenvolvidas no âmbito da **Informática e Modernização Administrativa:**

Apoio no âmbito da aplicação de Recursos Humanos:

Alteração à Lei n.º 59/2013 LEI592013_V1

Alterações legislativas - PATCH1_2014

ORÇAMENTO DE ESTADO 2014 V1.00

Alteração DMR-AT - Portaria -A/2014 DMR_AT - PATCH2_2014

Alteração DMR-AT - Portaria -A/2014 DMR_AT2 - PATCH3_2014

Disponibilização de Ficheiros C2B (SEPA) no Caixa e-banking

Declaração Anual de IRS- Correções na declaração anual de IRS

Instalação do ficheiro DRI - Segurança Social

Atualização de - REGRAS-COMANDOS-VISTAS

Configuração de Mapas

Tipos de Abonos

Tipos de Faltas

Classificação de tipo de receitas e despesa - Segundo o POCAL

Correções na distribuição de férias

Introdução da tabela de feriados - 2014

Instalação do gsraxeol - Mapas do Balanço Social

Correção de descontos para a CGA- mês de Janeiro 2014

Apoio no utilizador

20

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '68' and several illegible signatures.

Apoio no âmbito da aplicação de Gestão de Aproveitamento.
Resolução de problemas em OBM no após integração em SigmaGest 2014
Efetuar novamente o fecho do ano nesta base de dados
Exportar Stocks
Corrigir Stocks 2013
Apoio ao utilizador
Correções de documentos
Comunicação dos documentos de transporte à AT
Configuração de Utilizadores
Apoio ao utilizador
Apoio no âmbito da aplicação de Gestão Águas:
Reestruturar O conteúdo das tabelas fregs e contraih devido à passagem de ano
Configuração de Modelos
Apoio com a medidatn para efetuar a ligação de águas co o signagest2014
Comunicação de faturas AJ - Módulo de Faturação de Contribuintes
Apoio ao utilizador em Taxas e Dalcão Único
Apoio no âmbito da aplicação de Gestão de Obras Particulares:
Resolução de problemas em OBM no após integração em SigmaGest 2014
Configuração de Utilizadores
Configuração de Modelos
Correções de erros por Administração, em Requerimentos e Processos
Configuração de Utilizadores.
Apoio no âmbito da aplicação da Contabilidade Local:
Configuração de Utilizadores
Declaração Anual de IRS, IVA e IS do ano 2013
LCPA - Informação de Controlo de Fundos Disponíveis
Atualização de Mapa da Prestação de Contas
Módulo de Faturação de Contribuintes
Comunicação de faturas AT

Ações realizadas no âmbito da Proteção Civil:

Coordenação/accompanhamento de todas as ocorrências no Concelho de Alijó e Concelhos limítrofes de acordo com os aletas amarelo e laranja, segundo os avisos do



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

69

CDOS e IPMA (movimentação/deslizamento de terras, queda de muros, queda de árvores, queda de neve), articulação com as entidades competentes;

Coordenação/accompanhamento e apoio logístico de todos os meios envolvidos nos trabalhos de operações dos Incêndios Urbanos, Acidentes Rodoviários ocorridos no Concelho de Alijó;

Aconselhamento, de forma permanente, das medidas preventivas a seguir durante a execução de queimas e queimadas, fixas de gestão do combustível de acordo com a legislação que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios;

Elaboração de plantas de localização, condicionantes e ordenamento solicitadas pelo Balcão Único;

Divulgação sobre a forma de ofício para todas as Juntas de Freguesia do Concelho de Alijó sobre formação que a Afrodauante irá ministrar no mês de Janeiro;

Elaboração de mapas para fundamentação do relatório de análise e ponderação das propostas apresentadas no período de discussão pública da revisão do PDM;

Município de Alijó, 20 de fevereiro de 2014

O Presidente da Câmara Municipal

Eng.º Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

70
[Handwritten signatures and initials]

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS) -----

"Duas questões muito rápidas sobre a actividade financeira do Município e corrija-me se eu estiver enganado Senhor Presidente, a informação que eu tenho, é que na transição de poder, ou seja, após a tomada de posse, havia em saldo de tesouraria na Câmara Municipal, cerca de um milhão e setecentos mil euros. Durante o mês de Janeiro, esse valor foi aumentado e chegou aos dois milhões e duzentos mil euros. E a minha pergunta é Senhor Presidente, se existe esse saldo na tesouraria da Câmara Municipal, porque não fazer face a algumas questões dos Senhores Presidentes de Junta que levantaram hoje aqui na Assembleia Municipal, que estão com dívidas, estão com problemas, têm as suas contas um bocado em baixo e estão com dificuldades financeiras e transferir alguma verba desse valor também para as Juntas de Freguesia? Era só, muito obrigado".-----

DEPUTADO TELMO PINTO (PS) -----

"Muito obrigado. Senhora Presidente, relativamente ao requerimento que eu apresentei na Mesa, deixe que lhe diga que estamos a entrar na ordem de trabalhos e como tal, eu pedi à Mesa a retirada de um ponto da ordem de trabalhos. Gostaria que a Mesa se pronunciasse sobre o mesmo, porque, caso contrário, sugeria à Mesa colocar à consideração do Plenário se o mesmo deve ser feito ou não. E aguardo pela decisão da mesma".-----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS)-----

"Queria dizer que desde que este Executivo permanente do PSD tomou posse e até ao preciso momento, o que é que tem acontecido? Temos vindo a assistir a uma propaganda e a um *show off* como nunca antes havíamos assistido. As notícias proliferam na imprensa escrita e também nas redes sociais para quê? Para denegrir a imagem do Partido Socialista e os seus vinte anos de governação. Como se fosse verdade que o Partido Socialista durante estes vinte anos só deixasse dívidas, mais nada. E eu pergunto, então não salta à vista dos olhos? Basta olhar para o Concelho. O Partido Socialista não deixou obra feita? É só dívidas? Portanto, pretende-se com isto enfatizar tudo aquilo que de negativo herdaram e escamoteiam, por outro lado, aquilo que de positivo o Partido Socialista deixou durante estes vinte anos.-----

Depois, o *show off* continuou na passada sessão desta Assembleia, com a apresentação das dívidas declaradas e das supostas dívidas, das dívidas verbais que reclamam, querendo com isto fazer-nos crer, que de facto aquelas dívidas, as não declaradas, eram efectivamente dívidas reais. Ora, a julgar pelos documentos que acompanham este ponto número um, afinal de contas

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

71

já houve quem desistisse dessas dívidas, pelo menos, se não estou em erro, duas empresas ou duas pessoas, já desistiram dessas dívidas.-----

Depois, relativamente ainda à propaganda deste Executivo permanente, quero dizer que numa entrevista que o Senhor Presidente de Câmara deu a um dos jornais, manifesta que é surpresa, surpresa, a dívida com que então se deparou. Diz também que reconhece que vai passar o mandato a gerir dívidas. Que com as contas estranguladas, assume que não vai ser possível fazer quase nada. Mas diz também que mantém grande esperança no Fundo de Apoio Municipal que está a ser, sublinho, está ser, desenhado. Senhor Presidente, pergunto-lhe, surpresa? Então o Senhor Presidente não se fartou de falar da dívida da Câmara na campanha eleitoral, do Partido Socialista? Vem agora dizer que é surpresa? Isto não é no mínimo uma atitude incongruente da sua parte? Não foi uma das vossas bandeiras eleitorais dizer que se proponham fazer mais e melhor do que o Partido Socialista? Então façam mais e melhor do que o Partido Socialista, pois é disso que as nossas gentes e o Concelho precisam, fazer mais e melhor. Não disseram que os agricultores e a agricultura do nosso Concelho eram a vossa bandeira central? Afinal de contas, já o referi na sessão passada, dezasseis mil euros para a rubrica agricultura, caça e pescas. Afinal de contas, tudo aquilo que foi as vossas bandeiras de campanha, não estamos a ver nada.-----

Depois, tal como disse há pouco, vem para a comunicação social, dizer que mantém grande esperança no Fundo de Apoio Municipal que está ser desenhado. E eu pergunto, então quem é que desenhou esse Fundo de Apoio? Não foi o Partido Socialista que o fez em dois mil e doze, nomeadamente o PAEL e o Plano de Reequilíbrio Financeiro? -----

Senhor Presidente parece-me por demais evidente a vossa incapacidade para lidar com as actuais circunstâncias do Partido Socialista. Pelos vistos, a atitude do Executivo permanente está a trilhar os caminhos do "inconseguinte", isto para usar uma expressão muito badalada agora e que foi usada pela Presidente da Assembleia da República recentemente, numa entrevista que deu a uma das rádios. Portanto, a atitude que este Executivo faz transparecer para a união pública, para esta Assembleia, nas reuniões de Câmara é uma atitude manifestamente nihilista, em que a dívida é uma questão central, como se a dívida fosse um monstro papão exterminador, portanto, como se o mundo fosse acabar e não houvesse mais nada a fazer. E é por isso de facto que este Executivo tem seguido esta linha, que é encerrar a Pousada de Juventude para não gastarem a insignificância de vinte e três mil euros para a manter aberta, mas gastam em nomeações políticas com os seus ordenados, quantias

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

72

superiores a isso. Inviabilizam o projecto do Aeródromo da Chã, num Concelho iminentemente turístico. E portanto, são estas as políticas que são conduzidas pelo PSD e não passamos disso. Por isso faço votos que o PSD consiga ultrapassar esta questão, este monstro da dívida e que trabalhe no sentido do progresso e do desenvolvimento do nosso Concelho. Tenho dito."-----

A **PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas e informou que responderá, posteriormente, ao Senhor Deputado Telmo Pinto.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Caro Deputado Cláudio, efectivamente, já tivemos o momento de ter em tesouraria, dois milhões e duzentos mil euros. A verdade é que quando chegamos aqui tínhamos um milhão e seiscentos e tal mil euros. Mas essa existência é fictícia, de caixa. Esse deslumbramento com os números conduziu-nos a uma situação em que estamos agora. Nós, não é pelo facto que temo dinheiro que o podemos gastar, porque o estamos a dever. Para ele estar ali no caixa é porque não o pagamos. Como bem sabe, a dívida é bastante superior a uma simples existência de caixa de um milhão e setecentos mil euros, ou dois milhões. Se fosse assim era óptimo. Agora governar é antever os cenários. Nós não sabemos se no final deste mês aparece mais uma dívida, como apareceu ontem, que são quinhentos e tal mil euros, do nada. Está ali uma ameaça, se quiserem eu mostro-lhes. Está preto no branco. Eu não me posso deslumbrar pelo facto de estar numa Câmara Municipal como o Concelho de Alijó, dois milhões e duzentos mil e isso o que é? Estamos a falar de dívidas de milhões. Portanto, se eu pudesse, não ponha dúvida, que não tenho nenhum gosto em acumular dinheiro, absolutamente nenhum. Tomara eu atender a todas as Juntas de Freguesia, a todas as Associações, a toda a gente a quem lhes foi prometido, cartas de conforto e não se verificou, tomara eu. Mas a verdade é assim. Tem alguma solução? Temos alguma máquina que faça dinheiro de noite para o gastar de dia? Eu não tenho.-----
Senhor Deputado Luís Lameiras, a propaganda a denegrir o Partido Socialista durante vinte anos, não pega comigo. Houve um tempo em que eu acreditei muito na gestão desta casa. Muito. E convenci-me que ela estava a ser bem dirigida e foi-o. Tiveram uma grande obra o Partido Socialista neste Concelho. Nunca disse o contrário. Estão a pôr na minha boca o que eu não disse. Agora a dívida existe. E temos que a resolver. Quanto a *show off*, não tenho essa qualidade artística, não faço parte desse grupo. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

73

Entrevistas incongruentes? Não sei qual é a incongruência de falar da realidade? Se tiver alguma dúvida, senta-se comigo ali na secretária, o tempo que quiser, ou o tempo disponível e mostro-lhe a incongruência. Não tenho qualquer problema em lha mostrar.-----

Já lhe respondi na outra Assembleia quanto aos dezasseis mil euros para a agricultura e caça. Estão muito bem. Podia pôr cento e sessenta mil, era assim que ficava bem? A Câmara não faz plantações, não gere quintas, não faz nada disso. A Câmara promove uma atitude política junto dos agricultores. E esses dezasseis mil euros vão ser gastos assim, aliás já estamos a começar a ter alguma atitude.-----

Quanto ao facto de nós encerrarmos a Pousada da Juventude, quer dizer, isto só não compreende quem não quer compreender. Vamos lá ver, estamos a falar de seres racionais. Nós encerramos a Pousada da Juventude? Encerramos uma coisa sobre a qual não temos qualquer controlo? Não é da Câmara a Pousada. Não, vamos lá ver. É da Movijovem, que está insolvente. E nessa insolvente pesa a dívida que a Câmara tem com a Movijovem, que é necessário saldar. E está no reequilíbrio financeiro, irão recebê-la.-----

Quanto a inviabilizar o Aeródromo. Ninguém inviabilizou o Aeródromo. Dissemos que não era prioridade neste momento. Tomáramos nós que tivessem feito o Aeródromo há trinta anos, quando começaram a falar nele, ou em quarenta e cinco quando ele foi inaugurado. Tomáramos nós ter lá o Aeródromo. Então nós vamos inviabilizar uma estrutura destas no Concelho de Alijó? Há prioridades, vamos lá ver. Nós estamos a falar numa previsão de quarenta milhões para o Aeródromo, foi o que me chegou à mão. Os estudos apontam para quarenta milhões. Então acha que eu ia ter a coragem de escrever no orçamento que foi difícil, um orçamento realista de dez milhões ou onze milhões que ia inscrever quarenta milhões? Como? Só se pusesse este edifício à venda. Mas isso já não é possível. Como sabem inflacionar, desarticular a receita e a despesa, já não é possível. Foi isso que nos conduziu até aqui. Eu não quero castigar ninguém. Eu quero é corrigir esta trajetória. É só.-----

A **PRESIDENTE DA MESA** usou da palavra para responder ao Senhor Deputado Telmo Pinto: "Relativamente ao requerimento que apresentou no início desta sessão, bem com a proposta apresentada pelo Senhor Rogério Bessa, quando chegarmos a esses pontos da ordem do dia falaremos, está bem? E darei a resposta. Muito obrigada.-----

Introduziu de seguida o ponto dois da ordem do dia: "**Moção «No combate ao cancro, todos somos poucos em defesa dos doentes oncológicos» - Aprovação**". Disse que foi a Assembleia Municipal de Elvas que fez a proposta. Abriu período de intervenções, tendo-se

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

74

inscrito os Senhores Deputados Luís Lameiras e Samuel Cunha. Deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Lameiras.-----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS)-----

“Queria dizer que agora que se aproximam os quarenta anos da comemoração da Revolução de Abril e que libertou o país e o povo do jugo da prepotência, do despotismo do fascismo salazarento e depois de termos conquistado o direito à saúde, à educação, à cultura, ao trabalho, enfim, depois da sociedade se tornar mais justa, mais igualitária, mais livre e mais democrática, estamos agora com este governo a regressar ao Portugal cinzento, que então sobrevinha antes desta Revolução. Porque este governo tem feito um assalto, sobretudo àquilo que são os direitos adquiridos e que foram conquistados com a Revolução de Abril. Por isso é de inteira justiça votar a favor desta moção que aqui nos é apresentada, para votarmos a favor daqueles que mais precisam, para manifestarmos a nossa indignação contra as políticas deste governo, políticas essas que só têm uma preocupação no seu horizonte, números, números e mais números. Esquecem-se das pessoas e acima de tudo daqueles que mais necessitam, que são cada vez mais”.-----

DEPUTADO SAMUEL CUNHA (PSD)-----

Cumprimentou os Senhores Deputados, a Mesa, o Senhor Presidente e restante Executivo. Disse:-----

“Antes de mais realçar que todos nós certamente que conhecemos alguém, amigos ou não amigos, conhecemos sempre familiares, possivelmente, que passaram por problemas oncológicos e certamente que da nossa parte e eu penso que falo por nós todos, que todo o apoio é essencial, nem que seja moral. As vezes o dinheiro pode ser uma grande ajuda, mas o apoio moral e o apoio dos amigos ainda é mais importante. Portante, logicamente que da nossa parte daremos todo o apoio e faremos com que esta moção seja aprovada”.-----

Posto à votação o ponto dois, **“Moção «No combate ao cancro, todos somos poucos em defesa dos doentes oncológicos» - Aprovação”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.** A Presidente da Mesa informou que serão feitas as comunicações solicitadas pela Câmara Municipal de Elvas às entidades competentes.-----

Introduziu de seguida o ponto três da ordem do dia: **Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Apreciação, nos termos do artigo 86.º da Lei n.º 73/2013, de**

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-08-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

75

75

75

03/09 e alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01. Deu de seguida a palavra ao Senhor Presidente.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

"Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores.-----

Considerando que iniciámos uma nova etapa no Município, no que diz respeito ao Programa de Apoio à Economia Local, importa aqui referir que já deram entrada nos cofres da Câmara 60% da verba contratada com a Direcção Geral do Tesouro e Finanças e que ascende a dois milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil euros.-----

Os pagamentos vão ser realizados, tendo em conta a maturidade das facturas.-----

O falhanço da execução da operação de saneamento financeiro entre os anos de dois mil e nove e dois mil e doze já conhecido por esta Assembleia Municipal, obrigou a que fosse revista a sustentabilidade financeira do Município de Alijó. -----

Tal falhanço implicou o recurso ao Programa de Apoio à Economia Local, no valor de quatro milhões e quatrocentos mil euros, bem como o recurso ao programa de Reequilíbrio Financeiro no valor de quinze milhões.-----

O objectivo do Plano de Saneamento Financeiro, dois mil e nove, dois mil e vinte e um, era a consolidação da situação financeira do Município através da reprogramação da dívida e consolidação do passivo.-----

Este empréstimo foi contraído por um período de doze anos, com carência de trinta e seis meses de capital, e com uma taxa indexada à Euribor, mais um spread de 1,74%.-----

Se fosse cumprido o Plano de Saneamento Financeiro, resultaria daquela operação a diminuição do endividamento líquido e cumprimento dos limites legais de endividamento; Os fornecedores da autarquia receberiam as suas facturas dentro dos prazos acordados; Haveria garantia de que os princípios de confiança e mútua e boa-fé entre o Município de Alijó e os parceiros comerciais seriam uma realidade.-----

Continuar em dois mil e oito e anos seguintes, a situação financeira que vinha a ser mantida, implicaria a ultrapassagem dos limites legais do endividamento.-----

Continuar em dois mil e oito e seguintes, a situação financeira que vinha a ser mantida, limitaria o crescimento e desenvolvimento do Município para outros projectos.-----

Sabemos que o Plano de Saneamento Financeiro implicava a adopção de medidas de racionalização de despesas correntes, bem como a criação de receitas; Implicava uma selecção

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

76

criterosa dos investimentos a efectuar de modo a que o objectivo financeiro não fosse comprometido; Implicava caminhar para um saudável equilíbrio entre as receitas e as despesas correntes; Implicava liquidar os compromissos adquiridos e assumidos pelo Município relativamente aos seus fornecedores; Implicava efectuar uma reestruturação do passivo;-----
Facilitava o plano financeiro da autarquia. Impedia a realização de nova dívida sem o recurso a fundos comunitários. -----

Contudo, escolheram em 2008, e anos seguintes, continuar com esta estratégia de gestão financeira que vinha a ser mantida e, conseqüentemente, a continuação da degradação da situação da Câmara Municipal com graves prejuízos, essencialmente para o bem-estar dos cidadãos.-----

Ora, como é conhecido, os então, responsáveis, prosseguiram o cenário que permitiria realizar uma vasta lista de investimentos, não fazendo depender a realização dos mesmos da aprovação de incentivos comunitários.-----

As medidas que materializaram o Plano de Saneamento Financeiro eram as medidas e as indispensáveis para pagar a dívida a curto prazo e consolidar o passivo financeiro. Assim, esta operação dispensava qualquer intervenção da administração central pois esta considerava que o Município seria capaz de resolver os seus problemas sem que para isso fosse necessária a intervenção ou a vigilância do Estado. Tal não se verificou!-----

Este processo falhou. Falhou todo o processo e falhou, redondamente, o Plano de Saneamento Financeiro. Foi, aliás, porque damos conta de tão gravoso falhanço e das consequências dramáticas que daí advieram para a Câmara Municipal e para o nosso Concelho que criámos o Pelouro do Acompanhamento da Execução do Programa de Apoio à Economia Local partilhado entre mim e o senhor Vereador João Manuel Gouveia da Costa.-----

Eis alguns dados objectivos do falhanço que foi o Plano de Saneamento Financeiro.-----

Basta verificar que no ano de dois mil e treze – o quarto ano de execução do Plano de Saneamento Financeiro dos doze anos contratualizados - o Município de Alijó deveria ter uma margem de endividamento prevista de quatro milhões e duzentos e oitenta mil euros e terminou o ano de dois mil e treze, de acordo com os dados da Divisão Administrativa e Financeira, com um excesso de endividamento de seis milhões, seiscentos e vinte e três mil euros.-----

Isto é, de um valor positivo previsto de quatro milhões e duzentos mil euros, temos um valor negativo de seis, seis milhões de euros. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Declumbrante Património Natural

77
[Handwritten signatures]

Foram, ainda, realizados investimentos com impacto negativo e significativo no endividamento municipal, por terem sido realizados à margem do que estava previsto e sem comparticipação comunitária, como era das condições do Plano de Saneamento Financeiro;-----

Foram, ainda, realizados investimentos de montante superior ao previsto no Plano de Saneamento Financeiro e realizados investimentos não previstos no Plano e não comparticipados, ou seja, não só o Plano não foi cumprido como se continuou a gerir a Câmara Municipal sem atender aos compromissos assumidos e ultrapassaram-se os valores do investimento.-----

Também os compromissos de racionalização da despesa não foram cumpridos: apenas se nota uma ligeira melhoria entre dois mil e doze e dois mil e treze por conta da publicação, e imposição, da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso. Todavia, nem a Lei dos Compromissos foi suficiente para manter a sustentabilidade financeira, que só foi efectiva em dois mil e doze e não em dois mil e nove.-----

Os pagamentos das despesas elencadas no Plano de Saneamento Financeiro foram feitos de acordo com o plano. No entanto esta folga fictícia de tesouraria precipitou a Câmara a realizar novos investimentos sem uma selecção criteriosa e sem as respectivas candidaturas aos quadros comunitários de apoio como era o seu compromisso com o Plano. -----

Conclusão, o Município viu-se com uma dívida bancária de nove, três milhões de euros de longo prazo mais uma nova dívida gerada de cerca de sete milhões!-----

Assim, houve a necessidade de recorrer a duas operações financeiras ainda durante o ano de dois mil e doze, aprovadas por esta Assembleia Municipal, que são o Plano de Apoio à Economia Local e o Reequilíbrio Financeiro!-----

Não foram implementadas medidas de racionalização de despesa e consequentemente não foram respeitados os limites de endividamento, contribuindo, assim, para a continuidade da degradação da situação financeira.-----

Insisto, foi com o propósito de cumprir, desta vez, escrupulosamente, o saneamento financeiro da Câmara Municipal, e sermos monitorizados por um olhar próximo, sério, objectivo, crítico e descomprometido que convidámos para o Pelouro de Acompanhamento ao Programa de Apoio à Economia Local o Senhor Vereador, Engenheiro João Manuel Gouveia da Costa. -----

Em boa hora o fizemos pois é a pessoa certa para que, connosco e desta vez, se cumpra um plano de saneamento financeiro na Câmara Municipal de Alijó!-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

78

Vamos iniciar na próxima semana os primeiros pagamentos referentes ao programa de apoio à economia local, reduzindo a dívida aos fornecedores, numa primeira fase, em cerca de dois, seis milhões de euros, coadjuvados pelo senhor Vereador Engenheiro João Manuel da Costa pois, como todos sabemos, o PAEL é muito mais que um mero pagamento de facturas! Faz parte de um programa de ajustamento financeiro e que nos vai condicionar por vinte anos!-----
Também já tomámos medidas internas de racionalização de custos, nomeadamente nas comunicações, combustíveis, consumos energéticos e seguros estando em curso um plano de controlo sustentado e sustentável da despesa e da diminuição desta. O futuro será o que nós quisermos, o futuro será de esperança! Muito obrigado."-----

A **PRESIDENTE DA MESA** abriu período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Deputados António Lousa, Telmo Pinto, Filomena Nogueira e João Vilela.-----

DEPUTADO ANTÓNIO JOSÉ LOUSA (PSD)-----

"Agradeço ao Senhor Presidente a exaustão que ele teve em entregar-nos os números num relatório de execução financeira, mas eu reconheço que a minha limitação é um bocado, nesta área. E os números, alguns, são difíceis de eu atingir. Por isso eu gostava de fazer uma pergunta simples ao Senhor Presidente. Quanto é que a Câmara tem que todos os meses amortizar de juros por causa da dívida? Só essa pergunta que eu gostava de saber e agradeço-lhe, Senhor Presidente, obrigado".-----

DEPUTADO TELMO PINTO (PS)-----

"No fundo, queria pedir à Mesa, se fosse possível, no momento oportuno, não tem que ser agora, mas poderá ser na próxima semana, se me pudesse munir desta intervenção do Senhor Presidente da Câmara, para eu diligenciar no sentido de, no fundo, contradizer e ver a veracidade da intervenção que acabou de ter aqui neste momento. Porque, enfim, acontece isto na vida. Porque casos há também e eu assisti e queria-o referencia-lo aqui, o facto de com pompa e circunstância, o Senhor Secretário de Estado ter vindo a Trás-os-Montes lançar o concurso da reabertura das obras do túnel do Marão. É verdade que há erros que se cometem. E eu também vou saber os custos inerentes a este adiamento que o governo assumiu sobre o encerramento das obras do túnel do Marão. E se fosse possível agradecia então esse documento, na próxima semana, não há problema nenhum. Muito obrigado".-----

DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA (PS)-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

79
[Handwritten signatures]

“É só para dizer que me congratulo com o visto do Tribunal de Contas ao PAEL, Plano de Apoio à Economia Local, cujo objectivo é proceder à regularização do pagamento das dívidas do Município, vencidas há mais de noventa dias, o que eu considero óptimo para a economia local e consequentemente para o nosso Concelho. Cheguei a pensar que devido a isto pudesse haver uma folga para o Executivo ajudar as Juntas nas acções judiciais que os empreiteiros lhes colocaram em tribunal. Pelos vistos, tal não vai ser possível, o que assim sendo, não sei como as Juntas poderão suportar tais encargos. -----

Importa saber que quem protagonizou este investimento foi a Câmara. Agora responsabilizam apenas e só as Juntas de Freguesia. Não concordo, está mal. Diga-me por favor, Senhor Presidente da Câmara, se vai ou não fazer alguma transferência de capital para as Juntas de Freguesia? Muito obrigada”.-----

DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD) -----

“Agradeço em primeiro lugar ao Senhor Presidente a exposição que aqui fez e que não se encontra reflectida neste relatório e ainda bem que o fez. Mas em relação a este relatório, pouco ou nada disto, tirando os números que aqui apresenta, há uma diferença entre o floreado do último e este. No último, tirando os números concretos, dava a ideia que estava tudo muito bem. Há aqui uma questão que eu gostaria de ver aqui esclarecida, se possível, para perceber se a minha interpretação está correcta, que é o prazo médio de pagamento no quarto trimestre, estamos a falar de oitocentos e vinte e sete dias. Eu pretendia ver esta questão esclarecida, por favor, se fosse possível e aproveitar o momento para responder ali ao Deputado Telmo Pinto e agradecer-lhe a questão que colocou e pedir que os documentos sejam facultados e dizer-lhe, a todos aqueles que colocaram questões que o momento ideal para esclarecer estas dúvidas é através de uma auditoria financeira. Hoje é o momento ideal para esclarecermos isso. Não se levantem mais dúvidas, esclareça-se. Não há nada a esconder, esclareça-se. E resolve-se este problema uma vez por todas. Não há problema nenhum, entendo eu. Muito obrigado”.-----

De seguida, a **PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

“Senhor António José da Costa Lousa, quanto ao número que pretende saber, não estou em condições de neste momento dizer, oportunamente pedirei aos serviços e farei chegar a si e a todos os Deputados que assim o entenderem. Como pode compreender é neste momento uma conta complexa, vamos iniciar o pagamento de um projecto, vamos ter juros diferentes, vamos

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and initials in blue ink, including the number '80'.

ter juros comerciais que vão cair em cima de algumas facturas vencidas. Não é possível neste momento saber o montante de juros, mas logo no primeiro balancete, no final de Março, talvez já se consiga, com alguma precisão, dizer-lhe isso.-----

Senhor Deputado Telmo, o documento está à disposição, como sabe.-----

As obras do túnel do Marão não são para aqui chamadas neste momento, julgo eu que é um *fait divers*.-----

Dona Filomena agradeço-lhe a sua congratulação pela aprovação do PAEL, porque realmente vai credibilizar o Município. Independentemente das nossas guerras, vamos ter uma imagem diferente junto dos nossos fornecedores comerciais e podemos não cair, como caímos no ridículo, no último Dezembro de não termos ninguém que nos fornecesse lenha. Ninguém acreditava em nós. Ficaram com um concurso vazio de sete mil e quinhentos euros. Espero que isso não volte a acontecer.-----

Quanto às acções judiciais que pendem sobre as Juntas de Freguesia, tiveram aqui uma formação na semana passada, pelo Dr. Pedro Mota e Costa, julgo que ele era a pessoa mais competente para vos elucidar. No entanto, eu quero dizer que estou a acompanhar o problema, a Câmara está a acompanhar o problema e a resolução não a temos já.-----

As transferências serão feitas de acordo com o critério que vamos definir brevemente em reunião de câmara e depois protocolada em função das competências que cada um de vocês vai aceitar, ou não, e vamos definir critérios. Por isso é que eu achava que era uma boa ferramenta para decidir, saber o levantamento das dívidas que efectivamente as Juntas têm. Não é necessário manifestá-las aqui, mas fazê-las chegar à Câmara e dizer é isto mesmo e a situação em que estão.-----

Senhor João Vilela esteve atento para esta alteração realmente entre os duzentos e poucos dias para os oitocentos e vinte e quatro dias de pagamento. Isto tem apenas e só a ver com o simples facto de estarmos a pagar a dívida de curto prazo, estamos a pagar aos fornecedores. E isto é directamente indexado ao número de dias que está vencida as facturas. Número de facturas, número de dias. As facturas mais antigas que estão vencidas há quatro anos, cinco anos, essas não estão pagas, vão começar a ser pagas. Como tal, este número de dias em atraso aumenta. Se nós comprássemos muitos objectos a vinte euros neste mês, muitos, tínhamos aqui uma média de pagamento de atraso para aí de cem dias. Está a perceber? Mas não reflecte o montante da dívida. Que é diferente. Espero quando começarmos a pagar, isto de uma forma realística comece a cair."-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

87

Após solicitação foi dada a palavra à Senhora Deputada Filomena Nogueira.-----
DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA (PS)-----

"Queria só perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, se posso transferir os processos que eu tenho num advogado, que estão em Tribunal, para o apoio do advogado que tem a Câmara Municipal? Para que o advogado da Câmara Municipal nos acompanhe esses processos, porque eu não tenho dinheiro para pagar ao advogado que está a tratar os processos que estão em tribunal".-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

"A Câmara disponibilizou para todas as Juntas o apoio jurídico que tem. A Junta de Ribalonga e Pópulo não é excluída, de forma alguma."-----

DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA (PS). Muito obrigada, muito obrigada, desconhecia.-----

A **PRESIDENTE DA MESA** introduziu o ponto quatro da ordem do dia: "Alteração ao Regulamento do Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Favaios – Aprovação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09." Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto, o qual solicitou que o mesmo fosse apresentado pela Senhora Vereadora Cristina Felgueiras, visto tratar-se de um assunto do seu Pelouro.-----

A Presidente da Mesa anuiu e deu a palavra à Senhora Vereadora Cristina Felgueiras.-----

VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS: -----

Cumprimentou os presentes e disse: -----

"Esta alteração que foi proposta em reunião de câmara e que vem aqui à Assembleia prende-se com o horário do Museu, que no nosso entender estava a abrir muito tarde e, portanto, passa a abrir às dez horas, porque achamos que não faz muito sentido abrir às onze, quando a vida em Favaios circula há muito tempo e portanto, teremos todo o interesse em abrir as portas mais cedo."-----

Portanto, vamos aumentar o horário de funcionamento do Museu e também com as actividades pedagógicas, porque queríamos implementar na Páscoa, já, um mini ATL nas actividades pedagógicas e era preciso começar a regular o pagamento dessas actividades. Como vocês sabem, em Favaios a capacidade para receber os miúdos é pouca e portanto os serviços entenderam que para haver responsabilização dos pais e para apoio do material didáctico que

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

82

vai ser utilizado, um euro e meio por dia seria o ideal para fazermos com sucesso a actividade. E daí vieram estas duas propostas.”-----

A **PRESIDENTE DA MESA** abriu período de inscrições, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Laureano Guedes, a quem deu a palavra.-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS) -----

“É uma pergunta que irei fazer, uma vez que isto é uma minuta aprovada por unanimidade. Mas eu gostava de saber um pouco mais sobre a natureza e a essência deste chamado Museu do Pão e do Vinho de Favaios. Porque parece que tem actividades exteriores ao próprio Museu ou incluídas no Museu. Ai, a Senhora Vereadora, gostava que pelo menos para mim, esclarecesse um pouco, a natureza dessas actividades pedagógicas e sobretudo mencionar a razão, porque é que um euro e cinquenta é assim tão essencial para a sobrevivência destas actividades-----

Eu julgo que o Museu ainda está englobado ao Museu do Douro. Se não é assim eu estou a pensar mal. Gostava de saber a orgânica que tem implícito neste Museu?-----

Quanto à natureza das entradas para locais, ser isenta e para os não locais ser paga, eu acho que o Museu precisa de ter visibilidade. E pelo que parece, acho que a entrada gratuita para todos seria, possivelmente, muito mais estimulante, sobretudo para pessoas que nos visitam. Porque casos de famílias com crianças, possivelmente quanto menos pagarem melhor. E um Museu com este limite de oferta, julgo que não merece que se pague uma entrada. Uma entrada, à partida, parece-me que é uma obstrução para conhecer o Museu. Se estou errado, gostaria que me contrariasse.”-----

VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS: -----

“As entradas para o Museu, cobrança ou não dos residentes, o ponto ficou igual porque foi retirado em reunião de câmara e não está aqui em análise.-----

Quanto às entradas das crianças, não se está a cobrar a entrada da criança. Está-se a cobrar a participação nas actividades pedagógicas, que estão sempre relacionadas com aquilo que é o Museu do Pão e do Vinho em Favaios, com o pão e com o vinho. Há dois motivos para a cobrança das actividades. O primeiro prende-se, e é o principal, com a responsabilidade dos pais, ao inscrever as crianças, os levar lá, isto porque a capacidade do Museu para acolher as crianças é muito limitada. Estaremos a falar no máximo de vinte crianças. Se for uma entrada gratuita e sem responsabilização, o que acontece é que chegando às primeiras vinte, as outras vão deixar de ter oportunidade de frequentar. Há essa limitação na capacidade de as receber. Se os pais procederem ao pagamento, tendem a ser responsabilizados em levarem as crianças

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

83

e não inscrever por inscrever. Essa é uma das razões. A outra prende-se com a aquisição de algum material didáctico. Não é essencial, não punha em causa a realização das actividades, mas também para os pais não põe em causa a frequência dessas actividades."-----

A **PRESIDENTE DA MESA** colocou a votação o ponto quatro: "Alteração ao Regulamento do Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Favaios – Aprovação nos termos da alínea g) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09", tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

De seguida introduziu o ponto cinco da ordem do dia: "Pedido de autorização genérica para dispensa de parecer prévio da Assembleia Municipal – Aprovação". Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentação do mesmo.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

"Dando cumprimento ao disposto no artigo 22.º do decreto-lei 197 de oito de Junho, venho novamente pedir autorização da dispensa de parecer prévio da Assembleia Municipal, nos termos em que a lei assim o exige. Chegou o fim de ano, tinha esta autorização, terminou, venho novamente pedir para funcionar. Todos os compromissos plurianuais tem que obrigatoriamente ter esta dispensa prévia. Vir aqui para autorizar, para depois ir à Câmara, para voltar aqui. Portanto é eliminar um dos circuitos, mais nada".-----

Porque não foram feitas inscrições, a **PRESIDENTE DA MESA** colocou a votação o ponto cinco "Pedido de autorização genérica para dispensa de parecer prévio da Assembleia Municipal – Aprovação", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

De seguida, colocou a discussão o ponto seis da ordem do dia "Proposta de revisão do Plano Director Municipal de Alijó – Aprovação, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09", lembrando a existência da comunicação do Senhor Engenheiro Rogério Bessa, na qual é proposto "... que se adie a discussão do PDM para a próxima sessão que diz, que de uma forma gratuita, juntamente com outro colega, se propõem apresentar um estudo."-----

Inscreveram-se os Senhores Deputados Alceu Costa, Telmo Pinto, João Vilela e Samuel Cunha.-----

DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD)-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-08-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Destumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

"Eu quero dizer que quando vi isto na ordem de trabalhos, de facto confessei para mim mesmo, que não estava preparado, porque não acompanhei nos últimos tempos, não estava muito ligado à política ou ao poder autárquico e como tal, não acompanhei propriamente o trabalho que tem sido feito ao longo destes anos. E portanto, quando me apareceu isto aqui e me disseram que isto poderia ser adiado, achei, que sim senhor, tinha a sua razão de ser. Acontece que hoje mesmo, antes de vir para aqui, em conversa com um empreiteiro de Sanfins, não interessa dizer o nome, ele confessou-me uma coisa que me deixou um bocadinho preocupado. É que, diz ele que está há dez anos para fazer uma casa de um emigrante em Vila Chã, em frente ao Centro de Dia. Há dez anos que estão à espera que de facto o PDM seja aprovado. Mais, deu-me conhecimento, e isso eu já sabia, que a fase de discussão pública, a fase de análise, a fase de sugestões, já tudo isto passou. Eu é que passei um bocadinho ao lado e portanto, daí a minha ignorância neste campo. E por isso, a minha opinião era de a retardar. Simplesmente ao analisar isto, não há dúvidas que nós temos de ter em conta, a situação que cada um está a viver neste momento. _____

De facto haverá, por aquilo que eu me apercebi, situações que se arrastam há muitos anos. É claro que isto não contraria de maneira nenhuma, a sugestão que foi apresentada pelo Senhor Eng.º Bessa, que eu acho muito bem. A única sugestão que eu queria fazer e não sei se é isso, porque na altura tive que me ausentar, é que de facto não adiássemos por muito mais tempo, esta situação." _____

DEPUTADO TELMO PINTO (PS) _____

"Relativamente à proposta que foi apresentada pelo Eng.º Rogério Bessa, de referir apenas o seguinte. É evidente que este documento é um documento extenso, é um documento muito técnico. Todavia, também considero, se a proposta apresentada por ele, tem a ver basicamente com a argumentação apresentada, tem a ver com a melhoria do próprio documento e simultaneamente, uma abertura para que os Senhores Deputados Municipais que se vão declarar ou manifestar sobre o mesmo, se isso é possível, eu aqui também gostaria de ouvir, se houver essa vontade e possibilidade da parte dos técnicos que estão para os apresentar, se isso for possível, eu acho que faz todo o sentido. Porque é um documento de extrema importância para o concelho. Estamos a falar de uma ferramenta de trabalho para os próximos dez, quinze, vinte anos até. Se for possível e indo de encontro da intervenção que me antecedeu, do Senhor Alceu Costa, quanto mais breve possível melhor, até porque há também muitos munícipes que

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-08-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

85
[Handwritten signatures]

esperam e já alguns desesperaram por este documento. Portanto, se assim for, da nossa parte, da bancada não haverá inconveniente absolutamente nenhum. Muito obrigado."-----

DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD) -----

"Relativamente a este assunto e depois de ouvir todos os intervenientes que me antecederam e inclusive a proposta do Eng.º Rogério Bessa, parece-me que há aqui pelo menos algum entendimento, na perspectiva que sendo um documento complexo, merece se calhar mais algum tempo para nos inteirarmos melhor dele e possamos ser esclarecidos de determinadas dúvidas atempadamente e depois de devidamente esclarecidos podermos, se necessário e se assim o entendermo, cada um dos grupos, apresentarmos as propostas ou recomendações que achamos convenientes."-----

Nessa circunstância, ia um pouco mais longe, que aquilo que foi apresentado e tentando talvez encaixar na proposta do Eng.º Rogério Bessa, propor que fosse realizado um debate, uma sessão de esclarecimento devidamente com os técnicos, exclusivamente para este assunto. Após esse debate e essa sessão de esclarecimento, onde toda a gente esclareceria as dúvidas e se colocariam situações reais para o mesmo esclarecimento, houvesse uma margem de tempo, quinze dias, uma semana, para uma Assembleia extraordinária para debater e apresentar as propostas que forem consideradas necessárias. Portanto, nessa circunstância formalizo esta proposta para debate no Plenário."-----

DEPUTADO SAMUEL CUNHA (PSD)-----

"Praticamente já foi falado. Portanto prescindo então da minha palavra, porque realmente sou da mesma opinião, deveríamos adiar isto, por pouco tempo, para que não se atrase muito mais e que seja depois decidido."-----

PRESIDENTE DA MESA: -----

"Eu também queria dizer o seguinte: como todos nós constatamos, estão aqui presentes dois técnicos da Câmara Municipal, o Senhor Arquitecto Henrique e a Senhora Engenheira Zélia e também penso que estão cá por causa do PDM. Segundo me disseram, não é.? Portanto, no fundo, para todos nós percebermos, acham que não devemos entrar já nos esclarecimentos neste ponto da ordem do dia para aproveitar a presença? Eu pessoalmente, agradecer-me-ia que fossem prestados alguns esclarecimentos. Eu não sei o que é que pensam, mas acho que só tínhamos a lucrar com isso."-----

Deu de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara."-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

86

PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

" Queria fazer um pedido à Mesa que era no sentido de se deixar pronunciar o Senhor Vereador Adérito Figueira, porque foi o homem que esteve mais ligado a toda esta revisão, na parte política, antes dos técnicos falarem. Julgo que seria um erro não o ouvir e passarmos já para a parte técnica. Se ele assim estiver disponível. _____

PRESIDENTE DA MESA: Senhor Vereador, faz favor. _____

VEREADOR ADÉRITO FIGUEIRA (MAIS) _____

"Como sabem, fui eu o mais responsável em todo este processo de alteração do PDM, visto que isto já começou para aí há onze anos atrás. E poder-me-ão dizer, mas porque é que demorou tanto tempo? Demorou tanto tempo, porque para vocês ficarem com uma ideia, havia vinte e tal instituições estatais que se tiverem de pronunciar sobre o PDM, cada um tinha a sua ideia. As reuniões de acompanhamento tinham de ser feitas com todos os presentes. Houve reuniões, que depois de solicitadas, demoraram um ano a fazerem-se. _____

O PDM foi feito com o acompanhamento de toda a gente. Toda a gente foi informada, quer os Presidentes de Junta, quer os Múncipes a nível geral. Isto tem um período de debate público que já passou. E era nesse período que a lei obriga a que exista, que deveriam ter aparecido as alterações que cada um entendesse por bem apresentá-las. Vocês dão-me ideia que ficaram, quer do PS, quer do PSD, todos os Deputados a nível geral, andaram um bocado descuidados, desculpem que eu diga isto, andaram um bocado descuidados com isto. Isto é brincarmos com coisas sérias. Vocês sabem o que implica hoje, o solicitar alterações ao PDM? Se calhar, demorar mais quatro ou cinco anos. Como vos disse, uma reunião de acompanhamento, tivemos várias que demoravam um ano a executarem-se. O que era agora irmos solicitar alterações àquilo que já está aprovado? _____

E depois temos outra coisa. Será? Nós não mandamos nisto, não somos nós que mandamos nisto. Será que essas introduções que nós desejamos seriam aceites? Eu penso que não. E penso que não, porque no período do debate público houve várias achegas que a população deu e elas foram, já na vigência deste Executivo, elas foram apresentadas à Comissão de Coordenação, foram debatidas, foram avaliadas e umas, dois ou três casos aceitaram-nos, os outros, pura e simplesmente riscaram. _____

Aquilo que vos peço é o seguinte: não demorem mais tempo a aprovarem este documento que é muito importante para o desenvolvimento do Concelho. Os nossos Múncipes, eu tive muitos que me disseram assim «não me deixam construir aqui, eu vou comprar um apartamento em Vila

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signatures and the number 87 in the top right corner.

Real. Não é isso que nós andamos a prometer a eles. Andamos a prometer-lhe apoio e mais apoio. Fizemos tudo nas reuniões de acompanhamento para que as áreas de ampliação, que é isso que as pessoas se preocupam mais, as áreas de ampliação urbanística fossem o mais alargadas possível. E foram. Se calhar até foram demais. Se calhar, em vez de andarem a alargar áreas de construção deviam, o governo, não é nós, taxar as áreas de construção como urbanas, para que as pessoas não fizessem o que estão a fazer. Estão sempre à espera que o terreno deles dê mais dinheiro amanhã. Se eles fossem taxados como urbanos, eles ou construíam, ou vendiam e os terrenos que havia chegavam para toda a gente. Porque é impossível um PDM abranger o meu terreno, ou o do António, ou do Zé ou o do Francisco. É impossível. Isso originava a não existência do PDM. E a lei obriga-nos a que ele exista. Não é por acaso que o PDM é um instrumento de ordenamento do território.

Não me vou prolongar mais. Apelo à vossa consciência e aprovelem este PDM hoje, porque ontem já era tarde, obrigado."

A **PRESIDENTE DA MESA** abriu novo período de intervenções tendo-se inscrito os Senhores Deputados Filomena Nogueira, Laureano Guedes e João Vilela. Deu a palavra à Senhora Deputada Filomena Nogueira.

DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA (PS)

"É só para dizer que devemos realmente aprovar hoje este PDM, porque o alargamento para construção é enorme e é isso o que mais importa. Nomeadamente, na minha Freguesia houve um aumento enorme de área para construção. É só."

DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS)

"Com esta dissertação tão clara e evidente do Senhor Vereador Adérito, eu corroboro a ideia, de que em consciência, não conhecendo, por mim falo, a natureza do PDM tal como está, mas em consciência devemos abreviar, propor à Mesa uma aprovação hoje. E não invalida, também por natureza de conhecimento, não possamos ter uma reunião com esses esclarecimentos, com os intervenientes neste Plano Director."

PRESIDENTE DA MESA:

Senhor Deputado, eu não percebi muito bem ...

DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS)

Eu estou de acordo que se faça hoje uma aprovação.

DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD)

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

86

Handwritten signatures and initials in blue ink.

"Eu agradeço os esclarecimentos do Senhor Vereador Adérito Figueira, sem prejuízo naturalmente, de eu, pessoalmente, não aprovo aquilo que não conheço. E aí condeno-me pessoalmente, não conheço. E como não conheço, não aprovo e como não aprovo, mantenho a minha sugestão. E se quiserem levar esta proposta a votação muito bem e se não quiserem façam aquilo que entenderem.-----"

PRESIDENTE DA MESA: -----

"Muito obrigada. Se concordarem, esta é uma sugestão da Mesa. Eu compreendo que alguém diga que não vi, não li, não estive atento e quem é que nos diz que daqui a uns tempos, que vão estar ou que vão ler? Ouvindo as palavras do Professor Adérito Figueira, a Mesa propõe e punha isso à vossa consideração, que pudessem intervir os técnicos da câmara sobre este ponto e depois votaríamos. Se calhar eles têm alguma coisa para nos dizer e também para nos elucidar. Não sei se concordam? Pode ser? Ouvimos os técnicos da Câmara? É porque efectivamente do PDM já andamos a falar muitos anos". -----

Tendo os Senhores Deputados concordado com a sugestão da Mesa foi dada a palavra à Senhora Engenheira Zélia Lima para apresentar a sua opinião sobre este ponto em discussão.--

ENGENHEIRA ZÉLIA ABREU E LIMA: Cumprimentou a Mesa da Assembleia, ao Presidente da Câmara e aos restantes presentes e disse: -----

"Eu tenho muito pouco a dizer depois do que o Senhor Professor falou. Porque este PDM iniciou-se em nove de Dezembro de dois mil e dois. Teve uma audiência pública onde toda a gente pôde participar e dizer o que é que entendia, do que gostaria de ver vertido nele. Houve a participação de mais de trezentas participações, que foram analisadas e que foram ponderadas. A legislação só obriga a isso. Mas tem um artigo que diz que, sempre que as pessoas queiram participar, podem continuamente fazer essa participação. Essa acção foi tomada pela Câmara.-----"

Durante estes doze anos, ou treze, houve sempre uma participação aberta. Quando foi colocado novamente na audiência obrigatória à população, a Câmara deliberou, não trinta dias, mas trinta e cinco dias. Fez sessões públicas. Uma para os Presidentes da Junta, outra para a população em geral. A da população em geral foi divulgada pelos jornais, divulgada pelos Padres, pelas Juntas de Freguesia e realizou-se no Auditório. -----

Durante os trinta e cinco dias participou, e disse o que lhe ia na alma, quem entendeu. Posteriormente, isto foi analisado e é algo que eu gostaria de acrescentar e que antes de



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

89

avançar com uma pequena exposição que ambos trazemos, eu gostaria de esclarecer algo a todos. _____

O PDM sobre o território do Concelho de Alijó manda a Câmara e mandam também todas as outras instituições. A Câmara de Alijó tem competências de acção sobre o solo. Mas também têm todas as outras instituições que tiverem aqui alguma coisa a ver. Têm as florestas, tem o domínio hídrico, tem a reserva agrícola, tem a reserva ecológica, tem o património e portanto, algumas destas instituições têm diplomas extremamente duros e rígidos. No ano passado, no final de dois mil e treze, entrou em vigor uma nova redacção da Reserva Ecológica, o que significa que se não aprovarmos o Plano corremos o risco de ter que voltar tudo ao início por causa da nova forma de fazer a reserva ecológica. Porque já não é o mesmo diploma. E a mesma situação se passa com a reserva agrícola e a mesma situação se passa com os espaços florestais, com os espaços hídricos e com todas estas situações. _____

Portanto, quando se fez a ponderação de cada uma das situações que foram colocadas, procurou-se atender a todas as pessoas que não esbarravam nas situações que eram inflexíveis, nomeadamente a Reserva Agrícola e a Reserva Ecológica. Praticamente foram essas as únicas pessoas que participaram relativamente à planta de ordenamento e que demonstraram o seu descontentamento relativamente à sua área de construção da casinha. Quase todas as participações foram desse nível. Houve dois técnicos que participaram, o Eng.º Pedro Cruz, que só fez uma intervenção relativamente à parte do regulamento e fez umas três intervenções relativamente à planta de ordenamento. O Senhor Eng.º Rogério Bessa fez trinta e uma intervenções da planta do ordenamento e vinte e seis do regulamento. Foram todas ponderadas com o máximo de atenção. _____

Depois de saber que estaríamos aqui todos a repensar novamente aquilo que é as nossas políticas de ordenamento do território, que nos vão orientar, no mínimo durante dez anos, embora isto não seja rígido. É no mínimo durante dez anos, mas pode ser alterado ao fim de três, se houver alterações profundas e pode ter alterações de pormenor e de pouca monta ao longo de todo o tempo e terá alterações obrigatórias sempre que outro plano incida sobre a nossa área territorial. _____

No entanto, acho que é o dever de todos nós, quando amamos o nosso território, é pensar e ponderar tudo aquilo que ouvimos. E portanto, uma das situações que eu tive conhecimento que houve reacção e eu estou a falar reacção, não é por ser positiva ou negativa, não interessa, porque o que interessa é tentar ouvir os outros e tentar perceber até que nível poderão trazer

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

90

uma mais-valia para o território, ou não trazer uma mais-valia para o território, se vale a pena ponderar novamente. E uma das questões que começou a correr de boca em boca foi a questão do artigo doze, que é as condições de edificabilidade. Por isso mesmo, esse artigo voltou a ser escamoteado e para que todos possam perceber, vão ser apresentadas duas apresentações, uma em termos teóricos, que corre e que tenta demonstrar os benefícios e as desvantagens do RGEU, porque aquilo é um prolongamento do RGEU, que é um regulamento de mil novecentos e cinquenta e um e outra, que mostra através de um programa, como é que a insolação ocorre no nosso paralelo, com um programa que faz cientificamente o correr do sol e das sombras.-----
Eu vou começar por apresentar o *powerpoint* que fiz para vós, para poderem perceber o que são edificações, como é que elas podem estar implantadas nos solos, como é que elas podem estar afastadas umas das outras e os motivos porque é que elas têm de estar afastadas. Porque nada existe sem uma razão lógica."-----

De seguida procedeu à apresentação do *powerpoint*, (que se coloca em acta), dizendo:-----

"O que vai ser questionado e o que foi novamente ponderado foi as questões de edificabilidade, que estão previstas no artigo 12, com os dizeres do RJEU, que estão previstos no artigo 58 e seguintes. Há um título e há um capítulo próprio do RJEU que nos diz como é que os edifícios em conjunto devem funcionar. E foi dentro desse âmbito que se começou a fazer o raciocínio e a começar a questionar e a descascar todo o raciocínio, para verificar até que nível o que estava a ser colocado em causa era verdadeiro ou falso.-----

Portanto, o que o artigo 58º diz é aquilo que todos os edifícios têm o direito a ter, tal como todos nós temos direito a ter direito à habitação e se a habitação não tiver isto então é uma má habitação, ou um mau edifício, tem que ter arejamento, tem que ter luz natural, tem que ter incidência natural do sol, porque senão, não funciona bem, tal como tem que ter a água, os esgotos e outros requisitos novos que agora apareceram.-----

Quando não existe arejamento, o que nós podemos ter são edifícios com patologias. Patologias graves que vão desde os bolores a maus cheiros e podem aparecer dentro deste género. Claro que isto que isto que está representado, que é uma patologia grave na parte do rés-do-chão e esta é do tecto, não resulta apenas da falta de insolação e de arejamento. Pode resultar também de outras razões construtivas. Isto dá mau cheiro, isto dá doenças. O edifício está doente, as pessoas estão doentes.-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

100
91
27
28

Portanto, a luz solar ao rodar, cria gradientes de luz e de sombra. Esta é uma forma de o mostrar. Esta é uma outra forma em que mostra como é que o sol, entre aspas, roda à volta da terra e como faz também o gradiente, também da sombra quando incide sobre o edifício.-----

Neste slide, o que nós procuramos mostrar é outra coisa. Que o sol não roda sempre na mesma posição. Depende do paralelo e depende também da época do ano. Assim, tem uma inclinação menor, mais rasteira, ou superior. E o sol é de tal maneira importante que ele e esta imagem mostra como é que ele pode entrar dentro de um edifício. A imagem seguinte também mostra o mesmo e mostra como as formas do tecto podem ser melhor ou pior em termos de entrada de luminosidade.-----

Esta imagem já mostra como é que funciona uma cidade ou uma aldeia. Como é que funcionam os edifícios em conjunto e como é que roda o sol desde manhã até à noite e como é que podem incidir os raios solares. -----

Os raios solares têm a ver com o paralelo e com a época do ano. No entanto, o RJEU estabeleceu um ponto intermédio e considerou que se fosse para a posição mais negativa, provavelmente teríamos muito mais sombra sobre os edifícios do que aquilo o RJEU considera. Portanto, o RJEU considera que o ponto de partida para termos a condição de dignidade, de iluminação e insolação é a regra dos quarenta e cinco graus que forma este desenho. -----

Neste pequeno apontamento temos uma grelha que era para se poder perceber as distâncias, temos um edifício com seis metros e outro edifício com nove. E temos a sombra, a projecção da sombra. A projecção da sombra é muito maior até porque os edifícios estão mais separados do que os dez metros. -----

Aqui uma posição contrária, se tivéssemos o sol na posição diferente.-----

Esta é a questão do Engenheiro Bessa. O Engenheiro Bessa diz que num edifício, num lote de 20x20, que é aqueles que consideram o mínimo de edificabilidade, que não é possível construir. E então eu peguei e comecei a raciocinar. Se o lote tem 20x20, se conforme em termos de senso comum se considera que são cinco metros para cada lado, resulta um edifício de 10x10. Um edifício de 10x10 ainda tem alguma dignidade, poderá não ser muita, mas tem.-----

Mas então, vamos considerar a regra dos quarenta e cinco graus. A regra dos quarenta e cinco graus significa que se eu tiver um edifício com dois pisos, eu tenho um edifício com seis metros. Então, eu vou fazer uma sombra de seis metros. Mas se eu vou fazer uma sombra de seis metros e se o edifício ao lado também tiver três, eu se der três e a do meu vizinho também der três, significa que eu posso construir um edifício de 13x14.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signatures and the number 92.

Este assunto do sol é algo que vem sendo pensado pelos estudiosos e investigadores há muito tempo e portanto, esta é uma imagem que mostra como é que, relativamente à orientação solar, nós podemos construir um edifício de habitação, quais os melhores locais em termos de orientação solar para os quartos, as cozinhas, as salas, os escritórios e o resto.-----

Aqui mostra como a insolação é tão importante que, se não existir a insolação necessária e suficiente, pode criar patologias como esta que se vê naquele edifício. Este é uma emperia virada a Norte, a degradação é superior à das outras empenas.-----

Este já mostra as diferenças que existem, as vantagens e os inconvenientes que existem, as diferenças, entre ter iluminação natural ou ter iluminação artificial. Estas são as grandes diferenças.-----

As vantagens em termos de saúde estão aqui descritas e que podem beneficiar as pessoas e os edifícios. As vantagens em termos de economia. Há muita economia se a iluminação for natural. As vantagens em termos de conforto de luminosidade e da dinâmica dos espaços.-----

E este quadro foca as desvantagens, porque nada tem vantagens apenas. As desvantagens aqui focadas têm a ver com os raios UV, que podem fazer mal, mas isso é uma questão de nós sabermos sombrear nos sítios certos. É o brilho ter gradientes diferentes e poder ferir os olhos e isso também pode ser coado através de cortinas. E o facto de podermos cair noutra extremos que é o sobreaquecimento. Mas se o edifício for bem construído, isso não acontece.-----

Este aqui já é outra situação. É uma história que toda a gente conhece, mas que eu vou repetir porque ela faz parte da nossa cultura. Um dia, Alexandre o Grande, chega ao pé de um grande filósofo, Diógenes e diz-lhe assim: «o que é que eu te posso dar, tu és um filósofo tão bom, eu gostava que tu viesses trabalhar comigo, o que é que eu te posso dar?» e ele dizia «eu não quero que me dê nada. Eu só quero que não me tires aquilo que eu já tenho. Sai-me e desaparece-me que me estás a tapar o sol». E o Alexandre achou que era tão inteligente que respondeu «eu se não fosse Alexandre, eu queria ser Diógenes».-----

Aqui estuda várias formas de edificar, para aproveitar a luz solar e para se poder trabalhar durante mais horas, só e apenas com a luz solar, em vez de ser com a luz indirecta. Esta é a forma como o sol roda cientificamente. A terra ao rodar tem esta forma. No entanto nós, agricultores aqui do Douro, sabemos que através de um relógio de sol, sabemos que ela empiricamente pode funcionar com pauzinhos, com pauzinhos sabemos as horas e com um pauzinho verificamos que o que está em causa é a regra dos quarenta e cinco graus.-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

93

Este é outros dos artigos do conjunto que tem a ver com o RJEU, em que eles dizem que existindo um edifício de gaveto, existindo duas ruas com distâncias diferentes, ou com cotas diferentes, a situação mais desfavorável permite que haja um prolongamento de quinze metros e que depois deve desaparecer, ou então tem que ter um estudo adequado para o efeito, para não existir a tal questão de existir sombra a mais.-----

Esta imagem procura mostrar que nas cidades os edifícios podem ser muito altos, mas as ruas também são muito largas. -----

Este slide procura mostrar que também é importante o afastamento posterior. Aliás, o RJEU diz que o afastamento posterior, em edifícios de habitação colectiva deve ser no mínimo de seis metros. É uma regra que eles lá têm. Este slide dá apenas um exemplo. Tinha vários exemplos, mas reduzi-me a um.-----

Isto mostra um loteamento industrial e mostra a importância, quer dos ventos, quer do sol. O loteamento industrial foi colocado de maneira que os maus cheiros não atingissem os aglomerados populacionais e ao mesmo tempo aproveitassem o máximo da radiação solar para poder trabalhar com condições de dignidade no trabalho e na saúde.-----

Este quadro faz a comparação regulamentar do artigo 12.º que o Senhor Engenheiro colocou em causa. Porque o que ele colocou em causa foi o seguinte. Considerava que não era admissível e era gravoso termos um lote de 20x20 e que isso era gravoso porque o Regulamento anterior tinha cinco por dez. Portanto eu peguei nos dois artigos. Um era o 25.º do Regulamento que agora vigora. Outro é o 12º do Regulamento que há-de sair. E portanto eu comecei, de um dos lados está o Regulamento que está em vigor, no outro, está o Regulamento que há-de vir. Portanto, aqui mostra o seguinte, que uma das regras é a rua ter quatro metros e ainda dizem mais, mas acrescenta que poderá ser diferente em situações de áreas consolidadas. Que era uma coisa que o nosso regulamento de agora não tem. Portanto, a solução proposta é melhor do que a solução do PDM vigente.-----

Este aqui fala das infra-estruturas. Em termos de infra-estruturas é igual. Um tem mais palavras, outro tem menos palavras, mas o significado é igual.-----

Aqui vamos para o caso de profundidade. Eles dizem que para construir o limite que impõe o Regulamento vigente é que, para construir, os terrenos devem ter a profundidade de trinta metros. Neste caso, nós só pedimos vinte.-----

Relativamente às questões que fala dos 10x15, eles caem na casa das excepções, que é os edifícios encostados. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

94

A seguir, eu fiz o seguinte exercício. Vamos então ver como é que se pode construir em 5x10. Eu fui ao RJEU e fui buscar as áreas mínimas admissíveis para se ter dignidade numa construção. Um T0, que é zero quartos, eu preciso de trinta e cinco metros. Um T1 eu preciso de cinquenta e dois. Significa que eu com uma construção de um piso de 5x10 eu só consigo fazer um T0. Um bom T0, mas só consigo fazer um T0.-----

Se eu tiver dois pisos, eu comecei a fazer as contas. Cinquenta metros no rés-do-chão. Cinquenta metros no primeiro andar. Portanto, tenho de ter escadas, menos vinte e cinco metros, senão, as escadas não são confortáveis nem nada. Mas vinte e cinco metros eu tenho setenta e cinco metros. Ora eu só consigo construir um T1, porque para um T2 eu preciso de noventa e um metros. Ou seja, o que estava previsto como mínimo era para edifícios de encosto, que este regulamento que está em votação também admite e não era nunca para outro tipo de situações. Mas no entanto eu continuei a ponderar e continuei a ver o resto do artigo que não foi apresentada nenhuma observação durante a audiência pública. E então comecei a pensar «muito bem e então, como é que vamos resolver o problema dos afastamentos laterais?» Isto tem que ter regras. Quais são as regras? As regras são duas. Uma delas é dez metros, diz o artigo 60.º do RJEU, dez metros é a distância que tem que haver entre edifícios. E diz o outro artigo que tem de cumprir a regra dos quarenta e cinco graus.-----

Eles dizem que nas áreas consolidadas poderá haver algumas exceções e nas reconstruções. Eu continuei-me a perguntar: então, se eu tenho dez metros entre edifícios, qual é a distância mínima que eu posso ter de um edifício ao fim do lote, ao fim da parcela? Porque se um deles se encostar muito ao limite, o outro desgraçado tem que se afastar muito. Tem que haver um mínimo de equidade. Por pensar na equidade, eu comecei a pensar como é que poderia resolver isto?-----

E então, eu cheguei à conclusão que para resolvermos isto, teríamos que ter metade da altura do edifício, ou no mínimo cinco metros, porque a distância entre os dois edifícios teria que ser dez.-----

O artigo que lá está é este. E aqui diz que com três pisos, que são nove metros, tinha que estar afastado ao limite da parcela, sete ou nove. E eu digo assim «bem, então se eu com três tenho isso, com quatro eu tenho doze metros». Com quatro, em baixo, diz-me o seguinte. Com quatro são quatro metros ao limite da parcela ou metade da altura do edifício. Só que com quatro são doze e metade de doze são seis. Então eu tenho um edifício com quatro pisos e tenho seis

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-08-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

96

metros de distância e tenho um edifício com três e tenho sete metros de distância? Isto não é justo para os edifícios de três pisos. -----

E portanto continuei a fazer o meu raciocínio e decidi fazer uma proposta, porque comecei a pensar e cheguei à seguinte conclusão: quem aprova o PDM não é a Câmara, a Câmara apresenta uma proposta. Quem aprova o PDM sois vós. Então como sois vós e como têm capacidade de poder pensar e verificar o que é melhor e o que é pior, depois de muito pensar eu disse assim, bem, se calhar a melhor solução é retirar aquela alínea, que está ali, que não corresponde à realidade, que prejudica tudo e está desvirtuada. Então vamos pensar numa alínea que seja minimamente justa para o local. E a proposta que eu escrevi foi esta. Foi somar o artigo 60.º, com o artigo 59.º. Se me perguntarem e não pode ser menos de cinco? Eu digo-lhes que em situações bem justificadas até podem ser menos. Mas menos de quatro não.-----

Esta é a mensagem que eu vos deixo. É isto que eu vos proponho, que pensem para ter uma boa decisão e proponho que aprovem o regulamento municipal, com esta ressalva do artigo 12.º. Agradeço-vos a todos e desejo-vos um bom dia de sol amanhã, porque hoje já não pode ser porque hoje já é noite.-----

Aqui o meu colega Arquitecto Henrique tinha um programa que mostra como cientificamente, a terra ao rodar, o sol ao incidir sobre os edifícios, cria os efeitos de sol e de sombra. E ele vai-vos provar que, aquilo que eu falei da regra dos quarenta e cinco graus é muito mais benéfica do que aquilo que na realidade acontece. E na realidade, os edifícios precisam de sol."-----

=====

"Devido ao adiantado da hora, na verdade o Senhor Arquitecto Henrique tinha aqui uma demonstração muito interessante, que mostrava que o RGEU é muito mais favorável do que é a realidade, mas devido ao adiantado da hora...Aquilo que eu proponho é, pensem bem, ponderem, eu proponho uma pequenina alteração e ainda proponho outra coisa, proponho que o Senhor Eng.º Bessa, voluntarioso como é, faça chegar ao Município o tal estudo, porque tudo o que tiver a ver com Reserva Agrícola e Reserva Ecológica e tudo o que tiver a ver com regras rígidas não conte com isso, mas as alterações de pormenor, no momento certo, elas poderão ser integradas, porque na verdade os planos têm três anos que não devem ser mexidos, mas em alterações de pormenor isso é possível. E portanto eu proponha que...(burburinho)...também há os planos de pormenor e os particulares também os podem fazer. Mas digo-lhes uma coisa, ou aceitam o PDM conforme está e aceitam que seja feita alterações pequenas ao regulamento, deste género, ou então, desde já lhes digo, não têm PDM tão certo.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and initials, including the number 96.

Depende dos deputados pensarem e votarem. Porque está em causa muita coisa, como o desenvolvimento do Concelho.”



RGEU

- **Título III: Condições especiais relativas à salubridade das edificações e dos terrenos de construção**
- **Capítulo II: As Edificações em conjunto**
- Artigo 58
- As construções e as reconstruções de qualquer edifício devem assegurar
 - Arejamento
 - Suministro Natural
 - Exposição prolongada à ação direta dos raios solares
 - Abastecimento de água potável
 - Escoas

241

3

RGUE

Falta de Arejamento provoca

Maus Cheiros
Patologias
Bolors
Fungo

241



4

Falta de arejamento

Patologias interiores de bolors e fungos, resultantes da infiltração, falta de arejamento e outras regras construtivas do edifício em conjunto

241

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten notes in blue ink, including the number 97 and a signature.



5 Falta de arejamento

Patologias interiores de bolores e fungos, resultantes de infiltrações, falta de arejamento e outras regras construtivas do edifício em conjunto

ZAI



6 Falta de Arejamento

Maus cheiros

ZAI



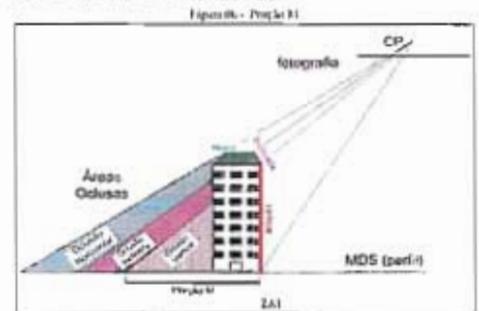
7 Falta de arejamento

Edifício doente → Residentes doentes

ZAI

Iluminação Natural e Exposição Prolongada à Ação Direta dos Raios Solares

- A iluminação nos edifícios provoca
- Áreas de luz e áreas de sombras





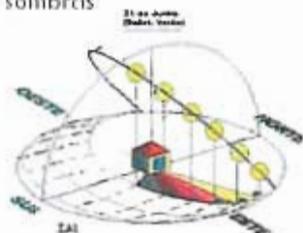
ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signatures and the number 98.

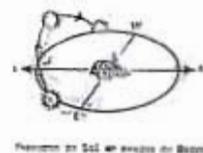
9 Iluminação natural Raios Solares

A iluminação nos edifícios provoca
Áreas de luz e áreas de sombras



10 Iluminação Natural e Raios Solares

Apresenta percursos diferentes, conforme o
meridiano e a época do ano



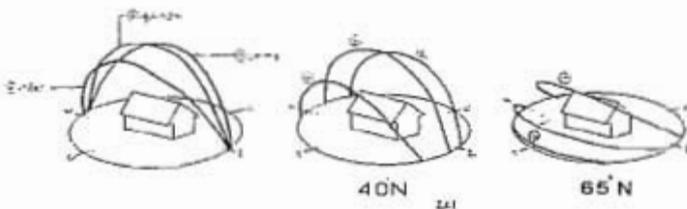
Percursos do Sol no equinócio de Setembro



Percursos do Sol no solstício de Junho

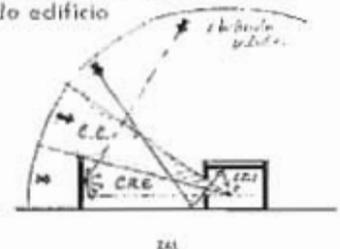
11 Iluminação natural e Raios Solares

Apresenta percursos diferentes, conforme o
meridiano e a época do ano



12 Iluminação Natural e Raios Solares

Iluminação natural e penetração dos raios
solares dentro do edifício





ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

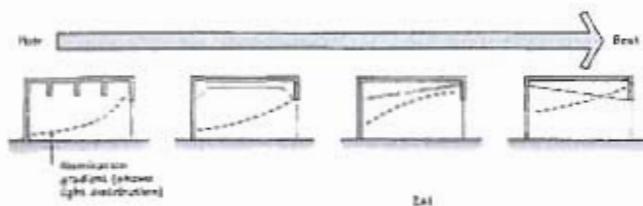
99

Handwritten signature or initials.

Handwritten signature or initials.

13 Iluminação Natural e Raios Solares

Iluminação natural e penetração dos raios solares dentro do edifício



ZAL

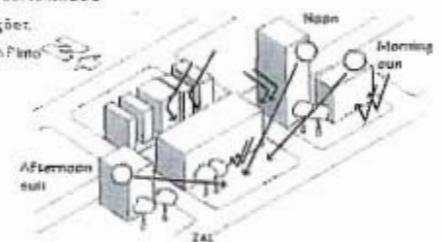
14 Iluminação natural Raios Solares

Radiação solar do Nascer do sol ou pôr do sol

Esta situação será demonstrada

Através de simulação:

Pelo Alijo Henrique Pinto



ZAL

15 Iluminação Natural e Raios Solares

A Altura da fachada de qualquer edifício = todos os planos das fachadas cumpram a regra dos 45° graus

Art.59°



ESQUADRO DE 45°

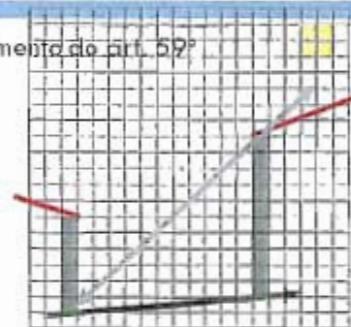
ZAL



ESQUADRO DE 30°/60°

Iluminação Natural e Raios Solares

o Cumprimento do art. 59°



ZAL

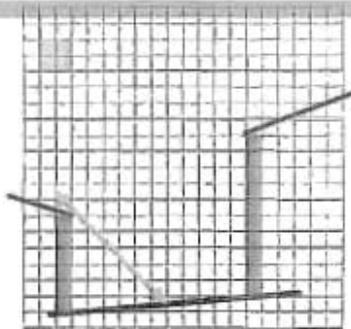


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and the number 100.

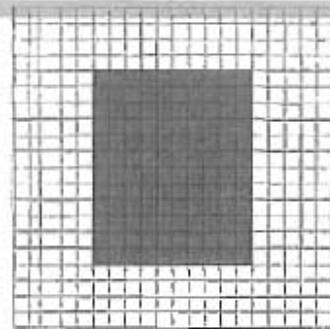
Iluminação Natural e Raios Solares



Cumprimento do art. 59º

241

Iluminação Natural e Raios Solares

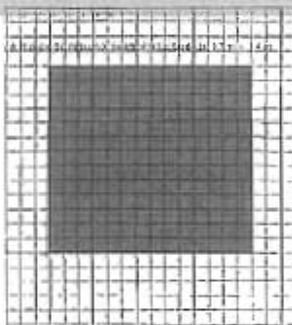


Cumprimento do art. 60º - A distância mínima entre fachadas com vãos não pode ser inferior a 10 m. Pelo princípio de equidade 5 m para cada lado. Edifício máximo 10 x 10.

242

Iluminação Natural e Raios Solares

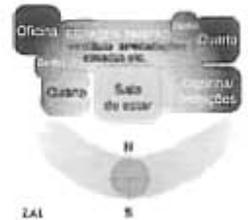
Artigo 59º
Regra dos 45º
Se todas as edifícios tiverem o mesmo altura.
Se todas as edifícios tiverem 3 pisos = 8 m.



243

20 Iluminação Natural e Raios Solares

Os estudos teóricos sobre a insolação recomenda a seguinte disposição orgânica dos aposentos de um edifício de habitação



244



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

107

21 Iluminação Natural e Raios Solares

Efeitos de falta de insolação



Vantagens e desvantagens da iluminação natural

Luz Natural

- Poupa energia
- É variável
- Não controlável
- Precisa aberturas
- Cor variável
- Varia com a latitude
- Não polui

Inconveniência

- Consome energia
- É contínua
- Controlável
- Não necessita aberturas
- Cor fixa
- Não varia com a latitude
- Polui

24

22 Iluminação Natural e Raios Solares

As fachadas dos edifícios a Norte degradam-se mais rapidamente, por falta de insolação adequada.



Vantagens e desvantagens da iluminação natural

Vantagem

- Saúde

Benefício

- A iluminação natural apresenta importantes condicionantes à saúde visual
- Regula o ciclo circadiano do corpo
- Fonte de vitamina D, ajuda a prevenir doenças

24



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

102

Vantagens e desvantagens da iluminação natural

Vantagem

- ☐ Economia de energia

Resultados

- ☐ Utilizando energia natural pode-se poupar até 60% de energia (Edifícios de escritórios)
- ☐ Os estudos científicos consideram que em termos globais há uma economia de 47%

241

Vantagens e desvantagens da iluminação natural

Vantagem

- ☐ Conforto luminoso
- ☐ Dinâmica de espaços

Resultados

- ☐ Melhoria do conforto luminoso
- ☐ Menos incidentes de fadiga ocular
- ☐ A luz do dia promove os aspetos visuais nos espaços arquitetónicos quanto está distribuída adequadamente

241

Vantagens e desvantagens da iluminação natural

Desvantagem

- ☐ Riscos UV
- ☐ Ofuscamento, brilho, contrastes e desconforto visual
- ☐ Sobreaquecimento

Resultados

- ☐ Pode prejudicar de estiverem em lugares muito perto da janela e sem proteção
- ☐ Se não evitarmos com proteção as grandes quantidades de luz diurna
- ☐ Pode induzir calor excessivo, que dá origem a refrigeração forçada

241

... famoso é sua história com **Alexandre, o Grande**, que, ao encontrá-lo, tentava perguntado o que poderia fazer por ele. Alexandre que dúvida a posição em que se encontrava. Alexandre fazia-lhe sombra. Diógenes, então, olhando para o Alexandre, disse: "Não me tires o que não me pertence" (vanito, "deixa-me ao meu sol").



241

241



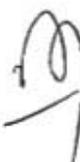
ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Destacamento Património Natural

Esta história impressionou vivamente Alijó, que, na volta, ouvindo seus oficiais contarem de Diógenes, disse: "Se eu não fosse Alexandre, queria ser Diógenes."



 703





30

Iluminação Natural e Raios Solares

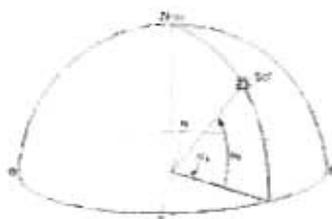
Soluções de
iluminação
direta em
espaços
laborais



241

Iluminação Natural e Raios Solares

Estudos científicos

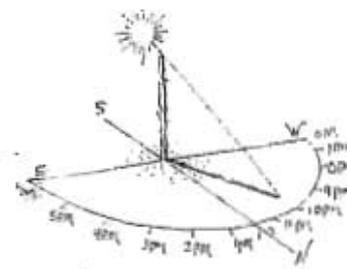


241

Iluminação Natural e Raios Solares

HORA PELO MÉTODO DA SOMBRA DA VARA

Análise empírica



241

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-26



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

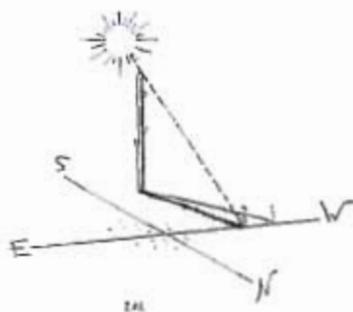
Deslumbrante Património Natural

104

Iluminação Natural e Raios Solares

21 MÉTODO DA SOMBRA DA VARA

☐ Análise empírica



Iluminação Natural e Raios Solares

Relação da altura dos edifícios com a rua



ZAL

34 Iluminação Natural e Raios Solares

Os edifícios de gaveto localizado

Arruamentos com largura diferente

Arruamentos com níveis diferentes

Sobretudo nas soluções espaciais, a fachada sobre o arruamento em estreito ou mais baixa, poderá ultrapassar até a altura permitida para o corte de arruamento, na extensão máxima de 1,5 m.

Faceados com o arruamento



ZAL

36 Iluminação Natural e Raios Solares

Artigo 62

A cada edifício em faceado com o arruamento em estreito ou mais baixa, poderá ultrapassar até a altura permitida para o corte de arruamento, na extensão máxima de 1,5 m.

Posterior



ZAL

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



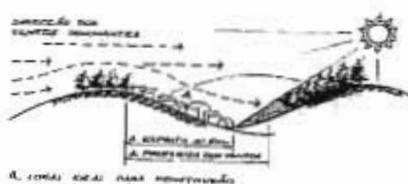
ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

106

Exemplo

Localização



100000 1:50000 1:25000 1:10000 1:5000

Comparação entre regulamentos

PDM vigente

- Possuem acesso direto a partir de via pública que permita trânsito automóvel e possua uma largura não inferior a 4 m;

Proposta do PDM

- Seja servido por via pública com largura livre mínima de 4 metros;
- exceto nas situações urbanas consolidadas e consideradas pela Câmara Municipal a manter
- (mais benéfico. Prevê exceção)

141

Comparação entre regulamentos

PDM vigente

- Permitirem a instalação de furo ou poço para captação de água e fossa séptica, quando necessários, no respeito integral das distâncias mínimas regulamentares, quer entre si quer entre cada um daqueles dispositivos e todos os furos e fossas preexistentes na envolvente

Proposta do PDM

- Seja servido por infraestrutura de abastecimento de água, de saneamento e de eletricidade, individuais ou coletivos, quer de iniciativa pública, quer privada
- (As duas redações têm o mesmo significado)

141

Comparação entre regulamentos

PDM vigente

- Localizarem-se dentro de uma faixa de terreno limitada pela mesma via e por uma linha traçada paralelamente a esta a uma distância de 30 m da respetiva berma

Proposta do PDM

- distância mínima da frente e da profundidade do lote ou parcela não de 20 m;
- (Com a nova proposta podem construir numa parcela de terreno com uma profundidade inferior mais benéfico)

141



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

106

Comparação entre regulamentos

41	POM vigente	Proposta da POM
	<p>o Possuem uma forma em planta tal que permita a inscrição de um retângulo com as dimensões de 5 m x 10 m, com o seu lado menor sobreposto ao alinhamento de fachada estabelecido para o local</p> <p>7 (Redações diferentes conteúdos análogos da exceção)</p>	<p>□ (...) com exceção de edifícios em banda ou quando seja possível o encosto a edificações existentes a um ou a ambos os lados confinantes</p>
	241	241

42	Valores mínimos das áreas brutas dos fogos
	T0: 35 m ² — zero quartos
	T1: 52 m ² — 1 quarto
	T2: 72 m ² — 2 quartos
	241

43	Conclusão da aplicabilidade do retângulo de 5 m x 10 m = 50 m ²
	<p>Nun caso permite a construção de 1 T0 e não é possível construir 1 T1</p> <p>Em dois pisos temos 50 m² + 50 m² = 100 m² (Acesso vertical: escada) = 75 m²</p> <p>Área suficiente para um T2 e insuficiente para um T3 (91 m²)</p>
	241

44	Outras questões relacionadas com edificabilidade da proposta
	<p>Qual é a distância lateral legal ou mais adequada entre edifícios?</p>
	241

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

107

45

RGEU

Não pode ser inferior a 10 m (Artigo 60º)

A distância entre edifícios, à cota natural e mais desfavorável tem que cumprir a regra dos 45 º

241

46

RGEU

Exceções (desde que cumpram a regra dos 45º):

Áreas consolidadas;

Reconstruções ou fecho de malha idêntica

241

47

Equidade de afastamentos

O RGEU apenas menciona a distância entre Edifícios.

Então qual é a distância lateral mais justa ao limite do lote ou parcela?

241

48

Equidade de afastamentos

Se aplicarmos a equidade de afastamentos significa que o limite da parcela ou lote deverá, na situação mais desfavorável do terreno edificado à cota natural a metade da altura do edifício, com o mínimo de 5.

241



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Destilamento Património Natural

108
[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

49 Norma proposta

- b) Os afastamentos laterais ao limite do lote ou parcela, na situação mais desfavorável, quando não existam situações de encosta já existentes ou outras definidas em Planos Municipais de Ordenamento do Território são
- i) de 9m ou 7m nas edificações até 3 pisos, respetivamente caso existam ou não na empena aberturas de compartimentos habitáveis;
- ii) igual à metade da altura ou 4m nas restantes casas, respetivamente havendo ou não na empena aberturas de compartimentos habitáveis.

ZAL

50 Proposta

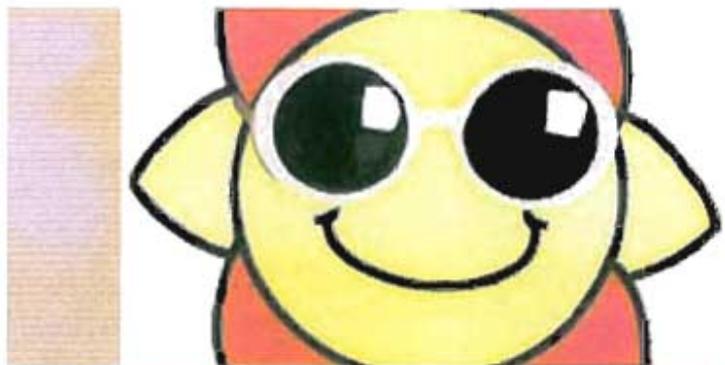
- b) Os afastamentos laterais ao limite do lote ou parcela, na situação mais desfavorável, quando não existam situações de encosta já existentes ou outras definidas em Planos Municipais de Ordenamento do Território é, para qualquer edificação, igual a metade da altura, mas nunca inferior a 5m, havendo ou não na empena aberturas de compartimentos habitáveis.

ZAL

51 Decisão

A Decisão que a Assembleia deliberar será aquela que vigorar no plano.
Esta poderá possuir a redação proposta ou outra, contudo deverá respeitar os conceitos dispostos nos artigos 58º e seguintes do RGEU.

ZAL



52 Obrigada pela vossa atenção

ZAL

Em face da explicação dada pela Senhora Engenheira Zélia Abreu e Lima, a redacção do artigo 12º - condições de edificabilidade – do Regulamento do PDM, passará a ter a seguinte redacção:

Artigo 12º
Condições de edificabilidade

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

109

1 – É condição necessária para que um terreno seja considerado apto à edificação, seja qual for o tipo ou utilização do edifício, que satisfaça, cumulativamente, as seguintes exigências mínimas:

- a) A dimensão mínima da frente e da profundidade do lote ou parcela será de 20m, com exceção de edifícios em banda ou quando seja possível o encosto a edificações existentes a um ou a ambos os lados confinantes;
- b) Os afastamentos laterais ao limite do lote ou parcela, na situação mais desfavorável, quando não existam situações de encosto já existentes ou outras definidas em Planos Municipais de Ordenamento do Território é, para qualquer edificação, igual a metade da altura, mas nunca inferior a 5m, havendo ou não na empena aberturas de compartimentos habitáveis;
- c) Seja servido por via pública com largura mínima de 4m exceto nas situações urbanas consolidadas e consideradas pela câmara municipal a manter;
- d) Seja servido por infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento e de eletricidade, individuais ou colectivas, quer de iniciativa pública quer privada.

2 – As operações urbanísticas de edificações de parcelas constituídas resultantes de destaques ou loteamentos que não impliquem a criação de novas vias públicas, terão de assegurar as adequadas condições de acessibilidade de veículos e de peões, prevendo-se, quando necessário, a beneficiação da via existente.

3 – Na ausência de Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor que definam outros valores, os anexos deverão respeitar o seguinte:

- i) área de construção máxima de 25m²;
- ii) altura fachada máxima de 3m;
- iii) pé direito médio de 2,30m;
- iv) deverão ser implantados no lado posterior do lote ou parcela;
- v) no caso de habitação colectiva, cada anexo deve cumprir cumulativamente as alíneas anteriores, não podendo a área total de construção destes exceder 10% da área de lote.

PRESIDENTE DA MESA: _____

“Ora vamos lá falar um bocadinho. Eu não sei se ficou tudo explicado ou não. Isto foi muito rápido. Pessoalmente admito que seja porque estou já muito, muito cansada. E essa questão das alterações não percebi muito bem... se as pequenas alterações são possíveis desde já?”

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

110

ENGENHEIRA ZÉLIA ABREU E LIMA:-----

----- "Um plano, quando se faz, é para ter também estabilidade, para as pessoas pensarem com o que contam. E a estabilidade que lhe consideram válida são de três anos. Mas também dizem que se houver situações muito especiais também se pode alterar. O que lhe posso dizer é o seguinte, alterações deste género, conforme foi aqui exposto é óbvio que se podem fazer. E os planos são sempre dinâmicos. E sempre que um plano, que incida sobre um território de Alijó mexa com alguma coisa, que interfere com as políticas que estão previstas no PDM, obviamente que o PDM tem que se adaptar. Isto nunca é uma coisa rígida, isto é uma coisa dinâmica, que vai sempre rodar à medida que qualquer plano com incidência territorial no Concelho de Alijó, surja. -----

Mais ainda, todos os anos é preciso mudar a planta das condicionantes. Sempre que sair um património novo classificado é preciso colocá-lo na planta dos condicionantes. Suponhamos que havia muito dinheiro e fazia-se o sonhado aeródromo lá em cima. Ele teria, depois de aprovado, de entrar na planta dos condicionantes. Enquanto está na planta de ordenamento, só depois é que passa para a dos condicionantes.-----

E há planos que são de ordem superior e que obrigam mesmo a mudar, não é? Portanto, alterações vão existir muitas e ao longo do tempo. E essas alterações que vão surgir nos outros planos que estão aqui à volta, ainda nos vão atrasar mais se nós atrasarmos isto. Porque vão-nos obrigar a repensar situações que ainda não estão estáveis."-----

PRESIDENTE DA MESA:-----

"Mas agora o essencial é também sabermos se os Senhores Deputados se querem inscrever para falar, se estão habilitados a votar, se acham que isto deveria continuar numa nova reunião. Portanto é a mesma Assembleia mas marcaríamos uma nova reunião para mais esclarecimentos e portanto eu queria saber se há inscrições para o efeito". -----

Inscreveram-se os Senhores Deputados Laureano Guedes, Eduarda Sampaio, Luís Lameiras, João Pimentel e Telmo Pinto.-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS) -----

"Eu vou retirar aquela proposta inicial de propor uma aprovação. Eu devo dizer que estive a acompanhar a dissertação oral com algumas imagens e, realmente, um Plano Director projectado e explicado deste modo é de tal modo insuficiente, que eu preferia que esta Assembleia reflectisse sobre a necessidade de este Concelho ter um Plano Director e pelo nível

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

que está aqui, podemos apreciá-lo, o desenvolvimento do resto. Mas eu ia propor que durante o estado de crise em que o país se encontra, abdicássemos deste Plano Director.”-----

DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (MAIS) -----

“Eu, depois de ouvir o Senhor Professor, cheguei à conclusão que deveríamos de facto aprovar, porque se não era mais uma data de anos sem o Plano aprovado. Agora eu pergunto, isto já está para aprovação tal qual como a Engenheira explicou, não é? Portanto, se houver alterações pode implicar três ou quatro anos sem termos o Plano, não é? E mantem-se depois o anterior? O problema é esse. Não podemos ficar reféns, por aquilo que eu percebi, de ser cinco metros, eu não percebo bem disso, pode ser três metros, isso é que eu ainda não entendi. Que implicações é que têm estas pequenas diferenças? Ai é que fiquei um bocado confusa. Se vai ter problemas graves para os utentes de Alijó esta pequena diferença nessa distância por causa dos metros nas construções, da luz e do sol, porque não percebi bem. Mas, de qualquer maneira, penso que atrasar uma coisa que está há dez anos ou há doze as pessoas à espera é complicado. Não sei, mas estou um bocado confusa, mas estou favorável à aprovação disto.”-----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS) -----

“Eu não sou especialista, nem pretendo ser nesta matéria, mas aquilo que me parece é que depois de ouvir aqui as variadíssimas opiniões, é que este problema não suscita consenso. Há portanto aqui algumas divergências. E, desse ponto de vista e nesse sentido, penso que seria muito acertado fazermos uma reflexão, mais uma sessão de esclarecimento acerca desta matéria e depois então, se partiria para uma decisão em relação a este assunto. É apenas isso que tenho a dizer.”-----

DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD) -----

“Em primeiro lugar gostaria de agradecer a apresentação que foi feita pela Eng.^a Zélia e a brevidade com que o fez. Doze anos ficaram resumidos em vinte minutos. Eu gostaria de colocar a questão, a todos os presentes, se alguém ficou consciente do que é a realidade do PDM? Se alguém ficou esclarecido, se estes vinte minutos, se esta situação apressada de se votar o PDM pela necessidade que existe e que eu compreendo, mas que conscientemente, ou melhor inconscientemente a vamos votar, sem saber aquilo que na realidade vamos votar e daqui a um mês, dois, três ou quatro, independentemente das alterações que possam vir a ser feitas, colocarmo-nos ou depararmo-nos com determinados tipos de situações e dizer, mas eu aprovei, mas não sabia o que estava a aprovar? -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

112

Eu não faço isso e portanto acho que conscientemente, eu pessoalmente, mantenho a proposta que fiz. Deve haver uma sessão de esclarecimento e uma Assembleia extraordinária para aprovar. Se quiserem marcar já, marquem já, fica já marcada."-----

DEPUTADO TELMO PINTO (PS)-----

"Relativamente a este assunto vamos ver isto de duas formas. Uma tem a ver, obviamente, com o desconhecimento de alguns Senhores Deputados relativamente ao documento em apreciação. E esse é um dado inequívoco, porque é um processo tão longo, passou tanta gente por este processo, tantas entidades, que quem o vai aprovar é quem menos sabe do documento. ----- Contudo, é um documento também complexo. Eu sugeria o seguinte: é que ficasse marcada hoje, o dia já, de aprovação, sendo de continuação desta Assembleia, ou sendo uma Assembleia extraordinária, ficaria marcado esse dia, em que três horas antes do início da continuação da sessão, os técnicos estariam disponíveis para esclarecer os Senhores Deputados. Ao fim dessas três horas proceder-se-ia à votação do respectivo documento, para assim não haver a desculpa de que votou com desconhecimento de causa."-----

Entretanto, se assim o entenderem, muito bem, contudo, ainda tenho uma confusão na minha cabeça, que tem a ver com uma proposta que foi apresentada, não sei se vamos votar a proposta ou não? E depois, se vamos votar o assunto da ordem do dia ou não? Ainda não sei."--

A **PRESIDENTE DA MESA** respondeu ao Senhor Deputado Telmo Pinto dizendo-lhe que iriam chegar a essa situação brevemente e deu a palavra ao Senhor Arquitecto Henrique Pinto para prestar mais esclarecimentos."-----

ARQUITECTO HENRIQUE PINTO:-----

Cumprimentou os presentes e disse:-----

"O que está em causa é um pequeno ponto, entre muitos pontos que fazem parte do Plano global que envolve o PDM. O ponto que se levantou foi uma regra dos quarenta e cinco graus de ensombramento de edifícios sobre outros edifícios. Esse é um ponto que tem a ver com um processo, como por exemplo não há dois casos iguais idênticos e os técnicos, os arquitectos e os engenheiros quando analisam um ponto em concreto, como não há dois iguais, há sempre uma opção de ponderar. O RGEU é uma carta de direitos mínimos, que foi feito em mil novecentos e cinquenta e um para precaver situações mínimas, ou seja, uma carta má, porque é sempre na base mínima. Nós devemos sempre fazer um afastamento para ao máximo para termos as condições de salubridade e de bem-estar. Ou seja, toda esta estrutura de que nós estamos a falar em relação aos afastamentos mínimos e lutar por um afastamento mínimo,

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Declambrante Património Natural

173

estamos a pensar mal porque temos que tentar o afastamento máximo possível. Criar ótimos lotes muito pequeninos estamos a construir um futuro péssimo.-----

Em relação ao resto do PDM, o processo foi sendo desenvolvido pela Engenheira Zélia. Em relação a esse ponto e aquilo que vamos perder se votarmos contra, ou se a votação for contra ela é capaz de explicar melhor."-----

ENGENHEIRA ZÉLIA ABREU E LIMA: -----

"Relativamente ao desconhecimento, eu só tenho uma coisa a dizer. O Plano está no *site* da Câmara desde maio de dois mil e treze. O Plano para ser aprovado e para ser enviado para aqui foi enviado a todos os Deputados. Por isso, peço desculpa, mas eu não consigo deixar de fazer esse pequeno reparo, embora eu entenda que muitas vezes a vida é demasiadamente acelerada e uma pessoa não dá conta do que se passa à volta. Mas a questão do PDM de não haver tempo para o analisar pode acontecer com qualquer um dos doze pontos que aqui estavam e foram levados aqui à Mesa.-----

Depois, há outra situação. Este Plano, além disso, teve períodos de análise superiores ao normal. Teve sessões de esclarecimento. Agora, aquilo que eu posso dizer é o seguinte, se não aprovarem o Plano, não ficam sem Plano, podem ficar sossegados. Continuam com o velho decreto regulamentar da Resolução do Conselho de Ministros n.º 6 de 1995."-----

PRESIDENTE DA MESA: Consequências disso, Senhora Engenheira?-----

ENGENHEIRA ZÉLIA ABREU E LIMA: Consequências disso é todos aqueles que sonham construir e que sonham há vinte anos em que haja ampliações de espaço urbano, em que haja áreas industriais que estão perspectivadas e outras coisas assim, não andam, param.-----

Situações que são do interesse do Município, que estão relacionadas com candidaturas, as candidaturas não podem ser feitas em desacordo com o PDM. Nós temos um PDM de noventa e cinco, é com o de noventa e cinco que temos de nos governar.-----

Quanto a Planos perfeitos, não existem, tal como não existe nada perfeito na vida. O que acontece é muito simples. As pessoas têm que tomar uma decisão e têm que a assumir. E o voto é vosso. Se não votarem ficam com o PDM anterior. Se adiarem a votação vão continuar sempre com dúvidas. E há uma coisa que é certa. Há sempre legislações que estão a sair e o que nos vão fazer é o seguinte, a lei base do Ordenamento do Território está na forja para sofrer alterações. Depois de sofrer esse, sofrem outras em catadupa. E uma das razões porque este Plano demorou muito tempo a sair é porque ao longo dele nos obrigaram a fazer outras coisas que não estavam previstas, como o estudo do ruído, o estudo de impacto ambiental estratégico,

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

114
[Handwritten signatures]

várias vezes rever a Reserva Ecológica porque entretanto ela sofreu alterações, a alteração da Lei da Água e por várias consequências que saíram da Lei base da Lei da Água que começaram a ser muito mais restritivas e todo um conjunto de situações que se foram avolumando e que fizeram com que o PDM se arrastasse. Para além das outras razões que o Senhor Professor no início bem explicou.-----

Portanto, eu acho que isto é uma questão de ponderação e é uma questão própria de cada um. Eu não tenho voto, estou a falar como técnica. Pediram-me as consequências de votar ou não votar. Tenho que dizer em consciência aquilo que eu sinto e que acho que neste momento é verdade. Agradeço a atenção que me prestaram e agradeço que votem em consciência e o melhor possível.”-----

PRESIDENTE DA MESA: "Muito obrigada Senhora Engenheira, nós temos aqui, pelo que me apercebo, três propostas, mas antes disso queria dar a palavra ao Senhor Professor Adérito Figueira., que a pediu. Faz favor.-----

VEREADOR ADÉRITO FIGUEIRA (MAIS)-----

"Apenas tirar aqui um esclarecimento. Se repararam na exposição que ali foi feita pela Senhora Eng.ª Zélia, focou-se única e exclusivamente um problema, que é o distanciamento entre casas no loteamento. Porque aquilo só se verifica em loteamentos. Se estreitarmos a faixa entre as casas cinco metros, que para mim ainda não é muito, sabem a quem estão a beneficiar? Não é o Município do Concelho. Estão a beneficiar os imobiliários. Aqueles que fazem loteamentos para vender lotes. Porventura vocês sabem, os lotes mais caros do distrito aonde se encontram? Em Alijó. Vocês não encontram lote nenhum em Alijó abaixo, em dinheiro anterior, em dinheiro fora da Comunidade Europeia, em escudos, abaixo de quinze mil contos. Nenhum concelho do distrito utiliza estes preços, estes custos.-----

Não chegando isto, ainda querem beneficiá-los mais, reduzindo o espaçamento entre construções, para quê? Prejudicar a salubridade de cada um dos desgraçados que vão comprar casa mais tarde e enriquecer mais os bolsos do vendedor do terreno. É exactamente isto que está em causa. Agora, se querem fazer assim, olhem, isso a acontecer tem de voltar novamente à Câmara. Por mim, eu voto contra. Porque, tomara eu poder ainda distâncias maiores para dar melhores condições de vida a quem faz uma casa num loteamento. Por mim, eu votarei contra se isto for para os quatro metros, porque acho isso uma injustiça, estarmo-nos a esquecer do pobre que passa uma vida inteira para construir uma casa e depois no fim é obrigado a dar o dinheiro por uma coisa que não o vale. E nós estamos a contribuir para isso.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Descobrimos Património Natural

176

Peço a todos que pensem bem, porque qualquer alteração, já o disse há bocado e volto a repetir, qualquer alteração que façam neste loteamento vão ter que esperar muito mais tempo. Não sei quanto. Foi-vos dito há bocado que a Lei da Reserva Ecológica está a ser alterada. A Reserva Agrícola continua na mesma. Mal elas saíam, o PDM se não estiver aprovado tem de se reger pelas leis que saírem. É só isso que eu vos peço. Pensem bem e vejam o que estão a fazer.”-----

PRESIDENTE DA MESA-----

“Muito obrigado, Senhor Vereador O problema não é tão só esse. É as pessoas sentirem necessidade de estarem mais elucidadas.”-----

O Senhor Vereador Miguel Rodrigues solicitou a palavra para prestar mais alguns esclarecimentos.-----

VEREADOR MIGUEL RODRIGUES (MAIS)-----

“É fundamental que percebamos as implicações daquilo que estamos aqui a discutir. O Concelho de Alijó precisa urgentemente do novo PDM em vigor. Precisa urgentemente do novo PDM em vigor. E eu pergunto às Senhoras Deputadas e aos Senhores Deputados quais são concretamente as dúvidas que têm? E pergunto se a vossa posição sobre o PDM, sobre a proposta de PDM que aqui vem irá alterar-se, se o PDM em vez de ser discutido aqui hoje e aprovado aqui hoje, for discutido daqui a um mês, ou daqui a dois meses? Vai alterar-se em alguma coisa? Há algum ponto em concreto que mereça a discordância ou a dúvida dos Senhores Deputados?-----

Os Senhores Deputados dizem que não têm bem a noção do que é o PDM ou que o desconhecem. Há Senhores Deputados que aqui estavam já no mandato anterior, onde já aqui veio o PDM para abertura da discussão pública e ainda dizem que não sabem do que se trata. Como a Senhora Eng.^a Zélia referiu, e muito bem, a Câmara criou um *site* especial sobre o PDM com toda a informação, em Maio do ano passado. Não sabem do que se trata?-----

Eu compreendo que é um documento complexo, para mim também como Vereador é complexo. Para todos nós que não temos formação específica na área do urbanismo é complexo. Mas politicamente há uma certeza que todos nós temos. É urgente que o novo PDM seja aprovado.--- Uma das razões pelas quais a revisão do PDM se arrastou por dez anos é que foram entretanto ocorrendo alterações legislativas. E cada vez que havia uma alteração da lei, o PDM que estava em preparação, tinha de incorporar a nova lei. E então andávamos sempre nisto. Atrasos

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Declamante Património Natural

116

consecutivos. Há nova legislação que está aí a vir a caminho. Essa nova legislação, sendo aprovada, tudo aquilo que se fez até agora fica desaproveitado. Temos que voltar ao início. — Há possibilidade de agora no futuro e num futuro próximo, de introduzir alterações no PDM. Mas que sejam alterações ao novo PDM. E eu não posso deixar de lançar também aqui o meu apelo e penso que todos os elementos do Executivo permanente e não permanente estão de acordo nisso, é urgente a aprovação do novo PDM.-----

As Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados têm direito a todos os esclarecimentos mas, por amor de Deus, vamos pôr os superiores interesses do Concelho à frente disso. Há um Plano que passou por muitos olhos. Não são seguramente os olhos muito informados e muito competentes dos Senhores Deputados que irão fazer alterações de fundo no Plano Director Municipal.-----

Houve um período de discussão pública que aliás foi superior àquilo que era o mínimo legal. O período de discussão pública que aqui foi deliberado no ano passado foi superior, o prazo foi superior àquele que era o mínimo legal. Para quê? Para dar às pessoas mais tempo para se inteirarem do que estava em causa.-----

Eu devo e acho que temos todos que agradecer a quem no período de discussão pública, o caso do Senhor Eng.º Rogério Bessa que participou com as suas contribuições, temos que agradecer a todos as suas contribuições, os seus contributos, as suas sugestões, mas agora há uma decisão séria para tomar. E se há decisão que aqui prejudica gravemente os interesses do Concelho é adiarmos uma posição sobre esta matéria que pode ter aqui consequências muito nocivas para o Concelho. Vamos agir responsabilmente, eu penso que é essa a questão que aqui se coloca, desculpem o tom algo exaltado, mas este é um não problema, que se está aqui a discutir há imenso tempo, quando há uma questão tão importante em cima da mesa. Alijó precisa de um novo PDM. Há muito anos. Muito obrigado.”-----

PRESIDENTE DA MESA-----

“Muito obrigada, Sr. Vereador. Toda a gente vem alegar a urgência na aprovação do PDM. A questão é se todos estamos habilitados. Eu sinto que há aqui pelo menos três propostas no ar, se estamos todos habilitados, desde já e hoje a votar isto, se podemos continuar esta Assembleia noutro dia. Mas isso é a Assembleia que vai decidir. Se estiverem habilitados hoje, votaremos. E é isso que está na ordem do dia.”-----

Deu novamente a palavra a Vereador Eduarda Sampaio.-----

VEREADORA EDUARDA SAMPAIO (MAIS)-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signatures and the number 117 in the top right corner.

“Eu, depois de falar, pensei assim «mas afinal, eu sei que é assim» e é para votar porque estamos muitos anos à espera do PDM, portanto temos que votar. A única coisa que me confundiu, foi de facto a Senhora Eng.ª Zélia dizer «mas não há problema nenhum, podemos continuar a ficar com o PDM anterior», quer dizer, até dava a sensação que havia aqui razões de fundo para não votar. Quando eu depois de pensar, sentei-me, afinal, nos doze anos que aqui estive na Câmara, quem decide no fundo é a Senhora Eng.ª Zélia, são os técnicos. Quem diz a Senhora Eng.ª Zélia, diz os Bessas, os arquitectos. Porque, quem sou eu, que apenas conheço o teorema de Pitágoras e de Tales, que já era no sexto século antes de Cristo, já eles construíam por Tales, não é e já sabiam construir, eu não percebo nada. Só percebi é que durante estes doze anos me pus nas mãos dos técnicos. Se confiei na Engenheira Zélia e nos técnicos todos, com o Engenheiro Bessa, que teve a oportunidade de falar com a Engenheira Zélia e tiveram a oportunidade, porque é que hoje se levanta este processo, este problema.?— Eu peço desculpa, eu quero votar consciente porque isto é necessário para o Concelho de Alijó. Se de facto houve aqui algumas diferenças, as Zélias, os Henriques e os Bessas que tivessem trabalhado e composto lá os três metros, ou os nove ou os dois ou que eram, porque nós, em consciência, a maioria dos que estamos aqui, quem somos nós para perceber alguma coisa de PDMs. Só temos de perceber se isto é importante ou não. Porque tinha de ser antes que nós deveríamos ter possibilidades de reflectirmos e fazermos, porque agora se calhar complicar com três ou quatro anos e era gravoso para o Concelho. De maneira que eu vou votar favoravelmente.”

VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES (PS)

“Todos sabem que eu pertenci à Comissão de acompanhamento em representação dos Senhores Presidentes de Junta no mandato passado.. Então eu queria dizer, e no seguimento do que disse a Senhora Eng.ª Zélia, que assisti e participei em várias reuniões. E o assunto era sempre o mesmo. A urgência, a urgência de se andar para a frente com o Plano Director Municipal, até pela implicância que isso tinha na vida cívica e diária do Concelho.

Não sei se se recordam, mas a Senhora Eng.ª Zélia deve-se recordar, que de uma vez, quando me pronunciei, eu disse «venho implorar em nome da minha Freguesia e do Concelho, que avance o processo do PDM». Porquê? porque são vinte e seis ou vinte e sete entidades e que muitas vezes nem sequer vinham às reuniões e quando vinham, nem sequer traziam a documentação. Alegavam isso para não se pronunciarem.

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-20



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

118

O que é que eu quero dizer com isto? Que é um processo moroso, longo, como se viu. E agora, não vou falar nem para uma bancada, nem para a outra, vou falar para as três. Tenham a noção, de que lá fora, como aqui já foi dito, amanhã vão dizer «lá estão os burocratas dos políticos a boicotar outra vez o andamento do PDM». Não queiram assumir essa responsabilidade.-----
Eu sei que algumas pessoas e eu próprio, não têm a capacidade técnica para analisar esta situação em profundidade, mas digo-vos uma coisa, então também não confiamos nos técnicos? Então não sabemos com quem estamos a trabalhar? Então não sabemos que eles trabalharam ao longo de anos nisto e se debruçaram e eu tenho a certeza que fizeram o melhor que podiam. Então é agora numa semana ou em quinze dias que eles vão alterar esta situação?-----
Não me quero alongar, só queria dizer estas palavras. Tenham a responsabilidade, que lá fora, amanhã vão-nos dizer, a todos, que somos nós os responsáveis por esta situação. Muito obrigado." -----

Em face das posições manifestadas, a Mesa pôs à votação se a Assembleia queria votar naquele dia o PDM, o que foi aprovado, com vinte e cinco votos a favor, um voto contra do Senhor Deputado João Vilela e quatro abstenções dos Senhores Deputados António Lousa, Samuel Cunha, Catarina Morais e Luís Lameiras. -----

De seguida foi colocado o ponto seis da ordem do dia "**Proposta de revisão do Plano Director Municipal de Alijó – Aprovação, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12/09**" a votação, com a alteração à alínea b), nº1 do art. 12º do Regulamento, nos termos supra mencionados, **tendo o mesmo sido aprovado**, com vinte e cinco votos a favor e cinco abstenções dos Senhores Deputados João Vilela, Laureano Guedes, Aurelina Pereira, António Lousa e Samuel Cunha. -----

Pelo **Senhor Deputado João Vilela** foi dito que apresentaria sentido de voto por escrito, o que viria a ser feito e fica a constar da presente acta.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28

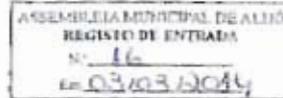


ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Descumprante Património Natural

119

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALIJÓ
Sessão Ordinária de 28 de Fevereiro de 2014



[Handwritten signature]
03-03-2014

Declaração de Voto

Plano Director Municipal

A propósito do Plano Director Municipal (PDM) que foi apresentado à Assembleia Municipal de Alijó na sessão ordinária de 28 de Fevereiro de 2014, e na qual decidi abster-me, posição motivada por várias circunstâncias:

"O PDM estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e os demais planos urbanos, integro e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização do território municipal."
in Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)

1. Um documento com a complexidade e importância do PDM merece –exigir– mais tempo para estudar e analisar adequadamente, antes da consequente aprovação;
2. Algo que arrastou mais de uma década a concretizar e que pretende regular o planeamento e ordenamento do território no concelho de Alijó nas próximas duas décadas devia merecer, da classe política, ponderação e conhecimento aprofundado à sua base;
3. A importância deste documento nunca esteve em causa, aliás, tenho consciência de que este processo foi moroso e altamente penalizador para o concelho de Alijó;
4. Não seria, contudo, mais um mês –tempo mesmo para dispor os esclarecimentos e realizar sessão extraordinária de votação– que lhe trouxesse mais agravantes a um processo que conta com mais de 144 reuniões de duração...;
5. Este, independentemente de todos os períodos que o precederam, é, em minha opinião, o momento mais importante de todos eles: a votação do órgão deliberativo;
6. Deve, por isso, ser objecto de uma profunda análise, para que os elementos da Assembleia Municipal estejam devidamente esclarecidos e conscientes da proposta que vão votar;
7. Considero que o relatório no último ponto foi, tudo, o que não aconteceu em Alijó;

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

120

8. Como ficou claro durante a discussão deste ponto, até pelas propostas de adiamento para esclarecimentos que foram apresentadas, revelou que a maioria dos elementos - onde me inclui- não tinha conhecimento mínimo da proposta que estava a votação;
9. Só por desgasto e cansaço de uma sessão já longa, se justifica que, estranhamente, as propostas -dos grupos municipais do PSD e PS- para adiamento da votação tenham sido chumbadas e daí o sufrágio que ditou a aprovação;
10. Tendo sido reprovada a proposta, de que fui subscritor, para adiamento deste ponto com vista a ganhar-se algum tempo para obtenção de esclarecimentos e consequentemente uma discussão consciente do PDM;
11. Será irresponsável da minha parte votar, de que forma fosse, algo que não conheço profundamente, daí que o meu voto, em consciência, tenha sido a abstenção, num documento de extrema relevância e com enormes implicações nos próximos anos no concelho de Alijó.

O Membro da Assembleia Municipal

João Vilça

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

121

O Senhor Deputado Telmo Pinto leu a declaração de voto do grupo municipal do PS.-----

DEPUTADO TELMO PINTO (PS) -----

"Doze anos volvidos e depois de um hercúleo trabalho do anterior Executivo, vimos a proposta de PDM a ser votada nesta Assembleia Municipal. O documento a votação é fruto do empenho do anterior executivo do partido Socialista, dos Presidentes de Junta e das populações, que antes da discussão pública viram os seus interesses salvaguardados o melhor possível, tendo participado maciçamente na introdução da proposta.-----

O Partido Socialista é, na sua matriz identitária, um partido do povo e soube ouvir o povo durante todo este processo, tendo muitas vezes se batido pelos interesses das populações contra as propostas e recomendações das mais de vinte entidades que participaram na elaboração deste documento.-----

É com agrado e regozijo que votamos favoravelmente a proposta, que nasceu e cresceu pela mão do PS e que será o mais importante regulamento do Município nos próximos anos, não deixando de lamentar que os resultados da discussão pública que o Executivo do PS iniciou e que o atual Executivo PSD termina fiquem aquém das expectativas, com a recusa da maioria das propostas apresentadas pelas populações. Este resultado é claramente decorrente de uma matriz identitária do PSD que, como vemos no Governo, coloca os interesses dos cidadãos em segundo lugar.-----

Pelo grupo municipal, muito obrigado."-----

Não havendo mais nenhuma declaração de voto ou quem pretendesse pronunciar-se, a Senhora Presidente da Mesa questionou os Senhores Deputados se teriam alguma coisa a opor se os pontos sete, oito, nove e dez fossem apresentados em conjunto pela Senhora Vereadora Cristina Felgueiras. Questionou as três bancadas e todos estiveram de acordo com a proposta da Mesa. -----

Por isso, introduziu o ponto sete "**Contrato Emprego Inserção (Proc.º 171/CEI13)**, Portaria n.º 164/2011, DE 18/04, Encargos Plurianuais – Aprovação nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02.", o ponto oito "**Contrato Emprego Inserção (Proc.º 170/CEI/13)**, Portaria n.º 164/2011, de 18/04, Encargos Plurianuais – Aprovação nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02", o ponto nove "**Contrato Emprego Inserção Património (Proc.º 0030/PAC/13)**, Portaria n.º 33/2013, de 29/01; Encargos

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

122

Plurianuais – Aprovação, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º8/2012, de 21/02” e o ponto dez **“Programa Estágio Emprego (Proc.º 0326/EE/13)**, Portaria n.º 204-B/2013, de 30/06, Encargos Plurianuais – Aprovação nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02”. Deu a palavra à Vereadora Cristina Felgueiras para apresentação dos pontos.-----

VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS (PSD)-----

“Estes pontos que estão a votação prendem-se com autorização para fazer esta despesa, relativa à contratação ou às candidaturas de várias pessoas, no âmbito de vários e diferentes programas do Centro de Emprego, a fim de responder às necessidades do Município. Alguns com as escolas, um outro com o património e ainda um com um estágio profissional, de uma Engenheira Civil que já tinha feito o estágio curricular aqui na Câmara. E portanto, mais esclarecimentos?-----

A **PRESIDENTE DA MESA** questionou se alguém queria usar da palavra para colocar alguma questão sobre os pontos em discussão, tendo-se inscrito o Senhor Deputado António Lousa.-----

DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD)-----

“Senhora Vereadora, eu só gostava de saber como é que foi feita a selecção destas pessoas que vão entrar? E a sua disposição geográfica no Concelho? Agradecia só isso, por favor.”-----

VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS (PSD)-----

“Relativamente ao Programa do ponto sete, prende-se com uma candidatura para Senhoras, tendencialmente são Senhoras que vão para as escolas e a selecção foi, como todas as outras. São enviadas pelo Centro de Emprego. E portanto, já não há a facilidade de se colocar ou de se escolher directamente quem. É o Centro de Emprego que envia as pessoas e depois vêm a entrevistas e vê-se se têm ou não perfil. No caso das escolas, a preferência é que as pessoas sejam da localidade onde vão trabalhar ou perto, até por causa do subsídio de deslocação.-----

No património, penso que haverá pessoas de todos os pontos, desde que reúnam condições para integrarem o programa.-----

O do motorista, as únicas condições que nós pedimos é que pudesse conduzir os veículos pesados e que tivesse o certificado para poder fazer transportes escolares. E esse é o critério único que temos, essa condição. Acho que há um no Pópulo, mas ainda não está certo que é. ---

Portanto, é o Centro de Emprego que envia as pessoas e a selecção é feita consoante a pessoa se tem ou não perfil. Posso-vos dizer que no caso do património, as pessoas não têm nenhuma sanção por não escolherem e se calhar não vão recusar, mas quer dizer, a ideia é que no caso

Acto da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Daluzbrante Património Natural

W

723

9

A

das escolas sejam mesmo da localidade. No património que seja de todo o Concelho. Se as houver.”

A **PRESIDENTE DA MESA** colocou a votação, também em conjunto, os **pontos sete, oito nove e dez** da ordem do dia **“Contrato Emprego Inserção (Proc.º 171/CEI13)**, Portaria n.º 164/2011, DE 18/04, Encargos Plurianuais – Aprovação nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02.”, **“Contrato Emprego Inserção (Proc.º 170/CEI/13)**, Portaria n.º 164/2011, de 18/04, Encargos Plurianuais – Aprovação nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02”, **“Contrato Emprego Inserção Património (Proc.º 0030/PAC/13)**, Portaria n.º 33/2013, de 29/01; Encargos Plurianuais – Aprovação, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02” , **“Programa Estágio Emprego (Proc.º 0326/EE/13)**, Portaria n.º 204-B/2013, de 30/06, Encargos Plurianuais – Aprovação nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02”, tendo todos sido aprovados por **unanimidade**.

Introduziu de seguida o **ponto onze** da ordem do dia **“Proposta de Auditoria Externa à situação económica e financeira do Município apresentada pelo grupo municipal do PSD”**.

PRESIDENTE DA MESA:

“No início desta reunião foi entregue um requerimento pelo grupo municipal do PS, que considera que é ilegal, porque não é da competência da Assembleia esta questão da auditoria externa.

Eu antes disso, queria dizer o seguinte: que entendo e já tive oportunidade de dizer isso ao representante do grupo municipal do PSD, que a introdução destes pontos, tem que ser e deve ser, sempre na conferência de representantes.

Eu não considero que não seja da competência da Assembleia, como o Senhor Deputado pensa ou que a Assembleia não possa propor a auditoria. Isto é o que eu penso pessoalmente. Porque atendendo que a Assembleia, todos nós, temos uma actividade de fiscalização sobre a actividade da Câmara, nós não podíamos, depois do que foi dito aqui pelo Executivo camarário, nomeadamente pelo Senhor Presidente da Câmara, no dia trinta de Dezembro, em que nos deu a conhecer a situação financeira da Câmara e alguns factos minimamente estranhos, que nós

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Declambrante Património Natural

124

fizéssemos de conta que não ouvimos o que o Senhor Presidente da Câmara nos disse ou que nos remetêssemos ao silêncio.-----

Portanto, isso era fazer tábua rasa, no fundo, das competências desta Assembleia. Portanto, uma Câmara, eu não estou a dizer esta ou aquela, podia fazer o que bem entendesse, poderia contrair dívidas no montante que entendesse. Poderia fazer as coisas mais extraordinárias e até praticar actos ilícitos. E nós sabíamos, nós Assembleia o que é que faríamos? Nada. Porque diriam que não temos competência para isso, não podemos auditar a Câmara.-----

Mas este é o meu entendimento e acho que é da nossa competência. Pese embora e como já referi, entender que este ponto, por impedimento, não foi o Senhor Deputado João Vilela que esteve na conferência de representantes dos grupos municipais, esteve o seu substituto, que não abordou sequer este assunto. E de futuro eu peço isso, é que quando tenham algum ponto para introduzir na ordem do dia, e nós conferência temos competência para isso, para os introduzir, desde que esteja dentro da nossa competência, como é obvio, que o façam em conferência de representantes.-----

Eu fui "surpreendida", porque estava numa formação, tinha acordado com a D.ª Zulmira, que é quem trata do expediente, que eu passaria no fim da formação, na sexta-feira passada aqui, porque tinha outro compromisso a seguir, que passaria para assinar a ordem do dia e mais o que houvesse para assinar, para pôr nesse dia no repositório para que todos os Senhores Deputados, em tempo, vissem os documentos e não surgissem mais nenhum destes problemas. E quando abri o meu o correio electrónico, tinha efectivamente este requerimento municipal do PSD.-----

E portanto, ficou-me muito pouco tempo, eu não tive oportunidade de falar com o representante do grupo municipal. Tinha cinco ou dez minutos para fazer isto, tinha que deixar no repositório, arrisquei e pus. Dizendo inclusive, que se surgisse este problema, se calhar nós até teríamos que votar isto, não por uma questão de competência, como eu disse.-----

Portanto, ele foi introduzido, não foi introduzido na tramitação normal, teria de ser sugerido e votado em conferência de representantes. Quer dizer que hoje, este é o meu entendimento, os senhores o dirão. Hoje, se calhar até pode não ir mas, se calhar, até vai na próxima, não é? Mas isso, depois, falará.-----

Portanto, como há esta irregularidade, porque isto não foi sugerido em conferência de representantes, chegou-me no último dia em que eu teria que pedir para pôr no repositório os documentos, o que eu iria sugerir, mas ainda antes disso irei dar a palavra também para falarem,

Acto da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-20



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

126

o que eu iria sugerir, se houver problemas é que até votássemos se deixam estar este porito ou não? E podemos votar isto, a Assembleia pode votar. Mas antes disso eu queria dar a palavra a quem se quisesse inscrever para dizer algo sobre isto."-----

Inscreveram-se os Senhores Deputados João Viela, Telmo Pinto, Luis Lameiras, Samuel Cunha, Laureano Guedes. Deu a palavra ao Senhor Deputado João Vilela.-----

DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD)-----

"Sem mais delongas e não querendo criar aqui nenhum conflito regimental, apesar de nesta circunstância entender que a proposta pode ter sido feita tardiamente, entendo, no entanto, que por força da Lei 75/2013, no artigo 29.º na alínea c) que diz que «nas competências da Mesa está elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição». Portanto, é o entendimento que eu tenho, independentemente disso. Se quiserem colocar à votação a introdução deste ponto na ordem de trabalhos, muito bem, se entenderem que deve ser retirado, tudo bem."-----

DEPUTADO TELMO PINTO (PS)-----

"Senhora Presidente, relativamente ao requerimento apresentado à Mesa, em que não referencie sequer questões de prazos, mas apenas aquilo que é a análise formal do documento, em que eu pus aqui em causa algo que tem a ver com a competência da Assembleia Municipal. E isto porquê? Porque é uma proposta, aliás, até era um precedente grave que se poderia criar aqui, que numas próximas Assembleias Municipais se apresentassem aqui propostas que são da responsabilidade e da competência do órgão Executivo e não do órgão Deliberativo. Eu posso muito bem também apresentar aqui uma proposta, numa próxima Assembleia a dizer que eu acho que deve ser feita uma auditoria no mês de Janeiro à Câmara Municipal. E depois, a Câmara Municipal vai ter que a fazer, vai ter que a pagar. Porque isto tem custos.-----

Portanto, tem a ver com aquilo que é as competências dos respectivos órgãos. Aliás, poderia enumerar aqui uma série de artigos da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. Penso que não é necessário, porque o mais que poderá acontecer, o mais que poderá acontecer, é ser apresentado uma proposta, ou melhor, não uma proposta, mas sim uma sugestão, que é bem diferente de uma proposta de uma auditoria.-----

Portanto, isto do ponto de vista formal, não está correcto. Portanto, a proposta em si, tal e qual como está o ponto, não se enquadra na Lei das Competências dos respectivos órgãos. Sugiro à Senhora Presidente, que diligencie no sentido de abordar este assunto, aquilo que é a lei geral, a 75/2013 e aquilo que é também o nosso Regimento, porque de facto isto é permitido, pode-se

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Declumbrante Património Natural

126

fazer isto. E eu não aleguei a questão do prazo. Mas tem a ver com a substância da proposta que foi apresentada." -----

PRESIDENTE DA MESA: Portanto, o que propõe é que se faça uma sugestão?-----

DEPUTADO TELMO PINTO: Não senhora. O que eu estou a dizer é que proposta tal e qual como está apresentada, não tem base legal no enquadramento da actual lei.-----

PRESIDENTE DA MESA: Porque considera que as Assembleia, nós não temos competência, de modo algum?-----

DEPUTADO TELMO PINTO: Esta proposta tal e qual como está, Senhora Presidente, é da competência do Executivo Camarário. Estamos a inverter precisamente os papéis. Porque isto é uma obra. Isto é uma acção da responsabilidade do Executivo Municipal.-----

PRESIDENTE DA MESA: "Responda-me, se não se importa. Portanto o Senhor Deputado Telmo Pinto considera que a Assembleia, os membros da Assembleia não têm competência para propor uma auditoria externa. É isso?"-----

DEPUTADO TELMO PINTO: Não têm competência, é isto que estou a dizer, precisamente.-----

PRESIDENTE DA MESA: Portanto, pode acontecer tudo na Câmara, que a Assembleia não pode fazer nada? É isso?-----

DEPUTADO TELMO PINTO: Não. O que a Câmara Municipal fizer é dentro das suas próprias competências e se fugir das suas competências que passem para o órgão deliberativo que é a Assembleia Municipal e também elemento fiscalizador, estará na altura a deliberar ou a fiscalizar a acção do Executivo. Nunca o contrário. Porque nós aqui estamos a interferir nas competências da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA MESA: Então Senhor Deputado, vamos imaginar, eu não estou a dizer que esta câmara, ou a anterior ou a que vem faz ou que fez, mas vamos imaginar que teve procedimentos ilegais, não é? O que é que nós poderemos fazer perante isso?-----

DEPUTADO TELMO PINTO: O próprio órgão vai ter de responder pelos actos.-----

PRESIDENTE DA MESA: E nós fazemos de conta, apesar de sabermos e termos conhecimento. É para todos nós percebermos isso. Qual é o seu pensamento?-----

DEPUTADO TELMO PINTO: Senhora Presidente, não é matéria que esteja em discussão. Contudo, também sobre a acção política do órgão Executivo, nós estamos aqui para deliberar e para fiscalizar. Portanto, não vamos ter qualquer interferência, no seu quotidiano, no seu dia-a-dia no órgão Executivo.-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-08-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Declumbrante Património Natural

127

PRESIDENTE DA MESA: Portanto, nós aqui nesse aspecto, pode a Câmara, os elementos da Câmara, o Executivo pode ter os procedimentos ilegais, nós sabermos disso, cá dentro, lá for ... e nós...

DEPUTADO TELMO PINTO: Senhora Presidente, não é isso que está em discussão. O que está em discussão é esta proposta e do ponto de vista legal ela está coberta de nulidade. Portanto, achamos que não devemos sequer aprovar, nem sequer pode constar, tal e qual como está, na ordem de trabalhos.

PRESIDENTE DA MESA: Eu assim não considero, mas tudo bem, já vamos pôr à votação. Senhor Deputado Luís Lameiras.

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):

"Eu também considero que esta proposta do PSD não tem pernas para andar. Ora bem, em relação à possibilidade de ser feita uma auditoria externa à Câmara Municipal, já foi colocada uma proposta em cima da mesa, no dia seis de Novembro e ela foi chumbada, com quatro votos contra e três a favor.

Depois, na passada sessão desta Assembleia foram-nos apresentadas as contas, foi feito um levantamento e portanto não existem grandes dúvidas em relação àquilo que é a dívida.

Depois, o Tribunal de Contas e a Inspeção Geral de Finanças têm fiscalizado constantemente as contas da Câmara.

Para que fosse concedido o apoio do PAEL, isto também passou pelo Gabinete da Secretaria de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, etc. portanto porquê? Porque havia todas as condições para que o processo do PAEL seguisse por diante.

Agora eu pergunto, coloco esta questão. Se de facto este ponto for levado à votação e for aprovado, a partir daí, como é que se vai proceder? Ou seja, terá que este assunto ter que ir novamente a reunião de câmara, para ser novamente votado ou, pelo contrário, a partir daqui, a auditoria tem de se efectuar de facto, mesmo que não passe pela votação, pela aprovação da reunião de câmara?

São estas dúvidas que eu não estou a perceber. Como é que isto se processa? Como é que isto se vai desenrolar? Não estou a perceber. Alguém tem alguma explicação para isto?

Por isso é que me parece a mim que esta situação é descabida. Para mim, esta questão do ponto número onze de uma auditoria externa às contas da Câmara só tem uma explicação. É uma jogada política do Partido Social Democrata. Porque se este assunto já passou pela reunião de Câmara e foi chumbado, mas se entretanto o Senhor Presidente de Câmara entende que há

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

126

alterações profundas relativamente à dívida que era conhecida, então faça novamente essa proposta numa reunião de câmara e não através daqui da Assembleia. Se eventualmente essa proposta passar, for aprovada, então aí sim é que ela vem à Assembleia, então aí sim. —
Portanto, eu acho que esta questão está posta ao contrário, ou seja, estão a construir o edifício pelo telhado e não pela raiz." —

DEPUTADO SAMUEL CUNHA (PSD) —

"Vamos ser um bocadinho práticos. Logicamente e todos tivemos acesso que realmente foi a votação, no Executivo e que não foi aprovada a auditoria. Todos nós compreendemos. E é normal que quem tenha votado contra a auditoria que tenha certamente justificações para não querer mostrar contas do passado. Perfeitamente normal, eu entendo. —

No entanto, eu gostaria de saber e gostaria de perguntar e certamente eu sou novo na política do Município, mas há aqui muita gente como Deputado ou como Vereador que esteve cá presente e que certamente então poderá responder o que é que tem a esconder? Não sei qual é o problema da auditoria? Eu muito sinceramente não sei o que é que há a esconder para que não seja aprovada, seja na Assembleia, seja no Executivo, de se falar e qual é o problema do bicho papão de uma auditoria? —

De qualquer das maneiras, uma auditoria é uma ferramenta de trabalho. É uma auditoria externa, para além do trabalho feito internamente pelo Município, uma auditoria externa dá outra credibilidade às contas públicas. Porque certamente também como foi apresentado em Dezembro, o Senhor Presidente também mostrou e demonstrou que há valores que não entraram nos valores apresentados no PAEL, porque há acordos verbais que não foram pagos, há acordos verbais que estão a ser exigidos, etc, etc. —

E logicamente que depois é uma ferramenta de trabalho para o futuro, logicamente salvaguardado o presente e salvaguardando o futuro das pessoas do Município. Eu quero também salvaguardar que o nosso dever nesta Assembleia é defender os interesses do Município e de todos aqueles que vivem neste Concelho. —

De qualquer das maneiras, eu gostaria também, de alertar também um simples facto que hoje mesmo foi falado por diversas vezes nos diferentes pontos, o facto de não se querer falar e falar no passado, não se pode falar sempre no passado. Mas a verdade é que também se falou no passado da obra feita. Falou-se da recuperação do estádio, do auditório, etc, etc. Isso é passado também. São obras que estão à vista de toda a gente, mas as dívidas continuam. —

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

129

Portanto, de qualquer das maneiras, a minha pergunta fica na mesma, o que é que se tem a esconder? -----

Depois outra coisa, foi falado também aqui e muito bem, que a Assembleia é um órgão fiscalizador. Muito bem, nós estamos a pedir é que se fiscalize as contas do passado, não estamos a pedir mais nada. Mais uma vez, o que é que estão aqui a esconder? As dúvidas são as mesmas. Nós queremos é que se retirem as dúvidas, porque ninguém parece que quer falar delas. Nós queremos falar do passado, nós queremos falar das contas do passado, do peso que nos deixaram e nós queremos que nos tirem essas dúvidas. É só isso que eu tenho a dizer.-----
Portanto, seja na Assembleia, seja no Executivo, mesmo que seja aprovado ou não este ponto, eu só gostaria é que se desse mais uma oportunidade para que o Executivo, quando o entendesse, pedir mais uma auditoria e fazer essa auditoria. É só isso."-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS): -----

"Eu vou parafrasear Shakespeare «Ser ou não ser, eis a questão», mas haver ou não haver uma auditoria eis a questão. E eu parece-me que nesta situação média, parece-me que estou a assistir a um ajuste de contas entre dois inimigos, que merece um pouco de reflexão. Mas eu julgo que vou clarificar a situação, não por mim, mas por alguém que eu julgo, esteve num Executivo, em oposição ao próprio poder e que nos pode clarificar um pouco das razões porque nessa célebre reunião onde foi votada esta proposta de auditoria e ela ficou chumbada. Eu pedia que a Senhora Presidente, julgo eu, no direito próprio, pudéssemos ouvir o Senhor Vereador Miguel Rodrigues."-----

PRESIDENTE DA MESA: Sobre que assunto Senhor Deputado?-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES: Sobre este assunto do que se passou na reunião de câmara quanto à decisão final.-----

PRESIDENTE DA MESA: Senhores Deputados, leram as actas da sessão de câmara? É que eu li e sei qual é a posição.-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES: Eu peço perdão mas há algum inconveniente em que se ouça um Vereador isento daquilo que foi acusado de que há aqui gente que está a encobrir?"-----

PRESIDENTE DA MESA: A posição do Senhor Vereador já está vertida em acta de reunião. Se quiser falar sobre a competência. Não é sobre isso. É dizer da sua posição. O que o Senhor Deputado Laureano pretende é que o Vereador Luís Miguel Rodrigues se pronuncie sobre esta questão da posição tomada em reunião de câmara, não é?-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES: Possivelmente podemos começar por aí.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

130

130

(burburinho)

PRESIDENTE DA MESA: A mim não me faz nenhuma moça que o Senhor Doutor (dirigindo-se ao Vereador Luís Miguel Rodrigues) vá para ali e fale, não me faz absolutamente nenhuma. Vamos pôr cá algum rigor. O Senhor Deputado Laureano, e eu pedi para repetir, o Senhor Deputado Laureano o que disse é que queria ouvir a posição do Senhor Vereador Luís Miguel Rodrigues quando esta questão foi abordada em sessão de câmara. Foi isso, ou não foi?-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES: Foi porque tem alguns elementos para nos esclarecer.---

PRESIDENTE DA MESA: Mais do que aqueles que estão na acta?-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES: Exactamente.-----

PRESIDENTE DA MESA: Portanto, acha que tem mais do que isso a dizer?-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES: Acho que tem muito mais do que isso.-----

PRESIDENTE DA MESA: Nós lemos a acta. Senhor Vereador é relativamente a este assunto a que foi interpelado que o Senhor Doutor vai responder, está bem? Não me venha confundir que agora vai falar de competências ou disto ou daquilo, está bem? É sobre este concreto assunto.

VEREADOR MIGUEL RODRIGUES (MAIS): Foi sobre os esclarecimentos que eu posso dar sobre este assunto.-----

PRESIDENTE DA MESA: Não, não, nada disso. Estamos cá todos a ouvir.-----

VEREADOR MIGUEL RODRIGUES: Eu não tenho de pedir o favor à Assembleia de me ouvir. Se a Assembleia não quer que eu fale, eu não falo. -----

PRESIDENTE DA MESA: Senhor Doutor, se não quiser, não fala.-----

VEREADOR MIGUEL RODRIGUES: É essa a sua vontade.-----

PRESIDENTE DA MESA : Não é essa a minha vontade...-----

VEREADOR MIGUEL RODRIGUES: O Senhor Deputado Laureano referiu os esclarecimentos que se possam dar sobre esta questão.-----

PRESIDENTE DA MESA: Não foi sobre isso. Desculpem lá, sou eu que estou a ouvir mal?-----

VEREADOR MIGUEL RODRIGUES: O Senhor Deputado Laureano está na sala, ele que esclareça o teor daquilo que quer. -----

PRESIDENTE DA MESA: Senhor Deputado Laureano, não se importa, de forma a ouvirmos todos, o que é que pretende ao interpelar o Senhor Vereador Luís Miguel Rodrigues?-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES: Eu vou interpelar o Senhor Vereador Miguel Rodrigues, porque é a única pessoa que pode esclarecer esta Assembleia, sobre a natureza de

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

131

conveniência ou inconveniência que há numa auditoria às despesas da Câmara. Por experiência própria, deve conhecê-la. Muito mais do que qualquer um que esteja aqui.-----

PRESIDENTE DA MESA: Senhor Deputado, portanto é só para esclarecer dos inconvenientes e dos convenientes de uma auditoria? É isso? Porque pensa que a versão já vertida em acta de reunião de câmara... É para além disso, não é?-----

DEPUTADO LAUREANO GUEDES: Eu devo dizer que até para uma moralizar um pouco este diálogo. Porque aqui foi pronunciado que há pessoas que têm medo de uma auditoria. Mas aqui foi pronunciado isso. Eu acho que aqui não há gente com medo.-----

PRESIDENTE DA MESA: Senhor Doutor Miguel Rodrigues percebeu sobre o que é que é, não percebeu? Convenientes e inconvenientes...-----

VEREADOR MIGUEL RODRIGUES: Senhora Presidente, eu não percebi sobre o que é que a minha intervenção poderia ser solicitada. Portanto, se eu para usar da palavra tenho de balizar de uma forma tão absoluta a minha intervenção, a Senhora Presidente dir-me-á sobre o que é que eu posso falar.-----

PRESIDENTE DA MESA: O Senhor Deputado disse: "Convenientes e inconvenientes de uma auditoria externa. "Ouvimos todos isso, não foi? Portanto, se quiser falar.-----

VEREADOR MIGUEL RODRIGUES: Posso pronunciar-me sobre o tema, não posso?-----

PRESIDENTE DA MESA: Não. É sobre convenientes e inconvenientes de uma auditoria externa. Para além do que já disse em acta.-----

VEREADOR MIGUEL RODRIGUES: A minha intervenção terá de ser para além daquilo que eu já referi. Inconveniente e conveniente há desde logo inconvenientes na auditoria externa. E o inconveniente e eu estou aqui, de facto, com isenção, com isenção, porque em relação à auditoria externa, eu não pertença a nenhum de dois grupos. Eu não pertença ao grupo daqueles que querem fazer terrorismo político e não pertença ao grupo daqueles que temem os resultados de uma auditoria. Eu quero aqui recordar que, relativamente à questão das contas, nos anos anteriores e nos mandatos anteriores, eu não aprovei nenhum relatório de contas. Eu não aprovei nenhum orçamento. E portanto, a minha tranquilidade sobre essa questão das contas é total. Nada tenho a temer sobre essa questão. Agora tenho também a sensatez de não compactuar com actos que eu considero por vezes de terrorismo político. Não sei se é isso que está aqui em causa.-----

Há desde logo um inconveniente que me parece evidente. Um inconveniente evidente. Digo aqui como jurista, que tenho a certeza absoluta, que não é competência desta Assembleia Municipal

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

132

aprovar auditoria.....

PRESIDENTE DA MESA: Senhor Vereador, convenientes e inconvenientes.....

VEREADOR MIGUEL RODRIGUES: Está a colocar-me a questão sobre o inconveniente. Estou a colocar qual é o inconveniente. É uma inconveniência. Ó Senhora Presidente tem que respeitar as pessoas que aqui estão no uso da palavra.....

PRESIDENTE DA MESA: E eu respeito. O Senhor é que já está a chamar de terroristas alguns membros desta Assembleia e eu nem o interrompi.....

VEREADOR MIGUEL RODRIGUES: Senhora Presidente, eu não posso admitir que a Senhora Presidente me interrompa o uso da palavra. Eu estou no uso da palavra.....

PRESIDENTE DA MESA: Claro que posso interromper.....

VEREADOR MIGUEL RODRIGUES: Se a Senhora Presidente quiser interromper, me quiser cortar a palavra, corta-me a palavra e eu regressarei ao meu lugar.....

PRESIDENTE DA MESA: Cortarei se achar necessário.....

VEREADOR MIGUEL RODRIGUES: Senhora Presidente, eu estou no uso da minha palavra. Se a Senhora Presidente não gosta do que eu estou a dizer é um problema da Senhora Presidente.-

PRESIDENTE DA MESA: Não tenho que gostar nem deixar de gostar.....

VEREADOR MIGUEL RODRIGUES: Não estou aqui a usar da palavra para agradar à Senhora Presidente da Assembleia.....

PRESIDENTE DA MESA: Como é óbvio.....

VEREADOR MIGUEL RODRIGUES: O inconveniente da auditoria externa é que a Assembleia Municipal não tem competência para aprovar auditorias externas à Câmara Municipal. A Assembleia Municipal é um órgão deliberativo, não é um órgão executivo. Não pode, não tem competência e isto tomará uma decisão ilegal se o fizer, pronunciar-se sobre esta matéria. Esta é uma decisão que compete ao Executivo. Recordo que a Câmara Municipal pronunciou-se sobre esta questão há muito pouco tempo atrás e reprovou esta proposta.....

Relativamente à substância da questão, estou à disposição de qualquer Senhor Deputado, para explicar de forma pormenorizada, qual a posição que lá foi assumida na Câmara Municipal e qual a posição sobre esta temática da auditoria externa. Estou à disposição de qualquer Senhor Deputado para esclarecer esta matéria.....

A grande inconveniência da auditoria externa e foi essa a questão que foi colocada, é que não é da competência da Assembleia Municipal. E portanto, os Senhores Deputados estarão a incorrer numa ilegalidade, contrariando de forma total e frontal, a Lei de Competências das Autarquias

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-20



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

133

Locais. Este é um acto de Executivo, não é um acto de Deliberativo. E portanto, a Assembleia Municipal não pode aprovar uma auditoria externa à Câmara Municipal. Essa é uma decisão da Câmara. Não da Assembleia Municipal. E digo isto, naturalmente, com todo o respeito pela Assembleia Municipal e pelas suas competências, respeito que a Assembleia também tem de demonstrar relativamente às competências da Câmara Municipal. _____

A Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra aos Deputados Cláudio Vilela e Eduarda Sampaio. _____

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS) _____

Senhora Presidente da Assembleia Municipal, eu queria fazer uma interpelação à Mesa pelo seguinte. A Senhora Presidente, quando introduziu o ponto referiu-se que apenas iam discutir se deveríamos ou não introduzir este ponto na ordem de trabalhos. Portanto, eu acho que houve aqui um atropelo e a Senhora Presidente aí falhou e perdoe-me que lhe diga isto, em deixar as pessoas falar sobre auditorias, porque o tema em questão era, se deveríamos ou não, acatar a decisão do requerimento do Partido Socialista. Nesse sentido, acho que não há mais nada a dizer e sugiro que depois de todos os atropelos que foram aqui feitos, com diversos Deputados a falarem sobre auditorias, portanto não era o tema que estava em questão, porque eu também queria falar sobre auditorias, mas não me inscrevi precisamente por isso. Porque eu respeitei a ordem da Senhora Presidente. _____

PRESIDENTE DA MESA: Mas pode fazê-lo, se quiser, ainda. _____

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA: Por isso sugiro que se ponha à votação o requerimento apresentado pelo Partido Socialista. Muito obrigado. _____

DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (MAIS) _____

Eu não me inscrevi porque na altura percebi que era para tirar ou ficar este ponto, não é? Porque se é para falar em auditoria, eu já poderia inscrever-me. _____

Eu pertenci ao Executivo anterior. Naturalmente que não tenho medo às auditorias. Tanto me interessa que ela seja aprovada, como não. Agora, o que estava aqui em causa é que não era da competência da Assembleia, mas sim da Câmara e portanto, acho muito bem, aquilo que o Senhor Deputado Telmo fez, porque de facto, nós estamos a ultrapassar as nossas competências. Porque se é uma competência da Câmara, a Câmara tem essa competência. O facto de ela ser chumbada no Executivo atrasado, não quer dizer que no próximo Executivo, numa próxima reunião, não sei lá quais são os *timings* das leis, porque depois há leis que é mais

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

134

um mês, isso eu não percebo, mas de certeza que o Executivo, até porque agora está o Senhor Eng.º João Manuel que já está, aprova e nem sequer tem que vir à Assembleia Municipal. É tão simples quanto isto. E nós temos que nos sujeitar à auditoria. E quem não deve não teme. Eu não tenho medo à auditoria.-----

Agora entendo que a auditoria externa pode implicar gastos a esta Câmara. E a Câmara não estará em condições disso. Dará mais credibilidade? Diz o Senhor Deputado do PSD, entendo. É humano que o Executivo actual queira algo de mais substancial, mas não há dúvida que as auditorias já foram feitas internamente por inspectores e se quiserem fazer outras auditorias até podiam ser feitas internamente. Mas internamente ou externamente, eu como Vereadora que fui, não tenho medo, porque eu acho que aquelas contas que lá estão, os tais verbais, aí tem que ser em tribunal. Não é? Porque eu também fui apanhada de surpresa naquilo, eu também não sabia das contas a mais.-----

Agora, sei que está tudo legal. O que eu assinei foi tudo legal. O que eu não conheço estou na mesma posição que a bancada do PSD. Não tenho medo disso. Quem não deve não teme.-----

PRESIDENTE DA MESA: -----

O Senhor Deputado João Vilela quer reformular esta proposta? Podemos avançar para votar o requerimento do PS?-----

Portanto, quanto ao requerimento apresentado pelo grupo municipal do PS, em que diz que não é da competência desta Assembleia aprovar uma auditoria externa e portanto diz que isto é ilegal, quem vota que este ponto da ordem do dia seja retirado?-----

Votaram a favor da retirada do **ponto onze** da ordem do dia - **"Proposta de Auditoria Externa à situação económica e financeira do Município apresentada pelo grupo municipal do PSD"** todo o grupo municipal do PS e do grupo municipal MAIS, perfazendo um total de dezassete votos, contra treze votos contra, do grupo municipal do PSD.-----

A **SENHORA PRESIDENTE** questionou se havia alguém no público que gostaria de fazer nova intervenção, tendo-se inscrito o Senhor Eng.º Rogério Bessa, a quem foi dada a palavra.-----

ENGENHEIRO ROGÉRIO BESSA: -----

"Gostava de fazer uma pequena referência, visto que não podia, obviamente, por formalidade, depois da apresentação que os técnicos da Câmara fizeram e da votação favorável do PDM e eu nunca pus em causa que deveria ser votado favoravelmente o PDM, não foi essa a minha proposta, acabou por ser provado, neste caso pela Chefe de Divisão Eng.ª Zélia, que ainda é

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-02-28



possível e é possível porque ela disse-o ali, fazer pequenas correcções, porque o grande pedido de correcções eu fiz e o Pedro Cruz fez e outros municipais fizeram no âmbito da discussão pública e as grandes correcções não foram aceites. E com essas, eu conformei-me. Não há rigorosamente nada a fazer e percebo muito bem porque é que o Município, o Município salvo seja, mas porque é que os técnicos as recusaram. Recusaram-nas porque isto poderia inviabilizar o PDM durante vários anos, com eventuais alterações legislativas, que estão na forja, promovidas por este governo. -----

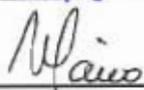
Mas, eu nunca pus em causa que se votasse favoravelmente o PDM. Aquilo que eu disse foi «vamos a tempo de corrigir meia dúzia de pormenores», não são muitos, são coisas pequeninas, que não influenciam em nada, as aprovações já obtidas, nomeadamente pela CCDR. É tão-somente isso e vamos a tempo. -----

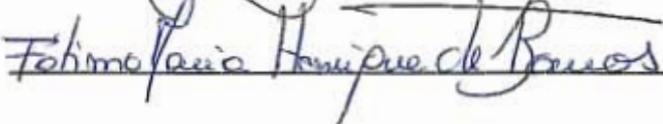
E se o Executivo Municipal entender que ainda vamos a tempo, que a Engenheira Zélia disse que sim, nós, o Engenheiro Pedro Cruz, estamos disponíveis. É só isso. Que fique esclarecida a nossa proposta. Muito obrigado."-----

PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigada Senhor Engenheiro. Muito boa noite a todos.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa.-----


A Mesa





Acta revista pela Presidente da Assembleia Municipal que escreve de acordo com a antiga ortografia.